

Realização

INSTITUTO
AMANHÃ

Patrocínio Ouro

 **banrisul**

 GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

 **GERDAU**
O futuro se molda

 **Wilson, Sons**

Patrocínio Prata

 **SLC**

Oferecimento

 **porto
alegre**
PREFEITURA

Cenários de **AMANHÃ**

RIO GRANDE DO SUL

AREINVENÇÃO DO FUTURO

Entre 2016 e 2026, o Rio Grande do Sul atravessou uma sucessão de crises que colocaram em xeque antigas certezas sobre desenvolvimento, competitividade e futuro. Mas surgem alguns caminhos para sustentar uma nova fase de crescimento

Em 18 entrevistas exclusivas, economistas, especialistas e lideranças analisam transformações históricas vividas pelo estado

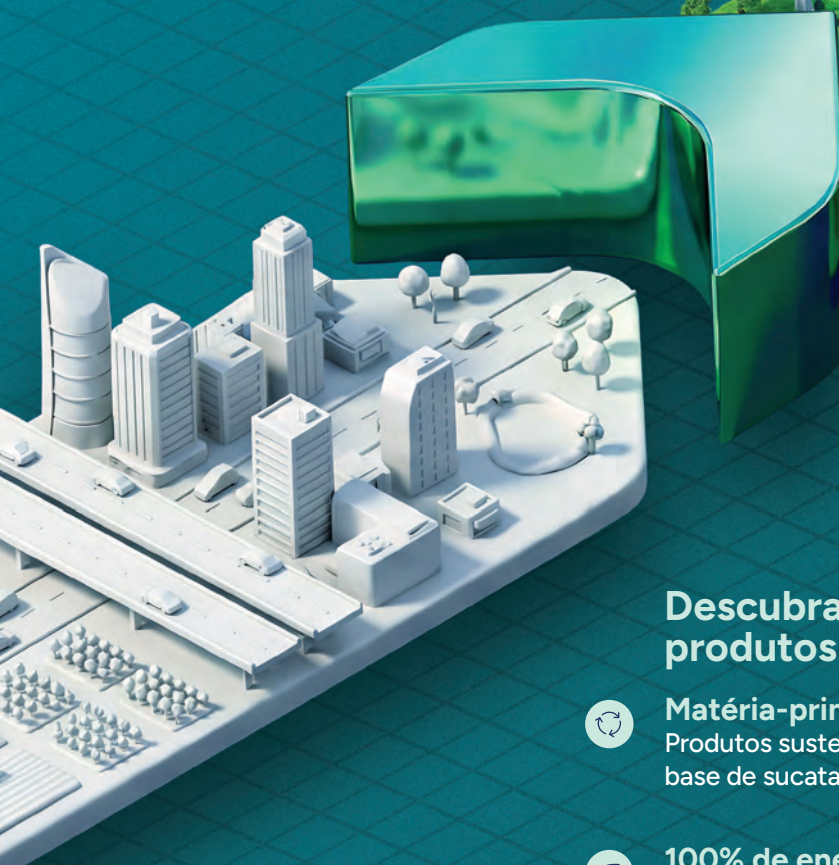
Investimentos: inovação, bioeconomia e infraestrutura despontam na recuperação do protagonismo econômico do Rio Grande do Sul

Fórum Cenários de AMANHÃ debate a construção de um Rio Grande mais mais conectado e competitivo para a próxima década

Gerdau NewEco

O aço com baixa pegada de carbono que prepara o seu negócio para o futuro.

Avance na sua jornada de descarbonização com a nova linha de produtos de aço da Gerdau.



ATAKE



PRODUZIDO COM
SUCATA FERROSA E
ENERGIA RENOVÁVEL

Descubra tudo sobre a linha de produtos de aço Gerdau NewEco



Matéria-prima reciclada

Produtos sustentáveis fabricados à base de sucata ferrosa



100% de energia renovável

A produção é garantida por energia elétrica de fontes renováveis



Transparência

Metodologia alinhada às melhores práticas do setor e dados auditados por terceira parte

AÇO PARA OS SEGMENTOS



CONSTRUÇÃO
CIVIL



INDÚSTRIA



AUTOMOTIVO

Saiba mais em:
mais.gerdau.com.br/neweco



**GERDAU
NEWECO**™



GERDAU
O futuro se molda

EDITORIAL

Quando surgiu, em 1986, como um fascículo do projeto RSAnos90, da Fiergs, Cenários de AMANHÃ carregava uma missão simples e ambiciosa: pensar o futuro do Rio Grande do Sul. Já em sua primeira edição, a iniciativa demonstrava por que o Estado não conseguia mais pagar suas contas. Ao longo das décadas, o projeto evoluiu para um encarte mensal da Revista AMANHÃ. Ampliou seu alcance e passou a reunir lideranças, pesquisadores, empresários e gestores públicos em séries temáticas e eventos de quádrupla hélice em regiões chave da economia. Sempre em torno de uma pergunta permanente: quais caminhos podem levar os gaúchos ao desenvolvimento?

Em 2016, ao completar 30 anos, publicamos a edição especial Rio Grande do Sul – A Hora de Acertar. Naquele momento, o desafio parecia claro. Havia dificuldades fiscais, perda de competitividade e limitações de investimento. A tarefa consistia em identificar problemas conhecidos e buscar soluções já testadas em outras regiões do Brasil e do mundo.

O que ninguém poderia prever era que os dez anos seguintes seriam marcados por acontecimentos que alterariam profundamente a realidade gaúcha. A pandemia de covid-19 interrompeu rotinas, afetou empresas e expôs fragilidades sociais. Pouco depois, as enchentes de 2024 produziram a maior tragédia climática da história do estado, deixando um rastro de destruição humana, econômica e logística. Somadas às estiagens recorrentes, essas crises transformaram a última década em um período de enormes desafios.

Mas também revelaram algo igualmente importante: a capacidade de reação da sociedade gaúcha. Multiplicaram-se iniciativas de solidariedade, cooperação e mobilização. Empresas, universidades, organizações sociais, entidades de classe, voluntários e governos atuaram lado a lado para reconstruir comunidades,

restabelecer serviços e encontrar soluções para problemas inéditos.

O equilíbrio fiscal avançou, reformas foram implementadas – inclusive com privatizações e concessões – e novos modelos de gestão ganharam espaço. Ainda assim, permanecem desafios ligados à infraestrutura, produtividade, educação, transição demográfica, adaptação climática, inovação e atração de investimentos. Como se não bastasse, a revolução tecnológica avança em velocidade sem precedentes, com a inteligência artificial redesenhando mercados, profissões e cadeias produtivas mundo afora.

É nesse contexto que Cenários de AMANHÃ retorna. Mais do que projetar tendências, esta edição, intitulada A Reinvenção do Rio Grande, busca compreender as transformações que já estão em curso. Reunimos economistas, cientistas, empresários, gestores públicos e especialistas de diferentes áreas para refletir, em um projeto multicanal, sobre os caminhos possíveis para o Rio Grande do Sul.

A escolha do tema não é casual, e surge de uma proposta singular: reconhecer que o futuro não será uma simples continuação do presente. Até pouco tempo atrás, os cenários eram construídos a partir de tecnologias conhecidas e processos de adoção estáveis. Agora, questões climáticas, tecnológicas, econômicas e sociais exigem novas respostas e novas formas de cooperação.

O Rio Grande do Sul conhece bem o peso das adversidades. Mas sua história também mostra uma notável capacidade de adaptação, uma resiliência forjada na colaboração dos mais diferentes atores da sociedade. E essa é, talvez, a principal lição dos últimos anos: o futuro é algo que se constrói coletivamente.

Jorge Polydoro
Presidente do Instituto AMANHÃ

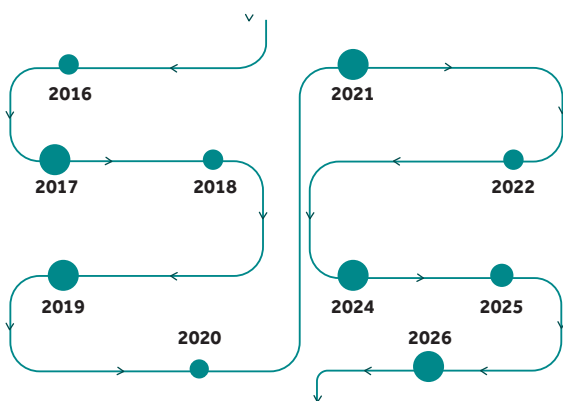


08 Rio Grande do Sul: entre rupturas e reinvenções

Os últimos dez anos expuseram fragilidades históricas na economia gaúcha. Mas também aceleraram mudanças profundas no ambiente de negócios, na inovação e na forma como o estado pensa seu desenvolvimento econômico e social

90 Para reinventar o Rio Grande

Fórum "Rio Grande do Sul: A Reinvenção do Futuro" reuniu lideranças e especialistas para projetar a construção de um estado mais inovador, mais conectado e mais competitivo na próxima década



38 Dez anos em perspectiva

O Rio Grande do Sul atravessou uma década de perdas, reformas e reinvenção. Confira os acontecimentos que mais impactaram a economia entre 2016 e 2026



80 De volta ao mapa dos investimentos

O Rio Grande do Sul aposta em inovação, bioeconomia e infraestrutura para recuperar protagonismo econômico e atrair uma nova geração de empresas



Entrevistas



Antônio da Luz,
economista-chefe da Farsul



Darcy Francisco Carvalho dos Santos,
economista



Ernani Polo,
ex-secret. desenv. econômico do RS



Fernando Lemos,
presidente do Banrisul



Fernando Marchet,
vice-presidente da Federasul e CEO da Bateleur



Giovani Baggio,
economista-chefe da Fiergs



Igor Morais,
ex-presidente da FEE



João Carlos Brum Torres, professor de filosofia da UCS



João Luiz Zuñeda, sócio-fundador da MaxiQuim



Lucia Campos Pellanda, referência em saúde coletiva



Luiz Afonso dos Santos Senna, ex-diretor da ANTT



Marcelo Portugal, economista e professor



Mônica Timm de Carvalho, CEO da plataforma de leitura Elefante Letrado



Patrícia Palermo, economista-chefe da Fecomércio-RS



Paulo Roberto da Silva, diretor da Secretaria da Agricultura do RS



Rafael Prikladnicki, presidente da Invest RS



Ronald Krummenauer, CEO do Transforma RS



Rualdo Menegat, geólogo e pesquisador

Aponte sua câmera

Acesse o hub de conteúdos do Cenários de AMANHÃ

INSTITUTO
AMANHÃ

REALIZAÇÃO
INSTITUTO AMANHÃ

DIREÇÃO-GERAL
JORGE POLYDORO

DIREÇÃO EXECUTIVA
WAGNER LETTNIN

SUPERVISÃO
MARCOS GRACIANI

PRODUÇÃO
GREICE GIOVANNONI

PRODUÇÃO EDITORIAL
REPÚBLICA - CONTEÚDO & ESTRATÉGIA

DIAGRAMAÇÃO
JONATA ROSA

PRODUÇÃO EXECUTIVA
TRANSMAKER

FOTOS: DIVULGAÇÃO
FOTOS FÓRUM: ANGA FOTOGRAFIA

VEICULADO EM JUNHO DE 2026



Viva um **inverno** inesquecível



Conheça seu próximo destino em vivaors.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

ESPECIAL

RIO GRANDE DO SUL ENTRE RUPTURAS E REINVENÇÕES

Os últimos dez anos expuseram fragilidades históricas na economia gaúcha. Mas também aceleraram mudanças profundas no ambiente de negócios, na inovação e na forma como o estado pensa seu desenvolvimento econômico e social

Por Emanuel Neves, Ricardo Lacerda e Thiago Copetti

Os idos de 2016 só podem ser assimilados com maior clareza uma década depois. Naquele momento, o Brasil acumulava uma queda de 7,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em dois anos — a pior recessão da história do país. Com o desemprego afetando 12,3 milhões de pessoas, a renda média recuava. No Rio Grande do Sul, a crise expôs o esgotamento de um modelo carregado por décadas de desequilíbrio fiscal. A estrutura pública estava sem margem para investir, enquanto a indústria vinha pressionada pela competição asiática. O que não estava visível era que a mesma pressão começava a forçar mudanças que alterariam a lógica econômica do estado.

A década seguinte seria marcada por uma rara sucessão de choques. Crise fiscal, desaceleração industrial, pandemia, estiagens severas e enchentes se sobrepueram quase sem intervalos. Poucos estados enfrentaram tantas rupturas em sequência. Em muitos momentos, a sensação era a de que o Rio Grande do Sul apenas reagia a emergências. Ao olhar para trás, a questão que se impõe é: o estado apenas administrou crises ou conseguiu mudar sua trajetória?

O problema vinha de longe. Desde os anos 1970, o Rio Grande do Sul operava com déficits recorrentes, que corroeram sua capacidade de investir. A dívida pública gaúcha saltou de R\$ 9,5 bilhões no fim dos anos 1990 para R\$ 57 bilhões em 2016 — e dobraria até 2026. Em determinados momentos, o parcelamento de salários do funcionalismo virou expediente rotineiro. A debacle extrapolava o setor público, afetando o consumo, o crédito, o comércio e a atividade econômica como um todo. Foi nesse ambiente que antigos modelos produtivos começaram a se reorganizar. E um dos setores que melhor simboliza essa transição é a indústria calçadista.

Com produção em escala e forte apelo no mercado interno, o setor perdeu competitividade diante da China. A recessão de 2015 e 2016 foi o divisor de águas para uma crise que já se arrastava, com aumento de estoques, perda de empregos e fechamento de fábricas. O setor, porém, não desapareceu. “Pensamos que a indústria calçadista do Rio Grande do Sul estava se desfazendo. Mas ela se reestruturou, apostou em nichos e ainda se diferencia mundialmente pela qualidade”, explica o filósofo e professor João Carlos Brum Torres, que foi secretário estadual de Coordenação e Planejamento por duas vezes (1995-1998 e 2003-2006). A avaliação ajuda a compreender

um dos movimentos mais importantes da década que seguiu: parte do que parecia decadência era, na verdade, reorganização.

Na visão do economista Igor Moraes, que presidiu a extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE) entre 2015 e 2016, algumas transformações são marcantes na história do Rio Grande do Sul. E cita os casos da instalação da GM, em Gravataí, em 2000, e do Polo Petroquímico de Triunfo, ainda nos anos 1980. “Do ponto de vista econômico, isso mudou a nossa matriz produtiva. Mais recentemente, temos a instalação do polo de produção de madeira e celulose, que é realmente muito importante. Além, é claro, da consolidação do segmento metalmeccânico”, explica.

Limites do agro

À medida que a indústria se modificava, outro setor ampliava sua relevância. Responsável por cerca de 40% do PIB gaúcho, o agronegócio foi catapultado pelas commodities, associado a ganhos de produtividade e ao fortalecimento da integração com mercados internacionais. A expansão veio acompanhada da maior profissionalização da gestão rural, do fomento à agricultura de precisão e da consolidação das cooperativas. O crédito privado também cresceu. E o maior símbolo desse novo momento foi a soja: o Rio Grande do Sul se estruturou como um dos maiores produtores nacionais da oleaginosa. Até que o próprio agro encontrou seus limites.

A partir de 2020, sucessivas estiagens associadas ao fenômeno La Niña provocaram perdas bilionárias, quebras de safra e aumento do endividamento. “O agronegócio gaúcho vive um momento difícil devido aos ciclos climáticos. Com perdas sucessivas, os produtores renegociam dívidas, formando uma bola de neve”, analisa Antonio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

A questão da competitividade, entretanto, vai além do campo ou da indústria. “O Rio Grande do Sul ainda tem um PIB per capita significativamente maior que a média brasileira, mas crescemos menos do que o restante do país na última década”, observa Patrícia Palermo, economista-chefe da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS). Segundo ela, o desafio estrutural deixou de ser apenas reagir a choques e passou a exigir ganhos de produtividade, qualificação da mão de obra e atração de talentos.

Reorganizar para avançar

Em meio a esse cenário, outra transformação avançava. Grandes empresas investiram pesado em automação, digitalização e modernização produtiva. Ao mesmo tempo, ecossistemas de inovação ganharam tração em cidades como Porto Alegre, Caxias do Sul e Passo Fundo. Parques tecnológicos, hubs corporativos e startups deixaram de ocupar posição periférica no debate econômico. A chegada do South Summit, a consolidação do Instituto Caldeira e a aproximação entre universidades, empresas, sociedade e poder público ilustram o novo momento. “A articulação no âmbito da hélice quádrupla é o grande diferencial competitivo que o Rio Grande do Sul construiu na última década”, afirma Ronald Krummenauer, CEO do *hub* Transforma RS.

Essa mudança coincidiu com uma inflexão importante na própria atuação do Estado. Os governos de José Ivo Sartori e Eduardo Leite – primeiro governador reeleito no estado – conduziram reformas fiscais e administrativas tidas como decisivas para reorganizar as contas públicas e melhorar o ambiente de negócios. Privatizações, concessões e parcerias público-privadas entraram na agenda de redução do tamanho do Estado. O Rio Grande do Sul passou a contar com uma estratégia profissional de atração de investimentos, livrando-se da antiga lógica da guerra

fiscal. “Hoje, o Rio Grande do Sul está muito mais preparado e competitivo”, garante Rafael Prikkladnicki, presidente da Invest RS.

O reposicionamento não blindou o Estado a novos choques. A pandemia chegou num momento de fragilidade econômica, potencializada pela estiagem. Depois, as enchentes produziram o maior desastre climático da história recente. Mais do que os danos imediatos, o episódio escancarou que o desenvolvimento econômico e a adaptação climática são temas complementares. “O que levou ao desastre não foi a chuva; foi a ausência de um plano de gestão de riscos”, afirma o geólogo Rualdo Menegat, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ao longo da década, o Rio Grande do Sul perdeu participação relativa no PIB nacional – os 6,4% de 2015 caíram para 5,9% em 2025. Ainda assim, seu ecossistema de inovação amadureceu, criou uma nova agenda de competitividade e os diferentes atores da economia estão melhor articulados. Não foi uma década de crescimento linear, mas de transformações que abrem caminho para novos futuros.

Organizadas por tema, as reportagens a seguir analisam os acontecimentos que impactaram o Rio Grande do Sul nos últimos dez anos. Para começar, é preciso entender o mais dramático dos problemas: a questão fiscal.





Ajuste fiscal: uma longa batalha

O Rio Grande do Sul tem vivido, há décadas, acima de sua capacidade financeira. Agora, tenta recuperar condições de investimento sem repetir os erros do passado

Durante décadas, o Rio Grande do Sul construiu a reputação de uma das administrações mais organizadas do país. Forte industrialização, tradição exportadora, elevado capital humano e presença de empresas estratégicas fizeram do estado um dos motores da economia nacional. Paralelamente à construção dessa imagem, porém, formava-se um desequilíbrio fiscal que atravessou governos, ciclos econômicos e planos de estabilização. Até transformar o estado em um dos mais endividados do Brasil – atrás apenas do Rio de Janeiro.

Após quase meio século de déficits recorrentes, o Rio Grande do Sul registra resultados orçamentários positivos desde 2021. Ainda assim, o momento é

ambíguo: apesar de ter reduzido a pressão sobre a caixa, persiste com a estrutura fiscal rígida e uma dívida pública que soma R\$ 113 bilhões, segundo o Tesouro Nacional. Referência em finanças públicas do Rio Grande do Sul, o economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos resume como essa trajetória foi construída: “Sempre se gastou mais do que se arrecadou, e a dívida nunca foi resolvida efetivamente, apenas empurrada para frente”.

A origem dos déficits

A crise fiscal começa nos anos 1970. O Brasil vivia o auge do modelo desenvolvimentista, financiado por crédito abundante e expansão do investimento

público. Estados recorreram a empréstimos para financiar rodovias, projetos de energia e grandes obras. O cenário global, porém, mudou nos anos 1980. A crise da dívida externa latino-americana, combinada à disparada do dólar e dos juros internacionais, transformou financiamentos administráveis em passivos gigantescos. O resultado foi um Estado operando estruturalmente acima de sua capacidade financeira.

Com a inflação alta, o desequilíbrio acabava mascarado. Governos estaduais conseguiram administrar déficits pela corrosão monetária e rolagem da dívida. O problema foi escancarado com o Plano Real e o fim da hiperinflação, no começo dos anos 1990. O Rio Grande do Sul passou a enfrentar despesas obrigatórias crescentes, dívida elevada e perda da capacidade de investimento. Em paralelo, a folha do funcionalismo e o inchaço da previdência deram o golpe final na camuflagem da dívida. A saída seria recorrer a mecanismos emergenciais de gestão financeira. O mais simbólico, lançado em 1991, foi o Sistema Integrado de Administração de Caixa (Siac), mais conhecido como Caixa Único.

Criado como uma poupança coletiva, o Caixa Único se tornou um dos principais instrumentos para manter a máquina pública. Na prática, recursos de mais de 400 contas correntes eram usados para pagar despesas como a folha dos servidores e parte da dívida com a União. O governo utilizava temporariamente somas originalmente destinadas a áreas como saúde, educação, fundos vinculados e autarquias para cobrir despesas emergenciais. O mecanismo evitou colapsos imediatos, mas produziu consequências profundas. Entre elas, a deterioração da capacidade de investir, a perda de competitividade e a fragilidades operacional e no atendimento básico à sociedade.

Diferentes governos recorreram a renegociações, antecipações de receita, privatizações, depósitos judiciais e postergação de pagamento de precatórios. Segundo Santos, o resultado desses movimentos foi nada mais do que a sobrevivência financeira – nunca uma solução definitiva para o Estado.

A situação atingiu seu momento mais dramático a partir de 2015. Sem recursos disponíveis, o governo começou a atrasar e parcelar salários do funcionalismo, além de deixar de honrar compromissos com fornecedores e parcelas da dívida. Durante 57 meses, os servidores estaduais

não receberam em dia. Desde 2020, entretanto, salários e pagamentos de fornecedores voltaram a ser regularizados. Os superávits registrados desde 2021 foram impulsionados por uma combinação de fatores: reformas, controle de despesas, adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), privatizações e reorganização do fluxo financeiro estadual. O passivo do Caixa Único, que era de quase R\$ 10 bilhões em 2019, foi zerado em 2024.

Ainda assim, a estabilidade permanece frágil. O estado continua convivendo com um desequilíbrio estrutural provocado pelo acúmulo de passivos – em especial, a dívida com o governo federal e o déficit previdenciário. Do lado das receitas, o caixa estadual também sofreu impactos recentes, com a redução das alíquotas de ICMS promovida pela União, em 2022, e os efeitos das enchentes de 2024.

Da federalização ao Propag

O principal ponto de inflexão institucional da crise aconteceu em 1998. Naquele ano, a União federalizou a dívida do Rio Grande do Sul, assumindo um passivo de R\$ 9,6 bilhões. Só que o modelo trouxe consigo uma dinâmica explosiva: pelo acordo, o Estado pagaria parcelas limitadas a 13% da Receita Líquida Real. Porém, frequentemente a parcela superava esse limite. Tudo que deixava de ser pago era considerado “resíduo”, que acabava reincorporado ao estoque da dívida com juros e correção monetária. Foi assim que teve início uma rotina de débitos cada vez maiores.

Entre 1999 e 2016, a regra era corrigir a dívida e os atrasos pela fórmula IGP-DI + 6% ao ano. Em períodos de inflação alta, essa correção anual chegou a superar 20%. Mesmo com o pagamento de cerca de R\$ 50 bilhões ao longo das décadas, o estoque da dívida aumentou. “Foi aí que a dívida virou uma coisa sem tamanho”, explica Santos. Em 2016, um novo acordo alterou o indexador para IPCA. A taxa de juros reduziu para 4%, e o limite de 13% para pagamento foi extinto. Naquele ano, a dívida somava R\$ 56,7 bilhões, sendo R\$ 30,6 bilhões (ou 54%) de resíduos. “Foi um bom acordo, mas a recessão econômica fez a receita estadual cair. E para piorar a situação o governo anterior deixou enormes compromissos trabalhistas ao seguinte”, observa o economista. Sem condições de cumprir o programado, o Rio Grande do Sul entrou com uma liminar o Supremo Tribunal Federal (STF) em 2017.

A suspensão judicial dos pagamentos durou até 2022, com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Sob a condição de que os estados implementassem reformas visando uma reestruturação financeira, o RRF concedeu benefícios como flexibilização de regras fiscais, concessão de operações de crédito e possibilidade de suspensão do pagamento da dívida. Até a mais recente novidade.

No fim de 2025, o governo gaúcho recebeu sinal verde da Assembleia Legislativa para aderir formalmente a um novo modelo: o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que substituiu o RRF. Com o Propag, a taxa de juros fica entre 0% e 2% ao ano, frente aos 4% do RRF. Já a correção do saldo devedor se dá pelo IPCA, hoje na casa dos 5% – antes, era atualizado pelo Coeficiente de Atualização Monetária (CAM), cujo patamar se assemelhava à Selic, que chegou a 15% em 2025. Em relação ao pagamento da dívida, tanto o RRF quanto o Propag fixam prazo de 30 anos.

Privatização: debate constante

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul promoveu uma das mais amplas agendas de privatizações, concessões e parcerias público-privadas de sua história. Impulsionado pela crise fiscal e a necessidade de ampliar investimentos, o Estado vendeu ativos históricos. Também estruturou uma nova carteira de concessões rodoviárias, de saneamento, parques, aeroportos e equipamentos públicos. Em paralelo, o programa RS Parcerias consolidou uma carteira que projeta mais de R\$ 20 bilhões em novos aportes privados nos próximos anos. A agenda marcou uma mudança de modelo: apostar em capital privado como instrumento central para recuperar infraestrutura, ampliar competitividade e destravar investimentos represados.

Mas existem críticos do modelo, como o deputado estadual Miguel Rossetto, que foi vice-governador entre 1999 e 2002 e hoje integra, entre outras, a Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado. Para Rossetto, o ciclo de privatizações desmontou capacidades estratégicas do poder público sem resolver o ajuste fiscal. “Hoje, no Rio Grande do Sul, estamos debatendo a qualidade da água e o fornecimento de energia elétrica, coisas básicas para a qualidade de vida da população”, afirma.

Entre 2021 e 2022, foram vendidas as operações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), além da participação de 51% do governo na Sulgás. As negociações injetaram cerca de R\$ 8,5 bilhões nos cofres do Estado. Na visão de Rossetto, no entanto, faltam metas concretas de investimentos, cronogramas mais transparentes e mecanismos de controle. “Na privatização da Corsan, por exemplo, em nenhum momento se apresentou de forma detalhada quais seriam os investimentos por município para assegurar o cumprimento das metas para 2033”, diz, referindo-se aos índices estabelecidos pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado até janeiro de 2026, o deputado Ernani Polo integra a mesma Comissão na Assembleia – e pensa diferente de Rossetto. Ele reconhece haver resistências em torno das privatizações e concessões, mas as considera imprescindíveis para avançar na infraestrutura. “O ponto fundamental é fazer contratos bons e justos. Além disso, o desafio é fiscalizar os serviços prestados e os investimentos realizados – punindo quando, eventualmente, o contrato não está sendo executado.”

O segundo colapso estrutural

Se ao longo das décadas a dívida financeira corroía o caixa estadual, a previdência se transformava no segundo eixo da crise. O Rio Grande do Sul sempre manteve regras previdenciárias generosas, como aposentadoria e pensões integrais. Com a expansão do número de beneficiários e o envelhecimento acelerado da base de servidores, o problema se tornou matemático. “A previdência se transformou em um problema gigantesco, porque as pessoas passaram a viver mais anos aposentadas. Ao mesmo tempo, diminuiu o número de servidores ativos contribuindo”, observa Santos. “É uma conta que estruturalmente não fecha.”

O passivo previdenciário vem sendo reduzido desde a reforma de 2020, quando as regras locais foram alinhadas à federal. O déficit, que estava em R\$ 12 bilhões, caiu para R\$ 9,8 bilhões em 2024. Já a reforma administrativa, do mesmo ano, modernizou carreiras e enxugou ajustes automáticos e incorporações de Funções Gratificadas (FGs). Entre outros avanços, instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público – até então, o Estado não

conseguiu pagar o piso salarial dos professores. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o Rio Grande do Sul teve o menor crescimento na despesa de pessoal entre todos os estados entre 2019 e 2024. “Hoje, o orçamento do Estado é extremamente rígido. A maior parte da receita já nasce comprometida com folha, previdência, dívida e despesas obrigatórias”, observa Santos. Por outro lado, resta pouca margem para qualquer tipo de investimento.

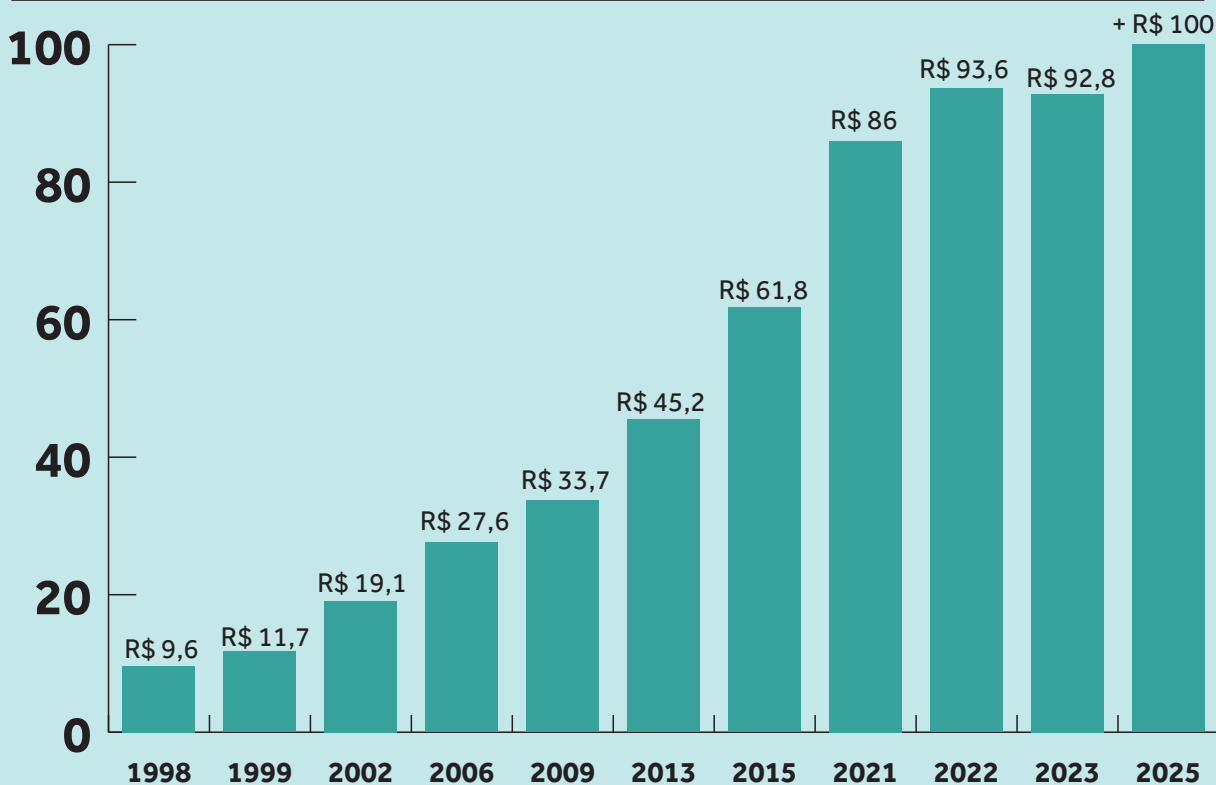
Nesse sentido, negociar prazos e alternativas com o governo federal tem sido um expediente recorrente. Ernani Polo sinaliza, por exemplo, que o governo tenta estender o prazo de suspensão das parcelas da dívida, cujo pagamento deve

recomeçar em 2027. Caso consiga, a ideia é investir em frentes estratégicas como irrigação e manejo dos solos, severamente afetados pelas enchentes. “A proposta é que se mantenha a suspensão por mais dois ou três anos, o que ajudará a fortalecer a economia do Rio Grande do Sul”, afirma. Cerca de R\$ 14 bilhões que seriam pagos em parcelas da dívida com a União foram direcionados ao Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), lançado como resposta às enchentes de 2024.

A iniciativa sintetiza a realidade atual: depois de décadas sobrevivendo à crise fiscal, o Estado luta para recuperar capacidade de investimento justamente quando precisa reconstruir parte significativa de seu território.

UMA DÍVIDA QUE SÓ AUMENTOU

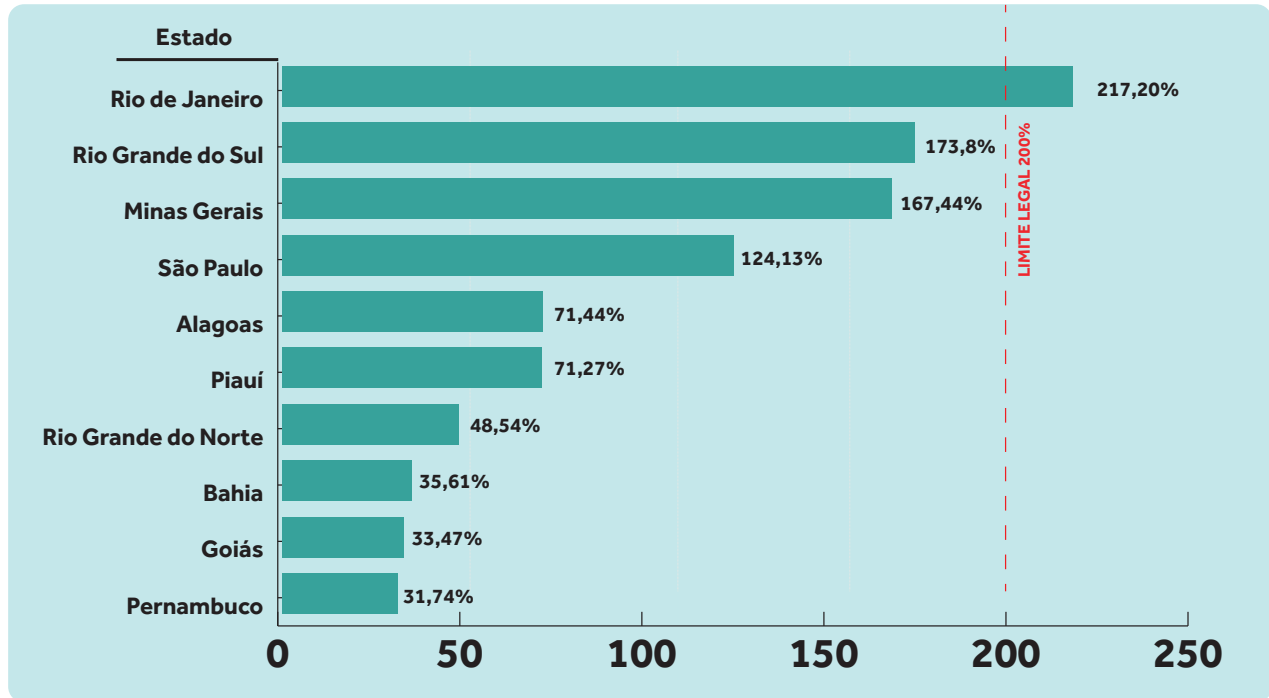
Saldo Aproximado (em bilhões)



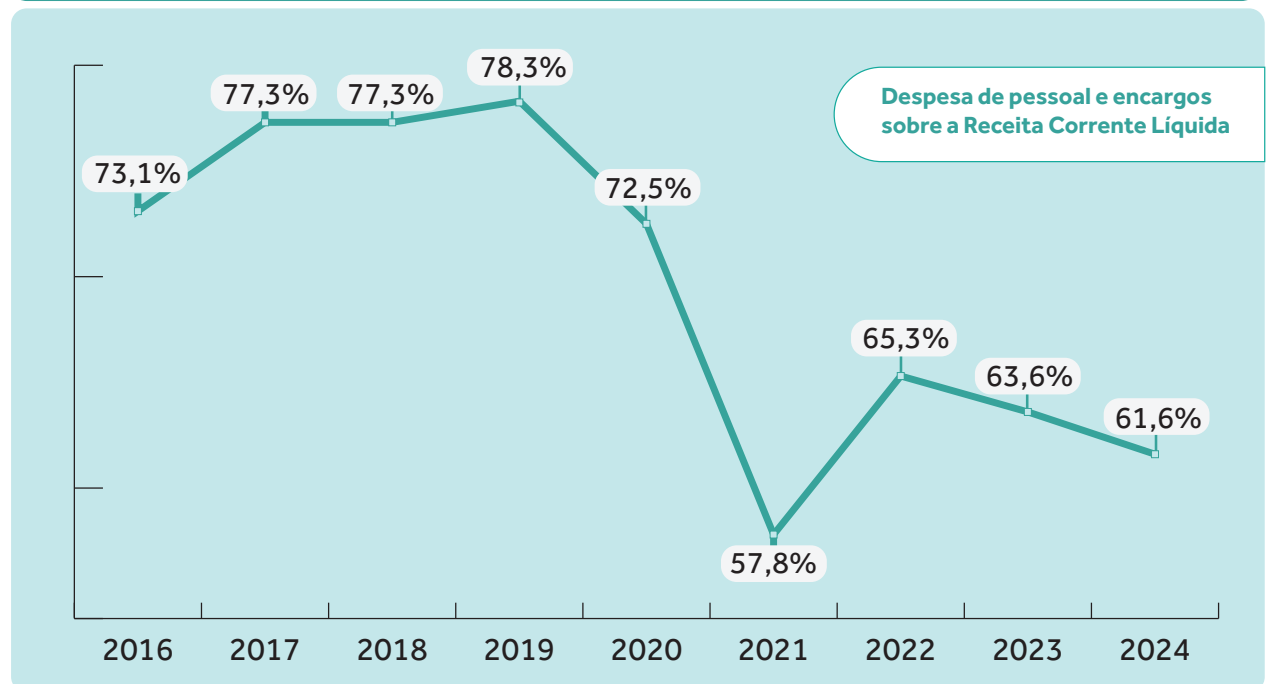
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

10 ESTADOS MAIS DEVEDORES

% DA DÍVIDA EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2025



EFEITOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA



Fonte: Tesouro Nacional



Pandemia e enchentes: dois avisos, uma lição

O impacto das tragédias foi muito além dos prejuízos imediatos: as duas crises obrigaram o estado a rever sua relação com ciência, planejamento urbano, prevenção climática e saúde pública

O Rio Grande do Sul foi marcado, em apenas cinco anos, por duas rupturas dramáticas. Entre 2020 e 2021, assim como o restante do mundo, precisou aprender a viver sob as imposições da pandemia da covid-19. A crise sanitária foi seguida por um trauma particular: as enchentes recorde de setembro de 2023 e de maio de 2024.

Não é apenas a proximidade temporal que une a pandemia e a crise climática local. As duas tragédias têm muito em comum, segundo a médica epidemiologista Lucia Campos Pellanda, que foi reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) de 2017 a 2025. “Quando se destroem os biomas, passamos a ter

mais contato com animais selvagens, o que nos torna mais suscetíveis não apenas ao surgimento de novos vírus, mas também à disseminação deles. E é também da destruição dos biomas, das florestas, dos oceanos e dos rios que surgem as mudanças climáticas”, compara.

Lucia avalia que ambas as tragédias mudaram de patamar assuntos como saúde coletiva, ciência, educação pública, prevenção climática e capacidade de coordenação do Estado. “A pandemia desmontou a ilusão de que prosperidade individual é suficiente para proteger a si mesmo”, afirma. “Enquanto os mais vulneráveis não estiverem protegidos, todos estarão em risco –

inclusive a economia.” Ao longo da pandemia, o Brasil registrou cerca de 700 mil mortes. No Rio Grande do Sul, foram 42 mil vítimas. Mas os efeitos vão além dos números absolutos de perdas humanas. Eles aparecem, segundo Lúcia, na erosão da confiança coletiva, na radicalização social e no avanço da desinformação.

Para o geólogo e pesquisador Rualdo Menegat, uma das principais vozes do debate ambiental gaúcho, as pessoas não conseguem aprender com as tragédias. “A sociedade brasileira ainda reage como se os desastres fossem acidentes isolados. Não são! Estamos desmontando os mecanismos naturais de proteção do território e depois tratando as consequências como fatalidades inevitáveis”, avalia. Para Menegat, que é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador-geral do Atlas Ambiental de Porto Alegre, a enchente de 2024 foi resultado de décadas de ocupação desordenada, destruição ambiental e ausência de planejamento territorial. “O estado cresceu sem compreender os limites físicos do território. Canalizamos rios, impermeabilizamos cidades, destruímos áreas de amortecimento das águas e imaginamos que a natureza continuaria funcionando da mesma maneira. Não continuará.”

Ciência fora dos laboratórios

A pandemia alterou o papel social da ciência no Brasil. Até 2020, epidemiologia, vigilância sanitária e saúde coletiva eram áreas restritas às universidades, ao setor público e a especialistas. Subitamente, conceitos estatísticos, curvas epidemiológicas e modelos de transmissão passaram a ocupar o centro do debate nacional. “Eu dava aula de epidemiologia no Twitter. O que antes era discutido apenas dentro da universidade passou a interessar à população inteira”, lembra Lucia.

A transformação foi profunda. O Brasil ampliou em até 60% a formação de mestres e doutores em saúde coletiva após a pandemia. A área deixou de ser vista apenas como política pública para ocupar espaços estratégicos também no setor privado. Inclusive porque a crise acelerou uma nova fronteira econômica: o complexo industrial da saúde. Hoje, o país tem mais de 1 mil *healthtechs* ativas.

O período de isolamento social, entretanto,

trouxe perdas em praticamente todos os setores. Em 2020, o PIB gaúcho caiu 7,2% – bem acima dos 3,3% registrados pelo país. No auge da crise, até agosto daquele ano, o Rio Grande do Sul acumulava o fechamento de 88,6 mil postos de trabalho. O desemprego de boa parte dessas pessoas levou a um saldo positivo no número de empresas abertas naquele ano. Enquanto 66 mil negócios fecharam, nada menos do que 196 mil foram criados. A maior parte das empresas que desapareceram dependiam do fluxo de pessoas e de capital de giro – em geral, na área de serviços. Já os novos CNPJs foram impulsionados pelo empreendedorismo por necessidade. O mesmo movimento ocorreu em 2021, com saldo de quase 118 mil novos negócios no estado.

A epidemia da desinformação

Se houve uma crise sanitária global, houve também uma crise informacional. A pandemia consolidou o fenômeno que especialistas chamam de infodemia: a disseminação em massa de notícias falsas, tratamentos sem eficácia e teorias conspiratórias. Para Lucia, esse é um dos efeitos mais perigosos deixados pela covid-19: “Houve pessoas deliberadamente espalhando informações fraudulentas. E isso matou gente”. Ganhou força o movimento antivacina, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) já classificava como uma das maiores ameaças globais à saúde pública. A queda da cobertura vacinal e o retorno de doenças anteriormente controladas são consequências disso.

Rualdo Menegat enxerga dinâmica semelhante no debate climático. “Existe uma indústria organizada da desinformação ambiental. Durante anos se vendeu a ideia de que proteção ambiental atrapalhava o crescimento econômico. Agora estamos vendo o custo gigantesco da destruição.” As enchentes produziram prejuízos bilionários, colapsaram infraestrutura urbana, interromperam cadeias produtivas e atingiram diretamente a competitividade do estado. “Não existe mais separação entre pauta ambiental e pauta econômica. Quem ainda trata isso como agendas opostas está preso ao século passado”, afirma Menegat.

A principal conclusão que emerge da década é desconfortável: a pandemia não foi um evento isolado. Ela pode ser encarada com um primeiro

grande choque sistêmico. “A covid foi um aviso”, adianta Lúcia. Menegat vai na mesma direção. “As enchentes também são um aviso. O problema é que continuamos tratando cada tragédia como um episódio excepcional, quando elas já fazem parte de uma nova normalidade climática.” A convergência entre crise sanitária, climática e social começa a reorganizar a própria ideia de desenvolvimento. Saúde humana, preservação ambiental e equilíbrio econômico tornam-se, cada vez mais, dimensões inseparáveis.

Estratégia de prevenção

Com um sistema de proteção contra cheias envelhecido, datando do pós-enchente de 1941, Porto Alegre precisou responder rápido à catástrofe climática, lançando o programa Porto Alegre Forte. O foco emergencial recaiu sobre o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), que iniciou o fechamento definitivo de comportas vulneráveis, a elevação e blindagem de painéis elétricos nas casas de bombas e a execução de obras complexas de contenção na Zona Norte – como a reestruturação de diques para proteger a região do aeroporto e do bairro Sarandi. Para financiar essa transformação e garantir a resiliência da capital, o município estruturou operações de crédito internacionais voltadas à macrodrenagem e ao desassoreamento de rios em parceria com o governo estadual. A cidade também em sua Defesa Civil, com uma nova rede de sensores telemétricos para o monitoramento em tempo real do Guaíba e de arroios. A ideia é criar uma cultura de alerta antecipado e mitigação de danos que deve nortear o desenvolvimento urbano da capital nas próximas décadas.



70,2%

Foi a queda do segmento de veículos automotores em 2020, o mais afetado na indústria gaúcha. Já no setor de serviços, as empresas de alojamento e alimentação amargaram uma retração de 28,8%. No agro, o decréscimo chegou a 29,6%, em razão da estiagem daquele ano.

20,2 mil

Foi o déficit de empregos registrado no estado em 2020.

Saldo econômico da covid-19

Rápida recuperação

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul recuou 7,2% em 2020, um tombo maior que a média nacional (-3,3%). A retomada, entretanto, foi no sentido inverso: impulsionada pela agricultura, a economia gaúcha cresceu 9,3% em 2021, bem acima da média registrada no restante do país (4,8%).

Saldo econômico das enchentes

Prova de resiliência

A estimativa é de que as enchentes tenham causado cerca de R\$ 90 bilhões em perdas para o Rio Grande do Sul. O setor mais impactado foi o de serviços, com recuo de 7,3% – puxado pela queda de 14,3% no turismo. Apesar disso, o PIB gaúcho cresceu 4,9% em 2024, impulsionado pelo desempenho da agropecuária (35%) e pelos movimentos de recuperação na área de construção civil.



63%
É o percentual de indústrias gaúchas que pararam as suas atividades em algum momento de 2024.

600 mil
Foi o número de micro e pequenas empresas afetadas pelas enchentes. Um ano depois, 45% delas ainda estavam em reestruturação, 7% não tinham conseguido retomar as atividades e 2% haviam fechado.

Fontes: IBGE, DEE, Banco Mundial, BID, Governo Federal e Sebrae

29 anos conectando o Rio Grande do Sul ao amanhã

Há quase 3 décadas, o Tecon Rio Grande movimenta cargas que impulsionam a economia gaúcha. Com investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia e visão de longo prazo, seguimos preparados para conectar o estado às oportunidades do futuro!



Juntos transformamos realidades.



Custo Rio Grande: uma agenda persistente

Ainda refém de gargalos históricos, a infraestrutura logística precisa avançar para acompanhar as necessidades da indústria e do agronegócio

A logística sempre foi um problema no Rio Grande do Sul. Mas, ao longo da última década, passou a representar um limite concreto para a competitividade. Se por um lado a indústria modernizou plantas, sofisticou processos e ampliou exportações, a infraestrutura envelheceu, perdeu eficiência e acumulou gargalos. O resultado foi a consolidação de algo que empresários e economistas passaram a chamar de Custo Rio Grande: um peso regional que se soma ao já conhecido Custo Brasil.

“O nosso custo de produzir incorporou tecnologia, inteligência e eficiência. Mas, na hora de vender, o produto volta a custar como se nada disso existisse”, resume Luiz Afonso dos Santos Senna, doutor em Transportes e professor da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Alguns indicadores ajudam a dimensionar o problema. A Pesquisa CNT de Rodovias 2025 analisou mais de 114 mil quilômetros de estradas no Brasil e classificou 10,1% da malha nacional como ótima. No Rio Grande do Sul, o índice é mais do que cinco vezes menor, de apenas 1,8%. Enquanto o custo operacional médio do transporte rodoviário no Brasil é estimado em 31,2%, no território gaúcho ele sobe para 37,2%.

A consequência recai sobre a economia. Estradas deterioradas aumentam consumo de combustível, desgaste de pneus, manutenção de frota, tempo de deslocamento e perdas de carga. Para um estado ancorado no agronegócio e nas exportações industriais, o impacto é ainda maior. O

Rio Grande do Sul segue dependente dos caminhões justamente quando os principais concorrentes operam estruturas mais equilibradas entre rodovias, ferrovias e hidrovias. “Transportar soja por caminhão em longas distâncias é um contrassenso econômico”, afirma Senna.

Uma comparação com outros estados ajuda a explicar a perda relativa. São Paulo opera cerca de 6 mil quilômetros de rodovias duplicadas, ao passo que o Rio Grande do Sul tem aproximadamente 400 quilômetros. O Paraná, outro competidor do agronegócio, estruturou uma nova geração de concessões rodoviárias estimada em R\$ 50 bilhões. “Enquanto São Paulo criou uma indústria de produção de rodovias, o Rio Grande do Sul ainda discute se deve ou não fazer concessão”, critica Senna.

A volta das concessões

Parte importante da deterioração logística esteve ligada à longa crise fiscal, que minou a capacidade de investir. Segundo estimativas da CNT, o Rio Grande do Sul precisaria destinar cerca de R\$ 10 bilhões apenas em manutenção e recuperação rodoviária emergencial. Ainda assim, a última década também trouxe sinais de mudança. A agenda de concessões, privatizações e parcerias público-privadas voltou ao centro da política econômica estadual. “Não há como melhorar a infraestrutura sem fazer concessões e privatizações”, afirma o deputado estadual Ernani Polo, ex-secretário de Desenvolvimento Econômico. Para ele, o desafio está menos em discutir o modelo e mais em construir contratos eficientes. “Brigar com concessão ou privatização não é o caminho.”

No fim de 2025, o governo apresentou o projeto de concessão do chamado Bloco 1, envolvendo estradas das regiões Metropolitana, Serra e Litoral Norte, além de anunciar o edital do Bloco 2, voltado ao Vale do Taquari e à Região Norte — áreas afetadas pelas enchentes de setembro de 2023 e de maio de 2024. Os dois projetos integram a carteira do Plano Rio Grande, criado para recuperar o estado e prepará-lo para futuros desastres climáticos. Juntos, os Blocos 1 e 2 somam mais de R\$ 12 bilhões em investimentos privados ao longo de 30 anos. As concessões incluem duplicações, terceiras faixas, acostamentos, revitalização da sinalização e serviços operacionais permanentes. No entanto, o dado mais revelador é outro: muitas das rodovias contempladas

nos novos blocos ainda operam sem qualquer trecho duplicado, apesar de atravessarem algumas das regiões mais produtivas do estado.

Hidrovias de volta à pauta

Os gargalos continuaram severos em outros modais. O potencial hidroviário do sistema Jacuí-Lagoa dos Patos permaneceu historicamente subutilizado por problemas como dragagem insuficiente e ausência de sinalização para navegação noturna. “O impacto econômico da ausência de sinalização é gigantesco perto do baixo custo necessário para implantá-la”, afirma Senna. Por outro lado, a enchente acabou acelerando uma nova agenda hidroviária. O Plano Rio Grande passou a tratar a recuperação da navegabilidade como eixo estratégico, prevendo R\$ 731 milhões em investimentos como a dragagem de 22 canais e a recuperação de mais de 320 quilômetros de hidrovias. Em abril de 2026, a chegada do navio PGC Taormina a Porto Alegre, vindo de Rio Grande, simbolizou esse esforço de retomada: foi a primeira navegação noturna de grande porte realizada no estado.

O Porto de Rio Grande sempre funcionou como uma exceção positiva na logística gaúcha. O complexo preservou competitividade operacional, recebeu investimentos e ampliou estruturas de armazenagem nos últimos anos. Mas existe um paradoxo evidente: o terminal funciona melhor do que os caminhos que levam até ele. Acesso rodoviário limitado, baixa integração ferroviária e subutilização hidroviária reduzem parte dos ganhos logísticos obtidos com as operações no porto. Ainda assim, os investimentos continuam acontecendo. O Tecon Rio Grande, por exemplo, prevê o aporte de R\$ 1,1 bilhão até 2030. Já o terminal graneleiro da CCGL deverá quadruplicar sua capacidade operacional com um investimento de R\$ 700 milhões.

No Litoral Norte, o Porto Meridional de Arroio do Sal — ainda em fase de licenciamento ambiental — deverá receber R\$ 6,5 bilhões de investimentos privados. “Esse porto vai possibilitar o escoamento da produção que hoje, em parte, está sendo exportada por portos catarinenses”, celebra Ernani Polo.

A situação ferroviária, por sua vez, permanece mais delicada. A Malha Sul entrou em período de incerteza regulatória com o fim do atual contrato de concessão previsto para 2027. A indefinição

trava investimentos privados justamente em um estado fortemente dependente do transporte rodoviário. Isso afeta regiões industriais como a Serra, onde empresas seguem recebendo aço, bobinas e componentes por caminhões, mesmo em trajetos nos quais o trem seria mais eficiente e barato.

A infraestrutura da reconstrução

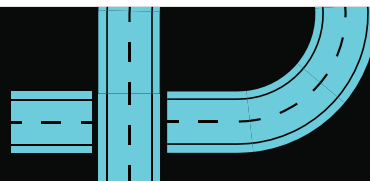
As enchentes mudaram o patamar da discussão logística no Rio Grande do Sul. Rodovias interrompidas, pontes destruídas, ferrovias inoperantes e o fechamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho por quase seis meses expuseram a fragilidade logística do estado diante de eventos climáticos extremos. O episódio consolidou a percepção de que reconstruir não significaria apenas refazer obras antigas, mas redesenhar a lógica de resiliência do território. O Plano Rio Grande

reúne 227 projetos e prevê cerca de R\$ 14 bilhões em investimentos em reconstrução e adaptação climática. Entre as iniciativas mais simbólicas está a nova ponte da ERS-130 sobre o Rio Forqueta, entre Lajeado e Arroio do Meio, construída em apenas sete meses, cinco metros mais alta e 51 metros mais extensa que a estrutura anterior.

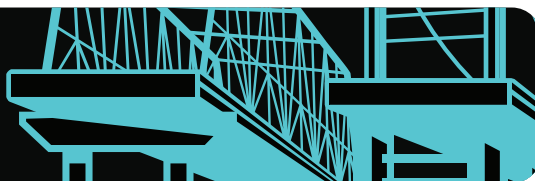
A questão é que o estado busca recuperar tempo perdido enquanto outros polos aceleram investimentos. Santa Catarina consolidou múltiplos portos – hoje são cinco grandes terminais, e a previsão é chegar a oito até 2030. O Paraná avança a passos largos em rodovias mais modernas. O Centro-Oeste ampliou corredores ferroviários e novas rotas de exportação pelo Norte do país. O Rio Grande do Sul modernizou sua produção e ampliou as exportações, mas é inegável que seus caminhos envelheceram mais rapidamente do que sua economia.

COMO A ENCHENTE ABALOU A INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO RS

Mais de **8 mil km** de estradas estaduais afetadas



Pelo menos **17 pontes** destruídas ou severamente comprometidas



Cerca de **40 km** de canais assoreados no porto de Rio Grande



Mais de **320 km** de malha hidroviária impactada





Agronegócio: hora de semear resiliência

Entre recordes de produção e perdas históricas, o campo gaúcho entrou em uma era mais tecnológica e produtiva – mas dramaticamente mais exposta às oscilações do clima

Entre 2016 e 2026, o Rio Grande do Sul viveu uma década contraditória. O estado consolidou o agronegócio como principal motor da economia, impulsionado pela soja, pela modernização tecnológica e pela maior inserção global. Em paralelo, enfrentou uma sucessão inédita de secas e enchentes que expôs a fragilidade de um modelo extremamente dependente do clima. O principal desafio do agro gaúcho, hoje, chama-se resiliência. E a soja simboliza esse paradoxo.

O grão avançou sobre áreas antes ocupadas por outras culturas, tornou-se eixo econômico de centenas de municípios e fortaleceu uma cadeia que movimenta indústria, logística, crédito, serviços

financeiros e exportações. Com a explosão do complexo soja, o agronegócio passou a responder por 40% do PIB gaúcho e a sustentar uma parcela relevante das exportações.

Para Antonio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), o peso econômico do setor vai além das propriedades rurais: “Quando a safra quebra, não é apenas o produtor que perde: perde a indústria de máquinas, o comércio, o transporte, o município inteiro. O agro moderno movimenta uma cadeia gigantesca e altamente industrializada”. Justamente quando o setor atingia maior sofisticação tecnológica, o clima passou a impor um ciclo de perdas sucessivas.

O tempo se arma

Entre 2020 e 2025, o estado se viu diante de estiagens severas em quatro safras – 2020, 2022, 2023 e 2025 –, além da enchente histórica de 2024. “Foi um ciclo climático extremamente raro e intenso, em que o Rio Grande do Sul acumulou um grande atraso econômico”, observa Luz. Segundo o economista, as perdas acumuladas entre 2020 e 2025 se aproximam de R\$ 400 bilhões – quase a metade do PIB gaúcho anual. O efeito atingiu produtores, transportadoras, cerealistas e indústrias de máquinas. Tanto o comércio regional quanto os municípios dependentes da safra sofreram retrações.

Mesmo diante das adversidades, um segmento que tem no campo sua maior valência demonstrou solidez. “Se eu reportar à ótica do cooperativismo, tivemos dez anos de muito crescimento, sempre na casa dos dois dígitos”, destaca Darci Hartmann, presidente do Sistema Ocergs, que também representa cooperativas de ramos distintos, como crédito e saúde. “Os últimos cinco anos cobraram seu preço, com o valor das commodities lá embaixo, mais as secas e as enchentes. Esse cenário tem levado o produtor a repensar modelo, a cuidar de caixa e a se profissionalizar mais”, reconhece.

Paulo Roberto da Silva, diretor do Departamento de Governança de Sistemas Produtivos da Secretaria da Agricultura do Estado, avalia que a década marcou a descoberta definitiva da vulnerabilidade climática. “Desde 2016, passamos a conviver ou com falta de chuva ou com enchentes. Hoje, parte da Fronteira Oeste já apresenta características semelhantes às do Nordeste brasileiro em termos climáticos”, explica. “O Rio Grande do Sul descobriu que também é vulnerável. E isso muda completamente a lógica da agricultura, do crédito e do planejamento público.”

A resposta técnica convergiu para a irrigação. O estado, porém, avançou com lentidão à medida que o clima se tornava mais extremo. Atualmente, fora o arroz – cuja área irrigada supera 90% –, menos de 5% das áreas de outras culturas utilizam irrigação regular, de acordo com Silva. Os números ajudam a explicar o tamanho do debate. Em condições normais de sequeiro, a produtividade média da soja varia entre 50 e 60 sacas por hectare. Com irrigação, o rendimento sobe para algo entre 65 e 80 sacas por hectare, com ganho médio de 10 a 25 sacas por hectare — aumento de produtividade de 15% a 30%, além de maior estabilidade em anos climáticos adversos.

“A irrigação deixou de ser uma opção e virou

questão estratégica. Mas ela não funciona isoladamente. Precisa de água, energia, integração ambiental e crédito”, destaca Silva. “Durante muito tempo, o Estado criou obstáculos para preservação de água e licenciamento. Agora estamos pagando essa conta.” O próprio governo estadual passou a ampliar o incentivo. O programa Mais Água, Mais Renda, relançado em 2023 e ampliado em 2024, elevou o limite de subvenção para projetos de irrigação de R\$ 100 mil para R\$ 150 mil por propriedade. Ainda assim, os resultados permanecem diminutos diante da dimensão agrícola estadual: a segunda fase do programa alcançou cerca de 121 mil hectares irrigados em um universo de 6,8 milhões de hectares cultivados.

Gestão no campo

Além do clima, a década trouxe outro desafio: o aumento da complexidade financeira do agro. O setor tornou-se mais profissionalizado, mais dependente de crédito privado e mais sensível a juros elevados e oscilações globais. As emissões de Cédulas de Produto Rural (CPRs) já alcançam cerca de R\$ 500 bilhões no Brasil, aproximando o agronegócio do mercado de capitais por meio de instrumentos como os Certificados Recebíveis de Agronegócio (CRA) e o Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro). “Se o século 20 foi o da tecnologia no campo, 21 será o século da gestão. Hoje o produtor precisa entender fluxo de caixa, custo financeiro, *hedge*, crédito, seguro e governança. Os volumes financeiros ficaram grandes demais para decisões intuitivas”, resume Antonio da Luz.

Ao mesmo tempo, a hegemonia da soja passou a dividir opiniões. Embora a oleaginosa siga como principal vetor do campo gaúcho, especialistas divergem sobre o grau de dependência criado ao longo da última década e sobre os caminhos para reduzir a exposição climática e financeira. Para o economista-chefe da Farsul, a concentração na soja é consequência natural da lógica global de mercado: o agricultor produz aquilo que o mundo compra. “A soja continua economicamente viável e competitiva. O problema maior não é a cultura em si, mas a sucessão de estiagens que destruiu margens e aumentou o endividamento”, observa.

Paulo Roberto da Silva, por sua vez, defende que o modelo centrado em uma única grande safra perdeu sustentabilidade econômica e agrônômica diante da realidade climática. Para ele, não existe mais espaço para o produtor trabalhar só de outubro a março. O solo precisa produzir o ano inteiro. “Segunda e terceira



safra, integração com pecuária, canola, milho e culturas de inverno passam a ser fundamentais. O Rio Grande do Sul precisa parar de exportar apenas grão e ampliar a industrialização da soja e de outras cadeias para agregar valor”, defende. O economista Martinho Lazzari, pesquisador do Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS) observa que nos últimos dez anos a área plantada de soja continuou crescendo, mas em ritmo menor do que se via 15 anos atrás. “Por outro lado, há aumento de área das culturas de inverno,

como uma alternativa de renda”, diz ele, que cita como exemplos aveia e trigo, além da canola. “A canola tem sido matéria-prima para a indústria de biocombustíveis, que cresce bastante no estado.”

O diagnóstico é ambíguo. O agronegócio segue sendo a principal âncora econômica, mas também se tornou o setor que mais expõe as fragilidades estruturais do estado. O Rio Grande do Sul produziu riqueza em escala global, mas descobriu que produtividade sem adaptação climática já não basta.

Ano	Varição do PIB do agro	Principais acontecimentos
2020	-29,6%	Estiagem severa
2021	+53%	Safra recorde de soja (recuperação)
2022	-42,9%	Nova estiagem
2023	+16,3%	Estiagem persiste
2024	+35%	Enchentes (maio), mas com safra recorde
2025	-6,8%	Estiagem e queda de 25,2% na soja

Fontes: DEE/RS e IPEA

Fazendo história no campo e construindo o amanhã.



Conheça nossa história:



@slc_grupo



slc.com.br



Indústria: uma década de transformação

Da crise calçadista ao salto em inovação, a indústria gaúcha reorganiza seu perfil produtivo diante de um cenário de crescente concorrência global e mudanças estruturais

Alguns movimentos que aconteceram nos últimos dez anos ajudaram a transformar o modelo industrial do Rio Grande do Sul. De um lado, segmentos tradicionais, como calçados e parte da indústria têxtil, perderam protagonismo. De outro, atividades ligadas a agronegócio, metalmecânica, tecnologia, automação e energia ganharam projeção. Não se trata de uma mudança setorial, mas de uma reorganização do perfil industrial, pressionada por múltiplos fatores, como concorrência global, inovação e crise fiscal.

O Rio Grande do Sul mantém forte o peso da indústria em sua matriz econômica, respondendo

por 26,5% do PIB em 2023 – 2,2 pontos percentuais acima do registrado dez anos antes, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No Brasil, o índice é de 23,4%. Mas a composição desse parque industrial mudou significativamente ao longo da última década. A agroindústria consolidou-se como eixo central, impulsionando novas cadeias, como a de biocombustíveis. Juntamente com os derivados de petróleo, os biocombustíveis foram os que mais ganharam participação na indústria do estado, com um aumento de 4,3 pontos percentuais entre 2013 e 2023. Ao mesmo tempo, polos tradicionais da Serra Gaúcha aceleraram processos de automação

e sofisticação produtiva, especialmente nos setores metalmeccânico, automotivo, implementos rodoviários e equipamentos industriais.

A transformação também chegou ao beneficiamento de matérias-primas. Aqui, o destaque é a indústria de alimentos. A participação desse segmento no PIB industrial cresceu de 11,5% em 2023 para os atuais 14,9%. O avanço foi impulsionado principalmente pelo agronegócio. O crescimento da produção de soja, carnes, arroz e derivados aumentou a demanda por processamento industrial – o que fortaleceu frigoríficos, esmagadoras de grãos, cooperativas e empresas de alimentos processados. A valorização das exportações, a partir de 2019, também favoreceu a pecuária, sobretudo nas vendas para China, Oriente Médio e Sudeste Asiático. A nova realidade é de uma economia mais conectada ao agro e à exportação, ampliando sua presença nas cadeias de transformação de produtos primários.

Atualização e sustentabilidade

Entre 2016 e 2020, grandes empresas instaladas no estado promoveram um ciclo intenso de investimentos em tecnologia. Conceitos ligados à Indústria 4.0, digitalização logística, integração de sistemas, inteligência artificial, softwares de gestão, manufatura avançada, automação e inovação aberta ganharam força. Sobretudo após a pandemia, quando produtividade e rastreabilidade passaram a ser vistas como fatores de sobrevivência – e de alinhamento aos novos preceitos globais de sustentabilidade ambiental. Em muitas organizações, foi o período de maior investimento de toda a década. Enquanto isso, a indústria seguiu enfrentando gargalos históricos, com uma infraestrutura logística deficiente, dependência acentuada do modal rodoviário e escassez de mão de obra qualificada.

Além disso, a última década trouxe renovação. À medida que empresas ligadas à saúde, alimentos *premium* e energia renovável conquistavam espaço, por exemplo, setores tradicionais buscavam maior agregação de valor, nichos tecnológicos e internacionalização. Um levantamento realizado pela revista AMANHÃ a partir de balanços divulgados pelas maiores empresas de capital aberto do Rio Grande do Sul indica um salto nos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para R\$ 18 bilhões em 2025. Dez anos antes, essas indústrias reservaram cerca de R\$ 5 bilhões para projetos de

P&DI. Mais recentemente, a incorporação de IA, integração de dados e automação passou a alterar inclusive a forma como as organizações estudam cenários econômicos. “A IA tem nos ajudado a fazer análises mais rápidas, abarcando uma quantidade muito maior de dados e informações”, afirma Giovanni Baggio, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

O tema da tecnologia está ligado, também, ao debate da extinção da jornada 6x1, que pode afetar o setor nos próximos anos. Para o estado, a estimativa da CNI é que a eventual mudança acarrete uma elevação de até 7% nos custos de folha de pagamento do setor. Na visão do economista Igor Moraes, pós-doutor em Estatística e IA Aplicada a Finanças, a pauta precisa ser relativizada em razão da própria automação. “É muito mais fácil robotizar a indústria e fazer uma fábrica funcionar 24x7. Qual é a diferença do Brasil e do resto do mundo? O Brasil vai querer cobrar INSS do robô”, critica ele, que é ex-presidente da extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Já Martinho Roberto Lazzari, economista do Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Estado, sinaliza que a marcha acelerada da inovação deve alavancar ganhos de escala e receita de forma ampla. “Temos um aumento considerável da produção de biocombustíveis. E o Rio Grande do Sul é o líder brasileiro nesse segmento”, diz. “Investimentos também tendem a serem realizados na instalação de *data centers* e indústrias de microeletrônica. Esses e outros segmentos poderão diversificar a estrutura econômica do estado.”

De forma precursora, por exemplo, o Rio Grande do Sul possui a primeira planta industrial a produzir o chamado plástico verde. A unidade de Triunfo da Braskem consolidou no produto uma nova abordagem na produção petroquímica, utilizando matérias-primas não fósseis e demonstrando o potencial da geração de derivados sem petróleo. “A Braskem foi uma das primeiras empresas do mundo a se preocupar em utilizar outras matérias-primas verdes na produção petroquímica”, contextualiza o engenheiro químico João Luiz Zuñeda, sócio fundador da consultoria MaxiQuim. Desde 2010, a companhia produz o eteno verde no Rio Grande do Sul, a partir de etanol de cana-de-açúcar, matéria-prima do polietileno.

Reinvenção bem-sucedida

A crise econômica que afetou o país em 2016 derrubou a renda da população e elevou taxas de desemprego e inflação. No Rio Grande do Sul, atingiu ainda as vendas e os ganhos de verticais da indústria historicamente consolidadas. E o setor calçadista sintetiza esse processo. Estruturado há décadas sobre escala e mercado interno, o setor se beneficiou da expansão do consumo nos anos 2000, mas perdeu competitividade frente às importações asiáticas ao longo dos anos seguintes. Em 2016, com a retração do consumo, essa base se rompeu.

Quando milhões de consumidores adiam compras não-essenciais, o impacto é imediato. No caso do calçado, isso se traduziu em queda de vendas, aumento de estoques e redução da produção. Indicadores do setor apontam retração de faturamento – em alguns casos próxima de 30% –, além do fechamento de empresas e a eliminação de milhares de empregos formais no período. A crise obrigou os calçadistas a mudarem a lógica produtiva quando o modelo até então vigente não se mostrou mais sustentável economicamente. O setor, então, trocou a rota baseada na quantidade e apostou numa estrada de maior valor: qualidade, diferenciação e mercado de nichos.

Papel de valor

Outro setor importante para a indústria gaúcha é o de celulose e papel. Atualmente, o estado ocupa a quinta posição no ranking nacional, liderado pelo Mato Grosso do Sul. A perspectiva é positiva em razão dos investimentos previstos para o setor. O principal deles é o Projeto Natureza, da CMPC. Sediada em Guaíba, a multinacional chilena deve aportar R\$ 27 bilhões para erguer uma nova fábrica e um terminal portuário em Barra do Ribeiro. “É um setor quase todo voltado para a exportação e possui uma cadeia produtiva com muita renda. Isso vai desde o cortador da árvore até o caminhoneiro que transporta o produto final. É todo um ciclo”, ressalta o economista Igor Moraes.

6,3%

É a fatia do Rio Grande do Sul na produção industrial brasileira. O número praticamente não se alterou ao longo dos últimos dez anos.

Os 5 principais setores da indústria gaúcha



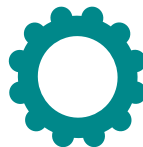
14,9%
Alimentos



13,2%
Construção



12,0%
Máquinas e equipamentos



8,3%
Serviços ind. de utilidade pública



6,0%
Químicos

Cerca de **8,5%** do total de empresas que atuam no setor industrial brasileiro estão no Rio Grande do Sul.

A indústria é responsável por **44,9%** das exportações efetuadas pelo estado. Os produtos manufaturados representam **36,3%** do total das exportações.



Educação: no meio do caminho

O próximo teto de crescimento do Rio Grande do Sul pode estar menos na falta de capital e mais no déficit de capital humano

Ao longo do século 20, o Rio Grande do Sul construiu a imagem de um dos estados de melhor educação no Brasil. A tradição no ensino, aliada a fatores culturais, econômicos, demográficos e institucionais, ajudou a consolidar a percepção de uma sociedade mais letrada. Entre 2016 e 2026, no entanto, a realidade começou a desmontar esse imaginário. Inclusive porque a questão deixou de ser meramente educacional – tornando-se, também, econômica.

A mudança de percepção ganhou força quando o mercado de trabalho passou a exigir profissionais mais qualificados, capazes de operar tecnologias complexas, interpretar dados, lidar com automação, IA e gestão integrada. O problema? O sistema educacional não avançou no mesmo compasso das transformações. Pesquisa de 2025 da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) mostra que a falta de mão de obra qualificada afeta 85,5% das indústrias. O gargalo deixou de ser um problema de recursos humanos e passou a ser um limitador de expansão produtiva, de adoção tecno-

lógica e de atração de investimentos.

O tema ganha ainda mais relevância porque coincide com a transição demográfica. O Rio Grande do Sul envelhece mais rápido que a média brasileira, enquanto a população economicamente ativa desacelera. Projeções indicam retração populacional a partir de 2027. Em outras palavras: quando a economia demandar mais qualificação, haverá menos jovens disponíveis. E o desafio não é só formar talentos, mas retê-los. Diferentemente de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul tem atraído pouca migração qualificada e perdido capacidade de renovação populacional.

Patrícia Palermo, economista-chefe da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), observa que o estado ainda preserva indicadores importantes de renda e competitividade, mas cresce menos do que a média nacional há vários anos. Para ela, a mudança demográfica torna a educação ainda mais estratégica. “Precisamos utilizar os recursos financeiros para ter a qualidade como métrica principal da educação.”

Escalar a qualidade

O paradoxo é que o Rio Grande do Sul mantém uma base educacional sólida. O estado possui uma das redes universitárias mais densas do país, com instituições de forte reputação acadêmica, além de um sistema robusto de universidades comunitárias espalhadas pelo interior. Também registrou avanços na educação básica ao longo da última década. Em 2019, por exemplo, o Rio Grande do Sul saltou da 15ª para a 8ª posição nacional no Ideb do ensino médio da rede pública, alcançando a melhor nota de sua série histórica.

Parte dessa melhora se intensificou nos últimos anos. Se em 2019 o Rio Grande do Sul contava com apenas 18 escolas estaduais de ensino médio integral, atendendo 5 mil alunos, em 2026 esse número chegou a 432 instituições e mais de 50 mil estudantes — o equivalente a 21% das matrículas da rede. No mesmo período, a taxa de abandono escolar caiu à metade, passando de 6,3% para 3,2%. Mas os avanços convivem com fragilidades persistentes. Em 2025, o Rio Grande do Sul ficou abaixo da meta estipulada pelo Ministério da Educação para alfabetização na idade adequada. Segundo o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), apenas cinco em cada dez crianças (52%) estavam alfabetizadas na idade esperada, aquém da meta de 69%. Em Porto Alegre, a situação é pior: menos de três em cada dez crianças (27%) chegam ao terceiro ano dominando a leitura e a escrita no nível esperado.

Parte desse resultado pode ser atribuída à pandemia e às enchentes, que interromperam atividades escolares e aprofundaram desigualdades de aprendizagem. Para a educadora Mônica Timm de Carvalho, o Rio Grande do Sul perdeu protagonismo ao se acomodar sobre uma reputação construída décadas atrás. “Nós temos ilhas de excelência, mas, como um todo, não penso que o nosso estado seja bem educado”, diz. A avaliação dialoga com uma percepção cada vez mais frequente entre empresários e especialistas: o Rio Grande do Sul continua formando profissionais qualificados em nichos específicos, não em escala capaz de sustentar um ciclo forte de crescimento. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (SENAI-RS), por exemplo, coleciona reconhecimentos de inovação e educação. Alunos do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas conquistaram o segundo lugar na Infomatrix World Finals 2026, competição realizada na Romênia. Ainda no âmbito do Sistema S, a Fiergs está investindo de R\$ 33 milhões em um complexo educacional do Ser-

viço Social da Indústria (SESI) em Santa Cruz do Sul. Mais de 1.000 alunos serão atendidos, da educação infantil ao contraturno tecnológico. “Esta nova escola simboliza a crença dos industriais gaúchos no poder transformador da educação de qualidade. Assim, o Sistema Fiergs está construindo hoje a indústria do amanhã”, disse Claudio Bier, presidente da Fiergs, no lançamento do projeto, em 2025.

Apesar de avanços como os mencionados, o descompasso continua. “A gente entendia o ensino profissionalizante como primo pobre da educação”, afirma Mônica. Segundo ela, muitos cursos permanecem muito focados em tarefas operacionais, sem preparar estudantes para transformações tecnológicas mais amplas. “Se essa pessoa não tiver visão global de mundo, no momento em que aquela máquina deixar de existir, ela perde relevância no mercado.” A crítica converge com a avaliação de João Carlos Brum Torres, ex-secretário estadual de Coordenação e Planejamento, para quem o Rio Grande do Sul ainda mantém um “divórcio” entre universidades e setores produtivos: “Temos que fazer uma sinergia maior entre o que tem de inteligência no estado e os setores produtivos”. Para ele, produtividade e competitividade dependem cada vez mais da capacidade de transformar conhecimento em inovação aplicada.

Não apenas as indústrias relatam dificuldade crescente para preencher vagas. Empresas de tecnologia, logística, construção civil e agronegócio também sofrem com a escassez de profissionais qualificados. Inclusive porque o problema deixou de estar restrito a cargos altamente especializados. Em muitos casos, faltam trabalhadores com competências intermediárias, capacidade de adaptação tecnológica e formação contínua. “O verdadeiro motor da economia é a inovação e a criatividade das pessoas”, diz o economista Marcelo Portugal, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em um estado que envelhece e tenta reposicionar sua economia em setores mais intensivos em conhecimento, educação torna-se, também, infraestrutura econômica.

2,4% é a taxa de analfabetismo entre a população gaúcha com 15 anos ou mais. Em 2016, esse índice era de 3%.



A linguagem da nova economia

Um grande ecossistema de inovação vem se consolidando no Rio Grande do Sul – e se destacando como ativo reputacional e de conexão

Ainda que dispersos e sem maior articulação, alguns movimentos de inovação já vinham sendo realizados no ambiente empresarial do Rio Grande do Sul dez anos atrás. Aos poucos, o tema começaria a sair dos laboratórios universitários e empresas de software. Em 2015, o Instituto Caldeira não existia. Porto Alegre não sediava o South Summit Brazil. Tampouco a Gramado Summit havia sido criada. Não havia um mapeamento regional de startups. E até mesmo estruturas consolidadas, como o Tecnopuc e o Tecnosinos, eram percebidas mais como ativos universitários do que como peças centrais de uma estratégia de desenvolvimento.

O que mudou nesse período não se limita à profusão repentina de startups, *hubs* tecnológicos e ecossistemas de inovação. Foi algo mais profundo: a inovação deixou de ser vista como setor específico e passou a ser incorporada como princípio organizador da economia. Entrou no vocabulário da indústria metalmeccânica, do agronegócio e das cooperativas. Também da logística, dos fundos de investimentos e dos governos. Uma das consequências disso é que, desde 2024, o Rio Grande do Sul lidera o pilar de inovação do Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). O indicador mede pesquisa científica, patentes, empresas de alto crescimento,

bolsas de pós-graduação, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e estrutura de apoio à inovação.

A vantagem acadêmica

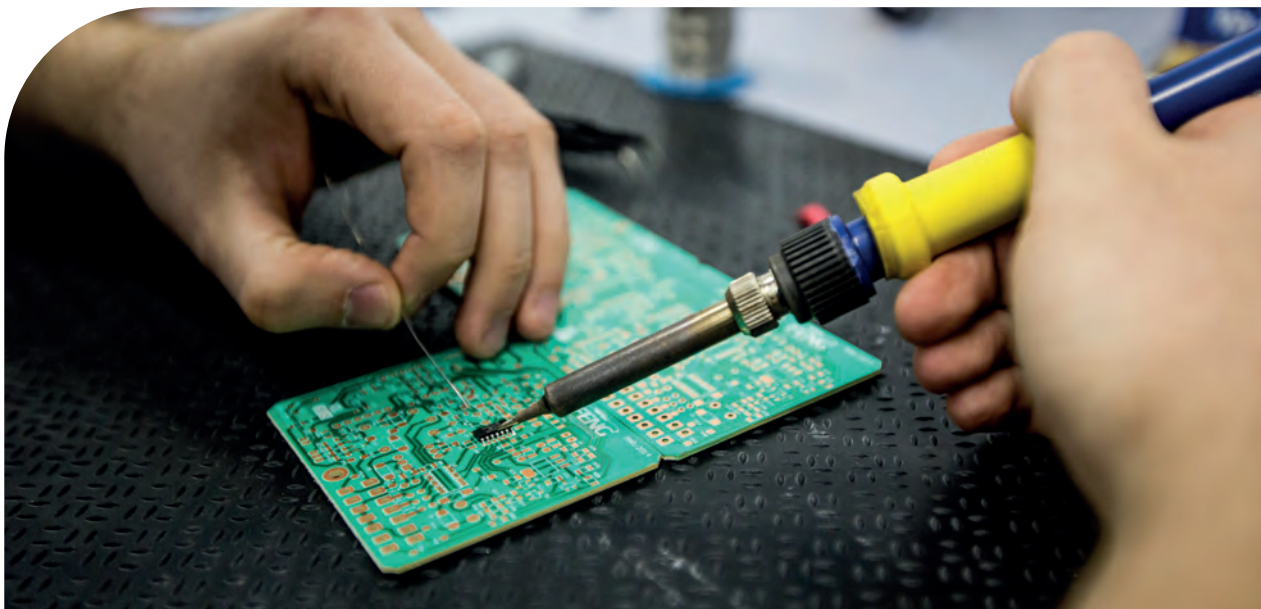
Uma das primeiras camadas para essa quebra de paradigma vem das universidades. Quando o Tecnosinos foi criado, em 1999, ainda sob o nome de Polo de Informática de São Leopoldo, ou quando o Tecnopuc nasceu, em 2003, o conceito de parque tecnológico era incomum no Brasil. Hoje, a estrutura junto à Unisinos tem um histórico de 120 registros de propriedade intelectual e abriga mais de 100 empresas de seis países – juntas, elas somam receita superior a R\$ 2,5 bilhões. Já o Tecnopuc reúne 250 organizações, emprega 8,5 mil pessoas e ocupa área superior a 90 mil metros quadrados. Se no parque de São Leopoldo há companhias como Teikon, HT Micron e SAP Labs, na PUCRS estão marcas como Dell, HP e Microsoft. Nos dois casos, as estruturas permitem que pesquisadores, estudantes, startups e multinacionais tenham uma convivência ainda incipiente no Brasil.

Um estudo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) aponta que o Brasil chegou em 2025 com 113 iniciativas de parques tecnológicos, sendo 64 em operação. Os parques reuniam 2.706 empresas, geravam 75 mil empregos diretos e faturavam mais de R\$ 15 bilhões. O estudo mostra, também, que parques tecnológicos costumam levar entre dez e 12 anos para

atingir maturidade econômica – exatamente o intervalo que separa a criação de muitos empreendimentos gaúchos da explosão de visibilidade percebida mais recentemente.

Embora o modelo internacional tenha migrado, em muitos casos, dos centros universitários para distritos de inovação, o Rio Grande do Sul conseguiu transformar sua tradição acadêmica em vantagem competitiva. “Nós temos aqui alguns dos melhores parques do Brasil, alguns com destaque global”, afirma Ronald Krummenauer, CEO do *hub* colaborativo Transforma RS. Para ele, que já foi secretário estadual da Educação, o cenário atual é fruto de uma política pública construída nos últimos 15 anos, envolvendo legislação estadual de inovação, universidades comunitárias e articulação regional. Esta última, inclusive, é uma característica particular do ecossistema estadual: a interiorização.

Enquanto muitos polos brasileiros estão concentrados nas capitais, no Rio Grande do Sul a inovação é mais espalhada. Hoje o estado possui cerca de 20 parques distribuídos entre Região Metropolitana, Serra, Norte, Centro e Sul. Essa capilarização acabou dando à inovação gaúcha um perfil diferente do observado em São Paulo (SP) ou Florianópolis (SC). Aqui, o movimento não cresceu apenas em fintechs, aplicativos ou startups do mundo digital. Espalhou-se por indústria, agronegócio, saúde, logística e cooperativismo, entre outros. O Ministério da Agricultura, por exemplo, registra 189 *agtechs* em operação no Rio Grande do Sul, colocando o estado



entre os líderes de tecnologia no campo. Na Serra, o debate recai sobre temas como manufatura avançada, automação industrial e eletrificação veicular – sobretudo a partir de iniciativas como o Instituto Hélice, em Caxias do Sul, criado em 2018 por Marcopolo, Randon, Florense e Soprano. Em outra frente, cooperativas testam IA e inovação aberta enquanto hospitais universitários desenvolvem soluções em *healthtech*. É o que acontece no Vale do Taquari, onde o Tecnovates, parque ligado à Univates, em Lajeado, abriga o Hub Tecno Saúde.

Distinguir esses movimentos é importante porque tecnologia e inovação não são a mesma coisa. Uma organização pode automatizar processos, comprar softwares de vanguarda e investir milhões em IA sem alterar estruturalmente sua competitividade. Por outro lado, uma pequena empresa pode inovar ao resolver um problema antigo com uma solução simples, econômica e escalável. De maneira pioneira, a revista AMANHÃ realiza há mais de 20 anos o projeto Campeãs da Inovação no Sul do Brasil. A pesquisa permite que empresas e organizações da região se comparem com indústrias globais a partir da metodologia do IXL-Center, de Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos. O ranking atual conta com mais de 100 empresas que são, em sua maioria, grandes organizações. Por isso, a inovação não pode ser reduzida ao avanço das startups – ainda que elas importem, e muito.

A Rede RS Startup identificou mais de 2 mil empresas com este perfil no estado em 2024. Mais importante do que o número é o que se formou no entorno delas: grandes empresas buscando inovação aberta, universidades medindo impacto econômico, fundos de investimentos se aproximando de parques tecnológicos. Além disso, o poder público passou a estruturar legislações específicas para o setor. Na visão de Rafael Prikladnicki, presidente da Invest RS, esse contexto deve ser entendido como uma mudança de cultura empresarial. Para ele, que já esteve à frente do Tecnopuc, a pandemia serviu como um choque de realidade. “Se o mundo muda rápido, a nossa maneira de fazer gestão, de alguma forma, tem que se adaptar”, afirma. A frase ajuda a ampliar o conceito de inovação. No Rio Grande do Sul, a virada de chave vem sendo a conexão entre ativos tradicionais e uma nova agenda.

Uma agenda que ainda está incompleta, na opinião do filósofo e professor João Carlos Brum Torres, ex-secretário estadual de Coordenação e Planejamento. Mesmo que a tecnologia e a digitalização sejam

transversais, alguns segmentos da indústria poderiam avançar mais se recebessem apoio estruturado à modernização de processos. Nesse aspecto, Brum Torres relaciona inovação à produtividade, desafio ainda mais relevante diante do envelhecimento populacional. Logo, a qualificação será peça-chave para sustentar o crescimento econômico. “O segredo está na articulação, na união de diversos atores em prol de um objetivo comum”, diz ele. “Capital humano é um habilitador do plano de desenvolvimento.”

Articulação: a chave da década

Porto Alegre aparece em rankings como os da StartupBlink e da Startup Genome entre os ecossistemas emergentes mais relevantes da América Latina. Um dos fatores que impulsionaram esse resultado foi o Pacto Alegre. Criado em 2019, o acordo é formado por universidades como UFRGS, PUCRS e Unisinos. O intuito é consolidar a capital como referência no mapa global de inovação. A revitalização do 4º Distrito, o surgimento do Instituto Caldeira e a atração de eventos como o South Summit são frutos das políticas estabelecidas pelo Pacto Alegre.

Inaugurado em 2020 no 4º Distrito, o Instituto Caldeira tornou-se um dos símbolos da nova fase de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Não apenas por reunir empresas, startups, universidades e instituições públicas, mas por alterar a ambição da conversa econômica regional. Hoje, o *hub* conecta mais de 500 organizações, cerca de 700 startups e dezenas de operações corporativas num espaço que deverá chegar a 55 mil metros quadrados, conforme o projeto de expansão que já está acontecendo. O impacto do Caldeira, aliás, talvez seja menos imobiliário e mais cultural: inovação e desenvolvimento econômico acontecem de forma mais eficiente quando todos cooperam mutuamente.

O mesmo raciocínio vale para o South Summit Brazil. Em 2022, o evento criado em Madri foi realizado pela primeira vez na capital. Desde então, acontece anualmente no Cais Mauá, atraindo visitantes de vários países, empresas, startups e investidores. Em 2026, foram mais de 24 mil participantes, 800 palestrantes, 30 delegações estrangeiras e cerca de 800 jornalistas credenciados. Se por um lado o Caldeira contribuiu para formatar uma nova cultura no estado, o South Summit provocou um impacto simbólico, colocando Porto Alegre na vitrine como uma cidade aberta à inovação e ao capital empreendedor.



Atrair investimentos: a alma do negócio

Para competir globalmente, o Rio Grande do Sul abandonou a guerra fiscal e adotou um modelo de prospecção que busca divulgar o estado e captar desde pequenas empresas até megaprojetos

Disputar investimentos apenas com incentivos fiscais foi, durante tempos, uma prática comum em grande parte dos estados brasileiros. Assim como canalizar todos os esforços em um ou dois grandes projetos. A realidade atual do Rio Grande do Sul, entretanto, é bem diferente. Há uma orientação de pulverizar a captação, além de promover e apresentar as características e diferenciais do estado para investidores de diferentes portes e regiões.

A guinada estratégica não é exclusividade dos gaúchos. Fernando Marchet, vice-presidente e coordenador do Núcleo de Economia da Federasul, explica que com a gradual eliminação dos incentivos fiscais, impulsionada pelas novas regras da reforma tributária, os estados passaram a competir menos

por benefícios fiscais e mais por suas qualidades estruturais e diferenciais econômicos. “Temos deficiências, claro, especialmente em infraestrutura rodoviária, mas competimos com ativos importantes, como a força do agronegócio, a diversidade da indústria e a presença de profissionais altamente qualificados, reconhecidos pela experiência e capacidade técnica”, afirma.

Longe do front

Durante os anos 1990 e 2000, o principal instrumento de atração de empresas para o estado foi o Fundopem/RS, programa criado ainda em 1987 e baseado, em especial, na postergação do pagamento de ICMS para projetos industriais. O mecanismo permitiu atrair ou ampliar operações importantes

ao longo das décadas seguintes, especialmente nos setores metalmeccânico, automotivo, alimentos e petroquímica. Na prática, o Fundopem reduzia temporariamente o impacto tributário sobre novos empreendimentos em troca da geração de empregos e investimentos industriais.

Esse formato dominou a política industrial brasileira durante décadas. Estados disputavam empresas oferecendo renúncias fiscais cada vez maiores. O episódio mais emblemático foi a disputa pela instalação da fábrica da Ford no fim dos anos 1990, quando o Rio Grande do Sul chegou a negociar um pacote bilionário de incentivos antes de perder o empreendimento para a Bahia – que se valeu, à época, das condições do Regime Especial Automotivo do Nordeste. Mas o ambiente econômico mudou.

O desgaste do modelo reduziu espaço para políticas desse tipo. Em paralelo, investidores começaram a considerar fatores bem mais amplos na escolha de novos projetos. A lista inclui disponibilidade de mão de obra, logística, estabilidade institucional, capacidade energética, ecossistema de inovação e segurança regulatória. É nesse contexto que surge a nova estratégia gaúcha de atração de investimentos. “O Estado passou a entender que precisava olhar para o futuro de forma diferente. Não olhar apenas para grandes projetos, mas para projetos de forma geral, sem diferença entre um investimento de R\$ 1 bilhão ou de R\$ 10 milhões”, resume Rafael Prikladnicki, presidente da Invest RS, o bureau de prospecção do Estado, em operação desde dezembro de 2024.

Indo à luta

A mudança é também operacional. Durante décadas, o Rio Grande do Sul atuou de forma predominantemente reativa: aguardava empresas anunciarem interesse em expansão para então entrar na disputa. Agora, a proposta é inversa. A Invest RS opera em uma lógica permanente de prospecção internacional, buscando oportunidades antes mesmo de decisões formais de investimento serem tomadas. A agência criou uma estrutura própria de estratégia e inteligência, além de um painel bilíngue de dados – o RS em Dados. Essa plataforma reúne mais de 150 indicadores sobre o estado, compilados a partir de bases da Fiersg, do Departamento de Economia e Estatística

(DEE), universidades, parques tecnológicos e entidades setoriais. O portal consolida informações sobre infraestrutura, logística, produção agrícola, hospitais, universidades, mão de obra, inovação e setores produtivos.

A rigor, trata-se de um funil global de prospecção. A Invest RS monitora anúncios de expansão internacional, movimentações industriais e oportunidades em diferentes mercados. Quando uma empresa demonstra intenção de investir na América Latina, o estado tenta entrar na conversa. “Precisamos contatar dezenas de empresas diferentes para abrir conversas mais densas com algumas delas. Se o funil de prospecção é pequeno, naturalmente vamos disputar poucos projetos”, afirma Prikladnicki.

Patrícia Palermo, economista-chefe da Fecomércio-RS, avalia que hoje o Estado apresenta condições que, até pouco tempo atrás, não faziam parte da agenda positiva gaúcha – como os esforços para reverter o desequilíbrio das finanças públicas. Segundo ela, isso pode permitir a retomada de investimentos em áreas historicamente fragilizadas, especialmente na recuperação da infraestrutura. “O passado ainda pesa sobre os nossos ombros, mas aparentemente estamos fazendo movimentos para garantir um futuro melhor”, avalia.

Múltiplas frentes

A política de captação do Estado também deixou de priorizar apenas setores industriais tradicionais. O plano de desenvolvimento, lançado em 2024, definiu cinco “habilitadores” econômicos – capital humano, inovação, recursos naturais, infraestrutura e ambiente de negócios –, além de 12 setores prioritários considerados capazes de impulsionar crescimento acima da média histórica. A leitura é de que a pluralidade produtiva precisa ser transformada em vantagem competitiva. Nos últimos anos, alguns anúncios passaram a simbolizar essa nova fase. Um dos exemplos é o complexo Aero Centro Integrado de Tecnologia e Inovação (AeroCITI), em Guaíba, voltado à fabricação aeronáutica e à formação de um polo aeroespacial. Simbolicamente, o empreendimento da Aeromot ocupa a área que chegou a ser cogitada para receber a Ford. No turismo, o anúncio do resort exclusivo da Club Med, em Gramado, poderá inserir o estado no circuito internacional de turismo *premium*.

No geral, o Rio Grande do Sul concorre diretamente com os outros integrantes da Região Sul. Santa Catarina consolidou-se, na última década, como um dos principais polos brasileiros de tecnologia e logística. Já o Paraná avançou em agroindústria, automotivo, inovação e infraestrutura. Os estados do Centro-Oeste também ampliaram participação na agroindustrialização,

atraindo cadeias inteiras ligadas à proteína animal, fertilizantes e processamento de grãos. A disputa, entretanto, não se limita à proximidade geográfica. “O Rio Grande do Sul, hoje, compete com o mundo”, resume Prikladnicki.

Ao longo da última década, o estado deixou de tentar apenas vender impostos menores – passou a tentar vender a si próprio.

BALANÇO DO PRIMEIRO ANO DA INVEST RS	
Carteira total de projetos	 R\$ 30 bilhões em investimentos projetados
Investimentos já captados	 R\$ 10,9 bilhões
Empregos projetados	 22,8 mil
Contatos realizados	 680 com empresas, entidades e embaixadas
Empresas em tratativas	 110 projetos
Projetos ativos	 52 projetos
Termos de engajamento assinados	 28 termos
Books de oportunidades	 R\$ 64,6 bilhões
Participação em feiras e missões	 98 eventos em 20 países
Capacitação	 351 gestores de 229 municípios
Meta para 2026	 incorporar mais R\$ 30 bilhões , totalizando R\$ 60 bilhões

poa
tá
ficando
boa

É a minha Poa.
A tua Poa.
A nossa Poa.

85 comunidades
visitadas
no programa
Mais Comunidade



Revitalização
do Quadrilátero
Central



260 praças
requalificadas



É a Prefeitura trabalhando e melhorando
todas as áreas pra deixar a nossa cidade
ainda mais limpa, bonita e segura.

Ligue:
156POA

porto
alegre
PREFEITURA

A gente trabalha.
A vida melhora.

Dez anos em perspectiva

O Rio Grande do Sul atravessou uma década de perdas, reformas e reinvenção. A seguir, os acontecimentos que mais impactaram a economia entre 2016 e 2026.



O Brasil acumulava uma queda superior a 7% no Produto Interno Bruto (PIB) em dois anos. No RS, a dívida elevada com a União culminava com o parcelamento dos salários do funcionalismo e uma capacidade quase nula de investir. A crise afetava consumo, crédito, comércio e atividade econômica de maneira geral.

Um modelo no limite
2016

Pressionados por fatores como a recessão e a concorrência internacional, setores tradicionais passam a buscar nichos, diferenciação e qualidade.

A indústria tradicional se reorganiza
2016

Suspensão judicial do pagamento da dívida
2017

Sem conseguir cumprir o acordo firmado em 2016, o RS obtém liminar no STF para suspender pagamentos à União. A medida alivia o caixa, mas o problema fiscal continua em aberto.

O debate sobre concessões ganha força
2018

A crise fiscal consolida a percepção de que o Estado não teria recursos próprios para recuperar infraestrutura. Privatizações, concessões e PPPs passam a ocupar o centro da agenda pública.





O RS salta da 15ª para a 8ª posição nacional no Ideb do ensino médio público, alcançando a melhor nota da série histórica. O avanço, porém, não eliminaria problemas de escala e formação técnica.

Melhora pontual na educação 2019

A reforma administrativa ajusta regras do funcionalismo e reorganiza despesas. Já a reforma da previdência ajuda a reduzir a pressão sobre o caixa – o déficit, que era de R\$ 12 bilhões em 2019, cai para R\$ 9,8 bilhões em 2024.

Reformas mudam o horizonte 2020

Salários e fornecedores voltam a ser regularizados 2020

Depois de 57 meses de atrasos e parcelamentos, o Estado retoma a regularidade nos pagamentos – um marco simbólico na tentativa de reorganização fiscal.

Pandemia derruba as economias 2020

O PIB estadual recua 7,2%, uma queda acima da média brasileira. Indústria, serviços e agro são atingidos ao mesmo tempo, em meio à crise sanitária e à estiagem.



Dez anos em perspectiva

O Rio Grande do Sul atravessou uma década de perdas, reformas e reinvenção. A seguir, os acontecimentos que mais impactaram a economia entre 2016 e 2026.



Eventos ligados ao La Niña provocam quebras de safra em 2020, 2022, 2023 e 2025. O resultado? Maior endividamento dos produtores e perdas bilionárias no campo.

Estiagens sucessivas impactam o agro

2020 a 2025

Depois do tombo de 2020, o PIB gaúcho cresce 9,3% em 2021, acima da média nacional. A reação mostra resiliência, mas não elimina fragilidades estruturais.

Forte recuperação pós-pandemia
2021

Privatizações aceleram
2021-2022

CEEE, Corsan e Sulgás: com a venda de ativos relevantes, o governo arrecada R\$ 8,5 bilhões. Para defensores, foi uma inflexão modernizante; para críticos, reduziu capacidades estratégicas do Estado.

Reforço na imagem de inovação

2021-2022

A partir de uma iniciativa do Pacto Alegre, o Instituto Caldeira é inaugurado em 2021. No ano seguinte, a chegada do South Summit à capital ajuda a projetar o ecossistema gaúcho de tecnologia, startups, universidades e hubs de inovação.



Com o RRF, o RS formaliza uma rota de reestruturação financeira. A novidade dá respiro, mas mantém o Estado sujeito a regras rígidas e à pressão da dívida. Pela primeira vez, o RS reelege um governador, Eduardo Leite.



Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal 2022

As cheias colapsam cidades, infraestrutura, serviços e cadeias produtivas. A estimativa dos prejuízos é de R\$ 90 bilhões. O governo do RS lança o Plano Rio Grande. Ao todo, R\$ 14 bilhões que seriam usados no pagamento da dívida são direcionados à reconstrução e à resiliência climática.

Enchentes: um desastre sem precedentes 2024

RS perde participação relativa no PIB nacional 2025

A fatia gaúcha no PIB brasileiro cai de 6,4% em 2015 para 5,9% em 2025, sinalizando perda relativa de dinamismo frente a outros estados.

Novo ciclo de investimentos à vista 2026



A carteira de parcerias público privadas e concessões do Estado prevê R\$ 20,7 bilhões em novos investimentos. Os recursos irão, em especial, para rodovias, saneamento, escolas e saúde.

FRAGMENTOS DE UMA ERA

Em 18 entrevistas, economistas, pesquisadores e especialistas analisam como o estado atravessou sua década mais turbulenta e quais caminhos podem redefinir seu futuro

A última década colocou o Rio Grande do Sul diante de uma sequência de desafios que poucos estados brasileiros enfrentaram em tão pouco tempo. Crise fiscal, estiagens sucessivas, pandemia, enchentes históricas, envelhecimento populacional e transformações tecnológicas aceleradas testaram a capacidade de adaptação de empresas, governos e cidadãos. Mais do que eventos isolados, esses fenômenos expuseram fragilidades acumuladas ao longo de décadas e obrigaram o estado a repensar suas prioridades.

As 18 entrevistas reunidas nesta série mostram que existe hoje um diagnóstico relativamente consensual entre especialistas de diferentes áreas. O Rio Grande do Sul preserva ativos importantes, mas precisa enfrentar gargalos estruturais que limitam seu crescimento. A infraestrutura continua sendo um deles. Rodovias precárias, limitações logísticas e dificuldades crônicas de investimento elevam custos e reduzem competitividade em comparação a estados que avançaram mais rapidamente nas últimas décadas.

O agronegócio, principal motor da economia gaúcha, também atravessa um período de transformação. As quebras de safra provocadas pelas estiagens recentes e os impactos das enchentes reforçaram a necessidade de incorporar adaptação climática, irrigação e gestão de riscos ao planejamento econômico. A discussão sobre mudanças climáticas deixou de ser apenas ambiental. Tornou-se uma questão de produtividade, renda e desenvolvimento.

Outro tema recorrente é a demografia. O Rio Grande do Sul envelhece de maneira mais acelerada do que a média nacional e enfrenta dificuldades crescentes para formar e atrair profissionais qualificados. Nesse contexto, educação, inovação e tecnologia aparecem como fatores decisivos para sustentar a competitividade futura. A escassez de mão de obra já afeta investimentos, enquanto a inteligência

artificial e a automação começam a transformar setores inteiros da economia.

Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam oportunidades relevantes. O estado consolidou um dos ecossistemas de inovação mais robustos do país, fortaleceu a agenda de concessões e parcerias público privadas, ampliou sua estratégia de atração de investimentos e reúne condições favoráveis para avançar em áreas como papel e celulose, bioenergia, saúde, semicondutores, tecnologia e economia verde.

Talvez a principal conclusão seja que os desafios do Rio Grande do Sul deixaram de ser setoriais. Competitividade depende de educação. Infraestrutura depende de governança. Crescimento depende de inovação. E resiliência climática depende de planejamento. O desenvolvimento passa cada vez mais pela capacidade de conectar essas agendas.

Depois de uma década marcada por crises sucessivas, o estado parece ter compreendido que não poderá construir seu futuro apoiado apenas nas virtudes do passado. As entrevistas que você acompanha a seguir são recortes de conversas mais profundas disponibilizadas na AMANHÃ TV. Todas cumprem a função de ajudar a entender os obstáculos que permanecem no caminho. Mas mais importante do que isso, ajudam a entender quais oportunidades podem definir o futuro da economia gaúcha.

O Rio Grande do Sul está preparado para competir em um mundo cada vez mais digitalizado, sustentável, rápido e instável?

O AGRO É GESTÃO

Para Antônio da Luz, economista-chefe da Farsul, a governança será o motor do campo no século 21

O agronegócio gaúcho atravessa uma forte pressão. A sucessão de eventos climáticos extremos, combinada à volatilidade dos preços e ao ciclo de juros elevados, fez subir o nível de endividamento do setor a patamares preocupantes. Mais do que um problema conjuntural, trata-se de um desafio estrutural, que exige adaptação, novas formas de financiamento e uma alta capacidade de gestão. Nesse cenário, discutir o futuro do campo passa por temas que vão além da produtividade—envolve risco, crédito e estratégia. Economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz analisa os gargalos atuais e aponta caminhos para a sustentabilidade do agro no Rio Grande do Sul.

Como você define o agronegócio gaúcho?

É um momento difícil devido aos ciclos climáticos. Com perdas sucessivas, os produtores renegociam dívidas. Isso forma uma bola de neve que coincide com um ciclo de alta dos juros no Brasil. Elevou-se o nível de endividamento para patamares bastante perigosos. Demora para resolver isso. Não vai ser em uma safra ou duas que vamos baixar o nível de alavancagem para os patamares anteriores. Esse é o maior desafio. E não é apenas o produtor rural que é impactado. Das cinco maiores indústrias do Rio Grande do Sul, quatro são movidas pela produção de grãos.

Com a produtividade pressionada e os preços voláteis, a soja é economicamente viável?

O período é de margens mais baixas, mas a soja é, sem dúvida, viável. Ela pode ficar inviável por um fator exógeno, que é climático. As

mudanças climáticas estão aí e precisamos nos adaptar, pois nosso clima subtropical é caótico. Além do seguro rural, outras medidas estruturais poderiam dar mais previsibilidade ao produtor. A irrigação, por exemplo. Além disso, temos que evoluir na gestão de risco de preço para lidar com as oscilações de preço das commodities.

Por que a diversificação da produção avança com tanta lentidão?

Em comparação com outros estados, o Rio Grande do Sul tem uma produção diversificada. Produzimos soja, milho, trigo, canola, centeio, aveia, sorgo, frutas. Mas é natural uma concentração na soja devido às demandas globais. Eu não produzo o que eu quero, eu produzo o que vende.

“A Faria Lima não quer botar dinheiro em uma estrutura que não mensura adequadamente os riscos. Isso força o setor a evoluir.”



As usinas de bioenergia podem inaugurar uma nova fase agroindustrial?

Sem dúvida. A produção de bioenergia representa o crescimento de um novo agro. O Rio Grande do Sul pode ser um hub de atração de *data centers* nos próximos anos, o que vai gerar uma alta demanda de energia. Usar energia não renovável para abastecer essas novas tecnologias vai tornar nosso planeta irrespirável. Então, as iniciativas de produção de bioenergia são muito corajosas e podem mudar a matriz econômica do estado.

O que é possível fazer para agregar mais valor à produção de grãos?

Já construímos os caminhos. O Brasil é o maior exportador líquido de alimentos do mundo. Isso nos dá um poder muito grande que a gente não está usando. Não iremos agregar mais valor sem cuidar da infraestrutura, do sistema logístico, das finanças públicas, do sistema tributário. O Brasil precisa fazer a sua parte enquanto Estado se a gente quiser evoluir, gerando estabilidade, previsibilidade, investimento em infraestrutura, regras trabalhistas razoáveis e uma visão pró-mercado.

Como você avalia a migração do crédito para o setor privado?

Quando você aceita o subsídio, você vai se acostumando. Depois, fica dependente e

vira um inferno. Não desejo que o agronegócio brasileiro dependa de Brasília, que coloque a competitividade na mão de políticos e burocratas. Então, eu saúdo o fato do crédito rural, hoje, sobretudo para produtores médios e grandes, ser feito pelo setor privado.

Mas não há risco de exclusão de pequenos produtores?

A agricultura familiar cumpre um papel no planeta, mas ela não precisa ser carregada no colo. Ela pode muito bem caminhar com as suas pernas. E, em comparação com um produtor europeu ou norte-americano, por exemplo, o agricultor familiar gaúcho não recebe nada. Se desplugar o produtor europeu ou norte-americano dessa tomada, eles não sobrevivem. Já o agricultor familiar sobrevive no Brasil.

Instrumentos como o Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) e as debêntures trouxeram mais recursos e previsibilidade para o campo. Qual é a importância desse tipo de instrumento?

Sem esses instrumentos, não há crescimento do agro. Mas as coisas ficaram mais complexas. Exige um nível de governança muito maior do produtor. A Faria Lima não quer botar dinheiro numa estrutura que não consegue mensurar adequadamente os riscos. Então, isso força o setor a evoluir em gestão, para mostrar sua viabilidade, conseguir mensurar melhor os riscos e botar o preço certo na operação.

O que falta para tornar o crédito mais compatível com os ciclos do campo?

É importante que o setor entenda as necessidades de caixa do investidor. E é importante que o investidor entenda o ciclo de produção do agro. O encaixe de fluxo de caixa é o que muitas vezes determina o sucesso ou o fracasso de um produto. Vamos evoluir à medida que os produtores evoluírem seus níveis de governança, encurtando esse caminho entre a Faria Lima e a fazenda. Se o século 20 foi o século da tecnologia, o século 21 é o século que vai exigir gestão.

OLHO NA DÍVIDA

Um dos maiores especialistas nas finanças públicas do Rio Grande do Sul, Darcy Francisco Carvalho dos Santos dissecou a crise fiscal gaúcha

O economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos é um dos principais especialistas em finanças públicas do Rio Grande do Sul. Professor e pesquisador, ele construiu uma longa trajetória dedicada ao estudo das contas estaduais e da crise fiscal gaúcha. Atuou como técnico da Secretaria da Fazenda do Estado e no Instituto de Desenvolvimento Cultural, onde publicou diversos livros e estudos sobre o tema. Nesta entrevista, Santos explica a origem e os desdobramentos que levaram a dívida com a União ao patamar atual, deixa claro que o problema está longe de ser resolvido e alerta que a rigidez orçamentária limita a capacidade de investimento do Estado.

De que maneira se formou a crise fiscal do Rio Grande do Sul?

O Rio Grande do Sul sempre gastou mais do que arrecadou, criando déficit em cima de déficit durante anos. Esses déficits eram financiados, em um primeiro momento, por endividamento. Depois, pela inflação. Quando a inflação foi controlada, o que foi algo bom, ficamos paralisados. A dívida, então, era rolada para frente, aumentando cada vez mais. Ou seja, o desequilíbrio não surgiu de uma hora para outra. Em 1998, entretanto, houve um marco, quando foi assinado o acordo da dívida com a União. Naquela ocasião, foi criado um limite de pagamento. Isso foi pensado para o bem do Estado. Mas o que não foi pago acabou crescendo por conta de juros e correção monetária. Dali em diante, a situação do Rio Grande do Sul não se equilibrou mais.

Outros fatores influenciaram?

Além do endividamento com a União, outro fator foi a nossa lei previdenciária, que previa o pagamento da aposentadoria integral. Não há estado ou país que suporte esse modelo em um cenário de aumento da expectativa de vida, com mais gente envelhecendo e se aposentando e menos gente contribuindo. É uma equação que não fecha até hoje, embora reformas estejam sendo feitas nesse sentido.

Pode-se dizer que o problema fiscal foi subestimado pelos governos estaduais?

Não sei se foi subestimado, mas acho que não. Era um problema difícil de resolver mesmo. Todos os governos foram tentando uma saída ou outra. Agora, houve uma pequena melhora com a contenção dos déficits a partir de recursos de privatizações. E a dívida foi renegociada de novo. Mas estamos tendo quebras de safras



do agronegócio que atrapalham a arrecadação. Então, se não conseguirmos amenizar os problemas das secas através da irrigação, o Rio Grande do Sul ficará para trás.

O Regime de Recuperação Fiscal negociado com a União representou uma solução estrutural?

Ele foi bom, pois reduziu um pouco a carga, baixando a taxa de juros para 6%. Agora, está sendo feito um novo acordo para zerar a taxa de juros, mas criando 2% de fundo de equalização fiscal. O problema é que o Estado chegou ao ponto em que não paga nada. Ou seja, o Regime apenas adiou dificuldades que vão ser vistas daqui a alguns anos. Até porque temos que aplicar, por lei, 25% do orçamento em educação e 12%, em saúde. Somando-se a folha de pagamentos, que são 60%, não sobra quase nada para investimentos. A rigidez do orçamento do Rio Grande do Sul é muito grande.

Qual é o tamanho da dívida pública do Rio Grande do Sul na comparação com outros estados?

Em relação à receita, que é a capacidade de pagamento, só o Rio de Janeiro está pior do que o Rio Grande do Sul, devendo mais de 200% da receita corrente líquida. Nós devemos 174%, seguidos de Minas Gerais, que deve 167%. Para se ter uma ideia, Santa Catarina deve 23% da receita líquida real. Já o Paraná deve -5%.

A dívida atual, de R\$ 113 bilhões, é considerada pagável?

Se o Estado voltar a ter uma boa arrecadação e se o clima colaborar, colocando esse valor em 30 anos, vai ser apertado, mas até dá para pagar. O problema é que acaba sobrando pouco para investimentos e depende de muito "se". E ainda tem o problema da dívida dos precatórios. Mesmo que o governo pague, esse débito continua crescendo, pressionado pela correção monetária e pela entrada de novas ordens judiciais.

“As crises climáticas não permitiram que o Estado ajustasse suas contas, apesar dos recentes anos de superávit.”

Então, ainda temos uma crise fiscal maior para enfrentar nos próximos anos?

Maior eu não diria. Mas vai ser uma crise grande.

Em um dos seus livros, o senhor descreveu a dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias que compõem o orçamento público. Passados alguns anos, o Rio Grande do Sul segue, então, preso naquela estrutura de despesas?

Não. O Estado ajustou muita coisa. Vem ajustando a previdência e a própria dívida com essas negociações. Mas o que acontece, como eu dizia, são as crises climáticas. Isso não permitiu que o Rio Grande do Sul se ajustasse completamente apesar de ter alguns anos de superávit recentemente.

Que recomendação o senhor deixaria para os próximos governadores tentarem encontrar um equilíbrio nas contas públicas?

A maior recomendação que eu daria seria investir o máximo possível em irrigação e no combate aos efeitos dos problemas climáticos. Além, é claro, de investir no desenvolvimento da educação.

ENTRE O AJUSTE E A EXPANSÃO

Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul e deputado estadual, Ernani Polo vê o equilíbrio fiscal como ponto de partida para a retomada dos investimentos

Com passagem pelas secretarias da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, além da Presidência da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Ernani Polo (PSD) afirma que o ajuste das contas públicas foi decisivo para recuperar a capacidade de investimento do estado após décadas de déficit fiscal. Segundo ele, o funcionamento de concessões, privatizações e parcerias público-privadas depende da excelência na formulação dos contratos e da fiscalização de seus cumprimentos. Polo indica que, daqui para frente, o desafio será combinar equilíbrio fiscal com ampliação da infraestrutura e atração de investimentos.

Quais medidas permitiram que o Estado saísse de um déficit para um superávit fiscal?

Houve mudanças estruturais. O tamanho do Estado foi reduzido, redimensionando e extinguindo fundações, autarquias e empresas públicas. A reforma previdenciária e a reforma administrativa reorganizaram a máquina pública, assim como uma agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas.

O que deve ser feito para que essas privatizações não só gerem receitas, mas melhorem a vida dos gaúchos?

Há um estigma em torno das privatizações e concessões, mas não tem como melhorar a infraestrutura sem elas. O ponto fundamental é

fazer contratos bons e justos para quem opera, para quem paga e para quem é usuário. O desafio é fiscalizar os serviços prestados e os investimentos realizados, punindo quando, eventualmente, o contrato não está sendo executado.

Qual foi o peso da renegociação da dívida com o governo federal nessa recuperação fiscal?

Por um período, uma medida judicial suspendeu o pagamento da dívida. Em 2024, em função da enchente, foi criado o Funrigs [Fundo do Plano Rio Grande], que faz com que os recursos do pagamento da dívida sejam destinados para a reconstrução do estado pelo prazo de três anos. Mas trata-se de um problema crônico que vai ter

“ Se mantiver seu equilíbrio fiscal, o Rio Grande do Sul vai avançar, pois temos gente capacitada e uma vocação empreendedora. ”



que ser enfrentado novamente. Inclusive, uma proposta do governo estadual foi encaminhada à Brasília para que, ao fim do prazo de três anos do Funrigs, haja uma nova prorrogação do pagamento, e para que os recursos da dívida sejam investidos em irrigação e manejo dos solos.

Qual é o reflexo das recentes estiagens nas finanças estaduais?

A defasagem de crescimento do Rio Grande do Sul em relação a outros estados está diretamente relacionada às secas. Por isso, estamos trabalhando em políticas públicas, como a modernização do código ambiental, para dar mais condições e agilidade no armazenamento de água destinada à irrigação, e programas de estímulo aos projetos de irrigação no campo.

Para a gestão pública, as enchentes foram um evento mais complexo do que a pandemia?

As duas foram muito traumáticas. A pandemia teve um impacto muito grande na economia, afetando negócios em diversos setores por causa da limitação de aglomeração de pessoas. Já a enchente teve o agravante da destruição de ativos, estradas, máquinas e estruturas inteiras de empresas, o que gerou um custo muito alto.

Em termos de infraestrutura, o que mais se deteriorou ao longo desses anos?

O déficit fiscal que o estado enfrentou por anos reduziu muito a capacidade de investimen-

tos, precarizando nossas rodovias. Além disso, houve um abandono da malha ferroviária. Mas, apesar da precarização das últimas décadas, a infraestrutura vem sendo recuperada. A malha aeroviária foi recuperada por políticas públicas de incentivo à aviação regional. E, dos 62 municípios que não tinham acesso asfáltico municipal em 2019, 30 foram entregues, 25 estão em obras e o restante está em licitação.

Como os projetos de um novo porto, em Arroio do Sal, e de um novo aeroporto, na Serra, podem ajudar o estado?

O porto é estratégico, pois vai possibilitar o escoamento da produção, que, em parte, hoje sai pelos portos de Santa Catarina. O aeroporto vai melhorar a condição de chegada de turistas à Serra. Além disso, tem um projeto de um trem ligando Porto Alegre a Gramado, investimentos em uma fábrica de aviões em Guaíba, em uma área de *data centers* em Eldorado, em uma nova indústria da CMPC em Barra do Ribeiro e na produção de biocombustíveis em cidades como Passo Fundo e Cruz Alta, entre outros. São alternativas que vão potencializar a economia, gerando mais emprego, renda e desenvolvimento.

Em termos de empregos e impostos, quanto o ambiente de inovação pode gerar?

A média de investimentos privados no estado ficava entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões por ano. Em 2024, foram R\$ 102 bilhões. Em 2025, R\$ 94 bilhões, ou seja, mais do que duplicamos o valor em função da melhoria do ambiente de negócios e do estímulo ao empreendedor.

Qual deve ser a prioridade para a próxima década?

Temos um cenário muito positivo na área da inovação, na produção de energias renováveis, na mineração e no agronegócio, que é a nossa principal atividade econômica. Além disso, contamos com uma indústria muito potente e diversificada. Se mantiver seu equilíbrio fiscal, o Rio Grande do Sul vai avançar, pois temos gente capacitada e uma vocação empreendedora.

TECNOLOGIA COMO PONTE

Presidente do Banrisul, Fernando Lemos defende continuidade, equilíbrio fiscal e inovação para sustentar a retomada do Rio Grande do Sul

À frente do Banrisul pela terceira vez, Fernando Lemos vê o Rio Grande do Sul diante de uma oportunidade rara de reposicionamento. Depois de uma década marcada por crise fiscal, estiagens, pandemia e enchentes, o presidente do banco avalia que o estado reorganizou parte de suas bases, mas ainda precisa preservar a credibilidade, investir em infraestrutura e transformar tecnologia em desenvolvimento. Advogado formado pela Universidade de Brasília (UnB), ex-presidente da extinta Caixa Econômica Estadual e ex-dessembargador do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, Lemos reassumiu o Banrisul em 2023 com a missão de preparar a instituição para o centenário, em 2028. Para ele, inovação e continuidade precisam caminhar juntas.

“O passado nos orgulha e nos dá base, mas o que constrói é a capacidade de enxergar os próximos caminhos.”

Quando se fala em um futuro mais resiliente, competitivo e sustentável, o que isso significa?

Temos que olhar para o futuro. O passado nos orgulha e nos dá base, mas o que constrói é a capacidade de enxergar os próximos caminhos. O mundo passa por uma transformação muito grande, com mudanças geopolíticas, ascensão da China, crescimento da Índia e novas tecnologias. O Rio Grande do Sul tem bons profissionais, empresas qualificadas e uma cultura empreendedora. A tecnologia tem que ser a ponte do futuro, não um muro que separe as pessoas. O ponto central é dar continuidade aos projetos. Um estado, um país ou uma empresa do porte do Banrisul não pode mudar de rumo a cada novidade.

Como o senhor define o momento atual da economia gaúcha depois de uma década marcada por crises sucessivas?

Há várias dimensões. Na economia pública, o Rio Grande do Sul passou muitos anos com dificuldade grave de recursos. A situação fiscal melhorou, mas ainda é delicada. A dívida pública segue elevada e precisa ser administrada com cuidado para que o estado não perca o que construiu. No setor privado, temos empresas qualificadas e muito desenvolvimento em tecnologia. Mas precisamos ganhar produtividade. E há o campo, que foi muito afetado. Nos últimos cinco anos, tivemos quatro estiagens e uma enchente. Isso sacrificou muito a agricultura gaúcha. O estado talvez já não seja o maior produtor de

grãos do país, mas continua sendo um celeiro de inteligência para o agro brasileiro.

O estado conseguirá mudar essa trajetória?

Nós já estamos mudando, mas é preciso continuidade. O Rio Grande do Sul não pode recuar nem perder credibilidade diante das instituições e dos empresários. A reputação do estado precisa ser cuidada com atenção. Vejo um bom caminho, especialmente na tecnologia. A inteligência artificial e os *data centers* abrem uma oportunidade grande, porque o Rio Grande do Sul tem energia renovável e profissionais qualificados. Poucos lugares têm essa combinação. Mas ainda precisamos avançar em educação, qualificação de mão de obra e infraestrutura.

O que a presença do Banrisul representa hoje para empresas, produtores e para a própria economia gaúcha?

O Banrisul é hoje a maior empresa de capital aberto com sede no Rio Grande do Sul. É um conglomerado financeiro com banco, cartões, seguros, consórcios e corretoras. Também é o maior financiador dos negócios do estado. No giro das nossas carteiras, financiamos mais de R\$ 70 bilhões por ano, valor próximo à arrecadação líquida anual de ICMS do Rio Grande do Sul. Nosso foco está muito na pequena e média empresa e na pequena e média propriedade rural. Aproximada-

mente 25% do PIB gaúcho passa pelo Banrisul.

Como o Banrisul combina inovação digital e atendimento próximo?

O Banrisul tem uma tradição forte em tecnologia. Fomos o primeiro banco brasileiro a usar chip no cartão e também o primeiro a preparar sistemas para operar nos celulares. Hoje seguimos investindo pesado. Em 2025, aplicamos mais de R\$ 400 milhões em tecnologia. Mas a experiência do cliente precisa ser simples. O aplicativo é uma agência bancária na palma da mão. Quando alguém entra em uma agência, quer resolver um problema: pagar uma conta, consultar saldo, fazer uma transferência, aplicar dinheiro. No app, deve ser igual. Ao mesmo tempo, o atendimento pessoal segue como diferencial. Não acredito que as pessoas sejam resistentes à tecnologia. Muitas vezes, elas apenas não a conhecem. Quando aprendem, usam com tranquilidade.

Há crédito suficiente para as empresas gaúchas crescerem?

Temos recursos para financiar bons projetos no Rio Grande do Sul. Também somos repassadores do BNDES, o que permite crédito de longo prazo. O problema hoje é a taxa de juros. O juro alto cria barreiras para pessoas físicas, pequenas, médias e grandes empresas. Também torna a aplicação financeira muito atraente, o que leva muitos empresários a adiar investimentos. Acredito que estamos chegando ao fim desse ciclo e que, a partir do próximo ano, poderemos ter mais investimentos.

O senhor falou algumas vezes em continuidade. Como imagina o Banrisul e o Rio Grande do Sul daqui a dez anos?

O Banrisul será um banco forte, qualificado e com muita tecnologia. Temos um projeto chamado Banrisul Mais 100 Anos, que prepara a instituição para esse futuro. Quanto ao Rio Grande do Sul, espero que mantenha os passos já dados. A reorganização econômica do Estado foi essencial. Se o Rio Grande do Sul preservar a credibilidade, terá um grande futuro.



COMPETITIVIDADE PARA RECONSTRUIR

Vice-presidente da Federasul e CEO da Bateleur, Fernando Marchet elenca os desafios do estado para voltar ao radar dos investidores

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul enfrentou uma combinação rara de pressões econômicas, com a quebra de safras consecutivas, enchentes históricas e a perda de investimentos para estados vizinhos. Conhecido por suas projeções econômicas, Fernando Marchet, CEO da Bateleur Assessoria e vice-presidente da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), diz que a economia gaúcha ainda preserva diferenciais importantes — como a mão de obra qualificada —, mas entende que isso não é suficiente. “Gostaria de ser mais otimista, mas acho que o estado enfrenta um desafio considerável para voltar a atrair investimentos. Ainda estamos muito atrás em matéria de infraestrutura”, ressalta.

Mais de 70% das empresas brasileiras operam com algum nível relevante de endividamento. No



Rio Grande do Sul, com enchentes e perdas no agronegócio, esse quadro é ainda mais grave?

Sem dúvida. A dívida faz parte da estrutura de muitos negócios. O problema é quando a empresa cresce baseada em uma taxa de juros inadequadamente baixa, sem levar em consideração o movimento da concorrência ou as mudanças no hábito do consumidor. Aí, sim, ela muda seu patamar de endividamento. Quando surge uma crise, o negócio, que já estava operando sem margem de segurança, fica com pouco ar para respirar. No caso do Rio Grande do Sul, algumas empresas tiveram de reconstruir ativos inteiros após as enchentes. Muitas precisaram se endividar apenas para voltar ao patamar anterior.

O empresariado gaúcho aprendeu com essas crises sucessivas?

Eu diria que vem aprendendo. O empresário entendeu que precisa conviver com a volatilidade da taxa de juros, inflação e fatores externos. Os maiores grupos já trabalham com estruturas financeiras cuidadosas e modelos de risco mais sofisticados.

O estado sofreu cinco quebras de safra seguidas. Isso muda o patamar de risco da economia gaúcha?

Com certeza. Vários setores dependem diretamente da renda do agronegócio. Não é só o produtor rural que sai perdendo, toda a cadeia sente: o setor de máquinas e equipamentos

agrícolas, transporte, comércio, serviços. É um efeito muito amplo.

Recentemente, o Rio Grande do Sul voltou a ter certo equilíbrio fiscal. Voltamos a ser competitivos ou ainda estamos em uma espécie de “UTI econômica”?

Eu gostaria de ser mais otimista, mas acho que o estado enfrenta um desafio considerável para voltar a atrair investimentos. Houve melhora na gestão pública, com o modelo de concessões e privatizações. O problema é que o Rio Grande do Sul ainda tem grandes dificuldades em matéria de infraestrutura e capacidade de investimento. Se formos comparar com Santa Catarina e Paraná, por exemplo, estamos muito atrás. Quem viaja pelo interior percebe isso claramente. Existem regiões produtivas com acesso difícil, estradas simples e logística limitada.

Sobre essa disputa por investimentos privados com outros estados: o Rio Grande do Sul tem aprendido com os exemplos recentes ou só vai enfrentando os concorrentes do jeito que dá?

Até pouco tempo, muito da atração de investimentos se dava por causa de incentivos fiscais. E está claro que isso vai acabar com a reforma tributária. Agora pesa mais quem oferece um melhor ambiente de negócios, infraestrutura, agilidade em licenças, energia, logística e capacidade operacional. E, nesse aspecto, os estados vizinhos avançaram mais rápido.

Consegue visualizar um diferencial competitivo que sirva para atrair empresas e ajudar na reconstrução do estado?

Nossa mão de obra. O Rio Grande do Sul ainda forma profissionais qualificados e possui polos regionais fortes. Isso ajuda a atrair investimentos e manter as empresas aqui. Mas reforço: não basta ter mão de obra qualificada se falta capacidade logística. Não temos ferrovias, o que é uma vergonha. O Rio Grande do Sul passou muito tempo sem encarar esses problemas estruturais, e está pagando o preço.

“ Não basta termos mão de obra qualificada se falta capacidade logística. Não temos ferrovias, o que é uma vergonha. ”

Hoje, há uma vasta produção acadêmica sobre temas como previsibilidade econômica e modelos de risco. Mas quanto esses modelos conseguem resistir a choques reais, como a pandemia e as enchentes?

Os modelos evoluíram muito porque hoje existe mais tecnologia e capacidade de testar cenários. O objetivo não é prever exatamente qual será o choque, mas medir o impacto que o negócio suporta antes de perder sustentabilidade. Você avalia perda de receita, aumento de custo, interrupção logística, quebra de fornecimento. Seja qual for o cenário, o importante é entender quanto a empresa suporta.

E esses modelos funcionaram na prática?

Em muitos casos, sim. A pandemia foi um evento extremo, fora de qualquer padrão de previsão. Mesmo assim, muitas empresas conseguiram se adaptar rapidamente. Aqui no Rio Grande do Sul, fizemos projeções durante as enchentes considerando uma forte desaceleração da economia. Mas a safra acabou compensando parte das perdas. No fim, o crescimento ficou muito próximo do cenário que havíamos projetado antes da enchente. Isso revelou uma capacidade de adaptação relevante da economia gaúcha — e também a força do agro dentro da estrutura econômica do estado.

O FUTURO DA INDÚSTRIA É AGORA

Economista-chefe da Fiergs, Giovani Baggio avalia como automação, inteligência artificial, mão de obra e transição energética podem redesenhar a economia gaúcha

Economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) desde 2023, Giovani Baggio integra uma nova geração de economistas que combina análise de dados, tecnologia e leitura estratégica da indústria. Sem deixar de lado a intuição que o cargo exige. Formado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e mestre em economia aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), construiu sua trajetória dentro da Fiergs ao longo da última década. Nesta entrevista, Baggio fala sobre a escassez de mão de obra, o atraso brasileiro em automação industrial e as oportunidades que surgem para o Rio Grande do Sul com a reorganização das cadeias produtivas globais, entre outros temas.

Você se tornou um dos economistas-chefes mais jovens entre as federações das indústrias do Brasil. Qual tipo de visão sua geração traz para a análise econômica?

Hoje, há uma disponibilidade muito maior de dados e informações para trabalhar. Ao mesmo tempo, os modelos computacionais evoluíram e ajudam a fazer melhores diagnósticos. Com tanta informação circulando, com tanta velocidade, os economistas precisam saber separar o que realmente importa, tentar extrair o que é sinal e o que é ruído. Além disso, o faro do economista ainda é importante, ou seja, aquela intuição que a inteligência artificial não consegue ter.

Do ponto de vista da indústria, qual seria o impacto do fim da escala 6x1?

Colocar a mesma régua para todos os setores tem potencial de causar muitos problemas, pois cada um tem suas especificidades. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, para se adequar fazendo novas contratações, a folha de pagamento aumentaria R\$ 178 bilhões, cerca de 5% – no Rio Grande do Sul, seriam R\$ 12 bilhões, ou seja, 5,2%. Como alternativa, para se adequar pagando horas extras, o aumento nos custos seria de R\$ 267 bilhões, crescimento de 7%. No Rio Grande do Sul, seriam R\$ 18 bilhões. As empresas teriam que repassar o custo para os

“ O estado pode aproveitar a onda mundial de transição energética e a necessidade, cada vez maior, de terras raras. ”



preços, o que geraria aumento da inflação e diminuiria o poder de compra das pessoas. Então, acredito que o resultado seria negativo para as empresas e para a população. O Brasil não está preparado para esse tipo de movimento agora.

Como o envelhecimento da população vai impactar a disponibilidade de mão de obra no Rio Grande do Sul na próxima década?

Uma das consequências dessa dificuldade de conseguir trabalhadores é que muitas empresas estão repensando seus investimentos por aqui. Segundo uma pesquisa da Fiergs, há uma elevação no número de empresas que não conseguem concretizar seus investimentos e que estão diminuindo suas projeções. E uma das justificativas são as dificuldades com a mão de obra. Ou seja, não se trata de um problema futuro. É algo que já está prejudicando a economia gaúcha hoje.

Como a indústria gaúcha se posiciona em relação à robotização e à automação?

A indústria gaúcha, assim como a brasileira, está patinando. Em média, no mundo, a cada 10 mil trabalhadores, há 162 robôs atuando na indústria. No Brasil, são apenas dez robôs a cada 10 mil trabalhadores. Países como o Japão e a Coreia do Sul têm quase um robô para cada trabalhador, com indústrias que funcionam de maneira muito mais eficiente.

Como podemos avançar nessa área?

Para investir em tecnologia, as empresas precisam, em primeiro lugar, de uma visão de futuro positiva, o que exige um ambiente de negócios e um quadro macroeconômico favorável. Além disso, elas precisam de boas condições de crédito, o que não acontece devido à elevada taxa de juros do Brasil. Especialmente, para as empresas menores, já que as grandes conseguem se financiar, inclusive, no mercado internacional. De qualquer maneira, investir nessas tecnologias é um caminho para termos mais produtivos e competitivos.

O que devemos produzir nas próximas décadas tendo em vista a transição tecnológica e a reorganização das cadeias produtivas?

É uma resposta difícil. A indústria gaúcha é muito diversificada. Isso é importante para que consigamos seguir avançando. Mas o Brasil e o Rio Grande do Sul podem aproveitar a onda mundial de transição energética e a necessidade, cada vez maior, de terras raras. Temos que aproveitar nosso potencial nesses mercados. Ao mesmo tempo, é preciso fortalecer setores tradicionais, como o agronegócio, agregando maior valor à produção de grãos.

É possível estimar o impacto das enchentes de 2024 no PIB industrial?

A Fiergs forneceu dados para um estudo do Banco Mundial que estimou um dano total de R\$ 89 bilhões na economia gaúcha. Na indústria, as perdas alcançaram cerca de R\$ 14 bilhões, considerando danos patrimoniais e decorrentes da redução das atividades. Segundo o IBGE, foi a maior perda de produção industrial de um mês para o outro, comparando maio de 2024 com abril do mesmo ano, na história do levantamento. Mas a recuperação também foi muito rápida, pois tivemos auxílio do governo. Com as empresas comprando materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, gerou-se uma movimentação econômica que fez a trajetória do PIB ser bem positiva no segundo semestre.

O CAMINHO DOS DADOS

Ex-presidente da FEE, o economista Igor Morais destaca o papel da informação estatística como antídoto para que o Rio Grande do Sul evite reincidir em velhos erros

A última década impôs ao Rio Grande do Sul uma combinação de transformações econômicas e sociais. Entre eventos extremos, mudanças demográficas e choques globais, o estado viu sua estrutura produtiva e seu tecido social serem tensionados ao limite. Nesse cenário, entender o presente exige mais do que opinião: exige método. Ex-presidente da extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE) e sócio da Vokin Investimentos, Igor Morais defende o resgate da análise técnica como base para decisões públicas e privadas. “As informações estão nos dados”, afirma. Nesta entrevista, ele analisa os desafios recentes e aponta caminhos possíveis para a economia gaúcha.

“ É fácil robotizar uma indústria e fazê-la trabalhar 24 por 7. A diferença é que o Brasil vai querer cobrar INSS dos robôs. ”

Como as transformações da última década influenciaram o estado?

Houve um impacto social muito forte. A enchente levou a um processo de migração, por exemplo. Também temos o envelhecimento populacional, algo que a Europa já enfrenta. Ainda houve a pandemia. Na perspectiva das mudanças socioeconômicas, essa última década foi uma combinação explosiva.

Quando esteve à frente da FEE, entre 2015 e 2016, você promoveu uma evangelização do mercado gaúcho acerca da importância dos dados. Quais foram os resultados?

O convencimento, trazer luz para a discussão. É um ponto ainda falho. Muitas leis surgem sem levar em conta os impactos econômicos e sociais. Quem vai ser impactado, quem paga a conta, quanto vai custar isso? Instituições como a FEE [extinta em 2018] trazem essa parte técnica livre de ideologia e de qualquer preferência partidária para a discussão. Se fizessemos isso há mais tempo, talvez tivéssemos problemas menores a serem enfrentados hoje em dia.

De que forma o fim da escala 6 x 1 pode afetar o mercado gaúcho?

Uma coisa é o governo impor que todo mundo vai trabalhar 4 x 3. Outra é dizer que você tem liberdade de negociar. A pessoa pode não querer ficar em casa. Ela quer trabalhar, quer evoluir



profissionalmente. Nessa discussão, há muita paixão e pouca análise técnica. Há países europeus que trabalham 35 horas semanais. Mas teremos os tributos e a qualidade de vida da Europa? As empresas terão facilidade logística e segurança jurídica da Europa? A gente tem que dar liberdade de negociação e não fazer uma imposição.

O aumento da automação também impacta essa equação?

Daqui a 10 anos, estaremos aqui com um robô nos atendendo. A IA e a robotização têm entrada garantida na indústria. É muito fácil montar uma indústria trabalhando 24 por 7. Qual é a diferença do Brasil para o resto do mundo? O Brasil vai querer cobrar INSS do robô. Esse é o ponto.

Em 2013, os seus estudos já apontavam sinais de desaceleração industrial no Rio Grande do Sul. Quais foram as lições desses levantamentos?

O aprendizado maior é que as informações estão nos dados. E a inteligência artificial é o seu melhor assessor. Hoje, você tem muito mais previsibilidade. Quando eu estava na Fiergs [onde foi economista-chefe], tinha um departamento com oito pessoas. Isso há 18 anos. Hoje, sozinho, faço mais do que aquele time, com ajuda da IA. Isso já está gerando desemprego. Mas precisamos estar atentos, porque não é o trabalhador de baixa renda que será afetado. É quem tem habilidades mais elevadas.

Nesse sentido, como você avalia a adoção da IA pelas empresas gaúchas?

Está ocorrendo nas grandes empresas, o que é natural. Mas é uma questão de tempo. Muita gente confunde a adoção da IA com a robotização. Isso é uma parte. A IA também entra no planejamento. Haverá agentes de IA na equipe. E não é possível aplicar essa tecnologia *top down*. São modelos diferentes, dependendo de cada departamento. O desafio é preparar cada setor.

O agronegócio sempre foi fundamental na economia gaúcha. Qual seria o melhor caminho a seguir a partir de agora?

Estamos sem competitividade em algumas culturas, como o milho. Não temos uma competição que o Centro-Oeste tem. Lá, existem três safras por ano. Somos fortes na soja, mas Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás evoluíram muito. O estado preserva sua matriz há muitas décadas – e com muito louvor. Devido à nossa colonização, temos características de produção que outros estados não têm. Devemos investir nessa segunda camada do agro, cujo valor agregado é grande. Mas corremos um risco com o acordo Mercosul-União Europeia, porque são produtos que concorrem também com o que a Europa produz com muita qualidade.

Quais setores você vê com maior potencial de crescimento no estado?

A indústria de alimentos. É um setor que não perdeu participação. Também temos o setor de celulose e papel. O Brasil é extremamente competitivo nessa área. E o Rio Grande Sul está bem posicionado. Descendo um pouco mais, cito a indústria de petróleo e derivados. Precisa passar por uma reformulação. Estamos patinando com a Refap. E aí chegamos no metalmeccânico. Antigamente, nosso competidor era São Paulo. Agora é Santa Catarina. O polo de Joinville tem ganhos logísticos em relação aos nossos. Precisamos reduzir esses custos. Também destaco a sobrevivência do setor de móveis, que traz muito valor agregado em design e tecnologia.

DA FILOSOFIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Professor de Filosofia da Universidade de Caxias do Sul e ex-secretário estadual, João Carlos Brum Torres defende integração entre academia e setores produtivos para recuperar a competitividade gaúcha

O Rio Grande do Sul chega a mais uma encruzilhada econômica carregando avanços pontuais e lacunas persistentes. Ainda que surjam oportunidades em novas fronteiras de investimentos, permanecem desafios históricos ligados à logística, à produtividade e à integração entre conhecimento e mercado. Assim, o estado oscila entre potencial e execução. Ex-secretário de governo nas gestões Antônio Britto e José Ivo Sartori e um dos principais pensadores do país, o filósofo João Carlos Brum Torres analisa esse percurso com olhar crítico: “Não podemos nos conformar em perder posição”. Na conversa a seguir, ele revisita escolhas do passado, avalia o presente e aponta caminhos para reposicionar a economia gaúcha.

Desde as suas passagens pelo governo estadual, o Rio Grande do Sul avançou em termos de competitividade?

Na época, tínhamos um projeto focado em desenvolvimento regional e logística. Desde então, não houve uma ação sistemática nessas duas frentes. Mas tivemos algumas surpresas. O litoral, por exemplo, se tornou uma fronteira de investimentos, especialmente em infraestrutura, que acaba acompanhada pelos serviços. Na região norte, cidades como Erechim, Passo Fundo e Santa Rosa tiveram uma certa vitalidade da indústria ligada ao agronegócio.

Como você vê a posição do Rio Grande do Sul em relação aos demais estados?

Durante minha vida, o Rio Grande do Sul sempre foi a quarta economia do Brasil. Em 2024, fomos ultrapassados pelo Paraná. Isso tem a ver um pouco com os impactos da enchente, mas não podemos nos conformar em perder essa posição. Isso requer políticas de modernização da nossa área de serviços e de uma incorporação mais rápida dos avanços na área tecnoindustrial. Nós já temos uma base científica e um bom sistema universitário. Temos que fazer uma sinergia maior entre o que possuímos de inteligência no estado e os setores produtivos, além de uma política de atração de investimentos inteligentes.

Onde poderíamos estar hoje se políticas de aceleração da produtividade tivessem sido implementadas de forma contínua?

Se a perspectiva de reformulação da logística estadual que prevíamos em 2015 tivesse sido implementada, teríamos ganhos de produtividade muito significativos. Mas reformular o panorama logístico do Rio Grande do Sul requer grandes investimentos. Avançamos um pouco, mas longe do desejável – e nem sempre com o foco certo. Temos que dar atenção maior para a logística e para as desigualdades regionais. Também temos que resolver a relação com as universidades, promover uma integração mais

direta para que os recursos de conhecimento e de inteligência sejam aproveitados pelos setores produtivos. Ainda tem uma espécie de divórcio entre as partes. Em parte, o meio acadêmico diz que prestação de serviço não é a sua função, que seu compromisso principal é com a ciência. Mas eu acho que tem que ter um pouco mais de flexibilidade. Isso não é um problema só do Rio Grande do Sul, é um problema do Brasil.

Se o senhor estivesse à frente de algum órgão de planejamento, quais setores consideraria estratégicos para o futuro econômico do Rio Grande do Sul?

Temos uma indústria metalmeccânica poderosa, mas deveríamos apostar ainda mais nessa área, dando escala para uma modernização focada na digitalização de processos. Também temos que ter consciência que o desenvolvimento da área médica do Rio Grande do Sul é um ativo. No caso do agronegócio, o desafio principal é expandir a lavoura irrigada – ou teremos, seguidamente, perdas de safra que impactam no PIB. Por fim, uma área estrutural e cada vez mais crítica é a educação. Ou seja, compreender que a produtividade depende da educação, o que requer uma atenção maior para o ensino técnico.

Que tipo de investimento regional o Badesul deveria priorizar nesse cenário?

“ Temos que fazer uma sinergia maior entre o que possuímos de inteligência no estado e os setores produtivos. ”



Os grandes investimentos são financiados pelo BNDES, mas o Badesul poderia ter uma função complementar. Nesse sentido, ele poderia ser bastante seletivo, priorizando novas agendas, como economia de baixo carbono, tecnologia e inovação.

O senhor ainda vê espaço para o Mercosul avançar como um projeto de integração regional?

Existem complementaridades a serem desenvolvidas. As relações do Brasil com a Argentina, nesse sentido, são um caso feliz. Mas elas são muito submetidas às variações políticas, o que deixa estagnado o projeto do Mercosul. Agora, por exemplo, o governo Milei despreza a ideia de Mercosul, e os países, muitas vezes, querem abrir espaço para fazer acordos internacionais mais livremente. De qualquer maneira, a aceitação da União Europeia reabre um horizonte de oportunidades e desafios para o Mercosul.

Que balanço o senhor faria da economia gaúcha nos últimos dez anos?

A pandemia e as inundações nos puxaram para trás. Mas tivemos uma modernização importante do agronegócio, que se mostrou resiliente. E temos outros desafios para nos afirmar mais, especialmente na área de serviços, que se torna cada vez mais relevantes, mas é pouco explorada e nunca é prioridade dos governos.

RIQUEZA PARADA

Sócio-fundador da MaxiQuim, João Luiz Zuñeda explica por que petróleo competitivo, gás disponível e parque industrial instalado ainda não bastaram para reerguer a petroquímica brasileira

“O debate hoje não é mais sobre como retomar investimentos — é sobre se fecha ou não fecha uma planta.” A sentença de João Luiz Zuñeda, sócio-fundador da MaxiQuim Chemical Business & Intelligence, resume o estado de alerta em que se encontra a petroquímica brasileira. Com três décadas de atuação no acompanhamento de cadeias produtivas ligadas ao petróleo e derivados químicos no Brasil e na América Latina, Zuñeda aponta a contradição que trava o setor: o país dispõe de matéria-prima, mercado e capacidade instalada, mas segue sem a infraestrutura, os acordos empresariais e a política industrial capazes de transformar esses ativos em produção.

O polo petroquímico de Triunfo opera, atualmente, com cerca de 50% da sua capacidade total. Quais fatores podem explicar essa estagnação?

O polo é um dos maiores e mais tecnologicamente avançados do país. Mas a petroquímica é uma indústria intensiva em capital: produzir com nível operacional baixo é prejuízo. O problema estrutural está na matéria-prima. Outros países, principalmente os Estados Unidos, desenvolveram sua petroquímica com base em gás natural barato — o chamado *shale gas*. O Brasil ainda não criou essa equação. Tem nafta, tem gás, mas não conseguiu viabilizar um acordo entre Petrobras e Braskem que tornasse essa oferta competitiva em custo. O que a gente vê hoje é um polo esperando uma decisão que demora mais do que deveria.

Nos últimos 20 anos, os Estados Unidos e o Oriente Médio dominaram os investimentos petroquímicos globais, com base em gás natural barato. Como isso afetou a competitividade brasileira?

Afetou diretamente. Quando esses polos se expandiram base-gás, os produtos passaram a chegar ao Brasil a preços que a petroquímica local, base-nafta, não consegue acompanhar. Os Estados Unidos estão aqui do lado, logisticamente próximos, e competem com Triunfo, com a Bahia, com o Rio de Janeiro. O único polo brasileiro base-gás natural é o do Rio de Janeiro — menor, mas com ampliação prevista. O Brasil precisa ter esse debate com seriedade: tem gás no pré-sal, tem gás argentino na fronteira sul. A pergunta é: por que ainda não se viabilizou o gasoduto de Uruguiana até aqui?

O Brasil produz petróleo com custo equivalente ao norte-americano. Por que isso não se traduziu em vantagem competitiva para a indústria petroquímica?

É o paradoxo central. Há 30, 40 anos, quando os polos foram instalados, o Brasil não tinha petróleo competitivo, não tinha gás, não tinha pré-sal. Hoje tem. A Petrobras opera o pré-sal com custo quase igual ao americano. E a Argentina, aqui do lado, produz *shale gas* a custo americano. Mesmo assim, a gente não fez o gasoduto, não fez o acordo empresarial. Isso está demorando demais. E essa demora tem um preço: o debate hoje não é mais sobre como retomar investimentos — é sobre se fecha ou não fecha uma planta.

O Brasil recicla muito e já tem nova legislação de logística reversa. O plástico verde é uma solução estrutural ou ainda um nicho?

Já é uma realidade — mas precisa escalar. A Braskem foi uma das primeiras empresas do mundo a usar o etanol de cana como matéria-prima petroquímica, produzindo o eteno verde. No começo, o mercado brasileiro não pagava pelo diferencial verde. Foi o Japão e a Europa que viabilizaram o produto. Hoje o Brasil está mais alinhado com essa agenda, e a nova legislação — que exige percentuais crescentes de plástico reciclado nas embalagens até 2030 — está tornando a reciclagem uma obrigação, não apenas uma virtude. Plástico não é problema, é solução — desde que a gente fortaleça a cadeia de reciclagem. E o Brasil está bem-posicionado para isso.

A indústria química representa cerca de 10% do PIB industrial brasileiro, mas o país mantém déficit comercial crescente no setor. Isso pode ser revertido?

Pode e deve. O Brasil tem o que precisa: matéria-prima competitiva, capacidade instalada, mercado consumidor. O que falta é uma decisão de política industrial. Eu já tive uma fase mais ortodoxa — o mercado resolve tudo. Mas o que aconteceu com a China mostrou que não é assim. O plano industrial chinês inundou o mundo

“**Tem gás no pré-sal, tem gás argentino na fronteira sul. A pergunta é: por que ainda não se viabilizou o gasoduto de Uruguaiana?**”



de produto químico barato com subsídio estatal, e hoje boa parte do déficit comercial brasileiro é de produtos químicos. Para reverter isso, vai ser preciso uma pitada de modelo heterodoxo — o que a própria Abiquim já está levando para o debate com o governo. Não adianta ter petróleo competitivo se a gente não tiver um projeto para transformar isso em indústria.

Existem exemplos que podem ser seguidos?

É interessante enxergarmos os Estados Unidos, onde boa parte da economia é de serviços. Lá, a indústria tem uma participação muito forte. Boa parte do serviço está vinculado à Califórnia, pelo seu desenvolvimento tecnológico. A indústria está amplamente ligada a isso, porque o país sustentou o apoio ao setor com sua política econômica.

Isso reforça a importância de o Estado retomar a valorização do investimento industrial?

Os polos industriais se desenvolvem em determinados cenários políticos e econômicos de algumas regiões. O Rio Grande do Sul é um estado historicamente industrial. Mas acho que nos perdemos em alguns momentos. É fundamental que retomemos esse debate.

O CONTÁGIO QUE FICOU

Referência em saúde coletiva, Lucia Campos Pellanda avalia o que a pandemia deixou para trás e por que, cinco anos depois, a desinformação segue sendo o vírus mais difícil de controlar

Médica epidemiologista e ex-reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Lucia Campos Pellanda esteve à frente da instituição entre 2017 e 2025 e hoje atua como diretora de Desenvolvimento Acadêmico na Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação. Coautora do estudo Epicovid 2.0, que analisou os impactos da pandemia nas famílias brasileiras cinco anos após a crise, ela fala sobre os efeitos persistentes da covid-19 na saúde coletiva, na educação e na economia, o avanço da desinformação e o que aprendemos (ou deixamos de aprender) com o maior choque sanitário da história recente do Brasil.

“ A pandemia foi como um aviso. E acho que não aproveitamos tão bem esse aviso. Mas estamos aprendendo. ”

Cinco anos depois da pandemia, como a senhora avalia o legado desse período?

Foi uma virada. No começo, muitos esperavam que a crise unisse a humanidade, que nos tornasse melhores como grupo. Infelizmente, não foi exatamente isso que aconteceu. Houve momentos de grande solidariedade, mas ao longo do tempo as pessoas parecem ter esquecido as lições. Surgiram movimentos contra a ciência, contra as universidades, contra o intelectualismo — justamente quando as instituições estavam mais presentes e ativas. É um paradoxo difícil de explicar. Mas eu continuo acreditando que a gente pode trabalhar em prol do bem comum.

O Brasil formava cerca de 3,5 mil mestres e doutores por ano em saúde coletiva antes da pandemia. Esse número hoje se aproxima de 5 mil. Essa expansão representa uma mudança estrutural?

Houve um interesse muito grande pela saúde coletiva. As pessoas finalmente entenderam que toda saúde é coletiva — não existe estar bem enquanto o outro não está. No caso de uma doença infecciosa, isso é ainda mais evidente: enquanto não se luta pela proteção das pessoas mais vulneráveis, todo mundo corre risco, a economia também. Essa foi uma das descobertas reais da pandemia. Mesmo assim, a expansão ainda não é suficiente. Precisamos de pessoas qualificadas

em posições-chave que entendam de políticas públicas em saúde.

O Brasil sempre foi referência em cobertura vacinal. A pandemia mudou essa cultura?

Infelizmente, a infodemia — essa epidemia de desinformação — gerou um prejuízo muito grande na confiança que a população tem nas vacinas. Já antes da pandemia, a OMS considerava o movimento antivacina um dos dez maiores problemas de saúde pública do mundo. A covid tornou isso ainda mais evidente. A vacina foi desenvolvida rapidamente porque havia muitos pacientes para testar — o que a tornou mais segura, não menos. Mas esses argumentos foram invertidos e usados contra ela. O resultado é preocupante: estamos vendo o retorno de doenças que já estavam erradicadas. Qualquer pessoa com formação em metodologia científica leria aquele estudo original que desacreditou as vacinas e diria que era uma bobagem. Só que aquilo viralizou e fez muito mal.

A senhora coordenou o estudo Epicovid 2.0, que analisou os impactos da pandemia nas famílias brasileiras. Quais foram os resultados mais expressivos?

Quase metade das famílias sofreu redução de renda e insegurança alimentar — um número muito mais alto do que esperávamos. A inter-



rupção dos estudos foi outro dado significativo. Em geral, 50% das famílias tiveram algum impacto muito expressivo. A gente sabia que os mais vulneráveis seriam os mais atingidos, mas ver esse número concretamente ainda causa impacto. Os lares chefiados por mulheres foram especialmente afetados: além do trabalho remunerado, elas carregam o trabalho do cuidado, não remunerado, e ainda são mais expostas a essas dificuldades.

Esses impactos podem ser considerados superados?

É muito difícil superar isso sem políticas públicas claras de redução de desigualdades e distribuição de renda. Durante a pandemia, havia uma falsa polarização entre economia e vidas. Mas os países que tiveram atitudes mais rigorosas no começo conseguiram abrir antes e se recuperar mais rapidamente. Proteger vidas e proteger a economia não são objetivos opostos — os dados mostram justamente o contrário.

A covid-19 foi um evento isolado ou um aviso?

Isolado não foi. Faz parte de uma sequência de crises que a humanidade está enfrentando. Foi como um aviso. E acho que, infelizmente, a gente não aproveitou tão bem o aviso. Mas estamos aprendendo.

É possível considerar a covid-19 e as enchentes como prenúncio do que vem por aí?

Pandemias e mudanças climáticas têm relação direta: quando destruimos os biomas, aumentamos o contato com animais selvagens e criamos condições para o surgimento de novos vírus. Existe hoje uma área da saúde coletiva que fala em 'uma só saúde' — a ideia de que saúde humana e saúde do planeta são interligadas. Enquanto não internalizarmos isso, continuaremos enfrentando uma crise atrás da outra. E uma das ferramentas mais importantes para nos prepararmos continua sendo a educação. Precisamos desenvolver vacinas contra a desinformação.

A PLATAFORMA IMPRESCINDÍVEL

Ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Luiz Afonso dos Santos Senna pede um salto de profissionalismo para destravar os gargalos da infraestrutura do Rio Grande do Sul

Governança e planejamento. É esse binômio que o engenheiro Luiz Afonso dos Santos Senna, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aponta como caminho para pavimentar a evolução da infraestrutura do Rio Grande do Sul. Os desafios, claro, não são poucos. Da baixa qualidade das rodovias à falta de investimento em modais alternativos, o estado capitula frente a obstáculos logísticos que causam impactos nocivos na sua competitividade. “Infraestrutura é a base sobre a qual a economia acontece. Se não temos uma infraestrutura minimamente adequada, é impossível esperar uma atividade econômica razoável”, destaca.

A infraestrutura é um fator que afeta todos os âmbitos do mercado nacional. Como o senhor vê a posição do Rio Grande do Sul em relação a esse tema?

Se tomarmos como base os critérios do Fórum Econômico Mundial, a nota da infraestrutura do Brasil seria 4,5. O país possui cerca de 1,7 milhão de quilômetros de rodovias. Mas só 12% tem asfalto. Em boas condições, porém, o percentual é de 6%. São números parecidos com os de países mais pobres da África. No Rio Grande do Sul, só 10% são pavimentadas – e 5% em boas condições. Isso é chocante para um estado que tem aspirações econômicas como nós temos. Infraestrutura é a base sobre a qual a economia

acontece. Se não temos uma infraestrutura minimamente adequada, é impossível esperar uma atividade econômica razoável.

E qual é o principal desafio para mudar essa condição?

A capacidade de governança. Antes de pensarmos no dinheiro para a obra, a coisa mais importante é sustentar esses projetos ao longo das décadas. Nossas rodovias são frágeis, no sentido de abundância e de eficiência, porque a gente não tem bons arranjos institucionais. O orçamento do Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem (DAER) é de R\$ 150 milhões por ano. Já fiz estudos que apontam a necessidade anual de R\$ 1,5 bilhão. Não temos um arranjo sólido para suportar a operação dessas rodovias.



O estímulo a outros modais ganha maior relevância em razão desse cenário?

Na realidade, as ferrovias também estão em precárias condições, principalmente aqui no Sul. Estamos terminando o contrato da Malha Sul em 2027. Corremos o risco de ficar sem ferrovia nenhuma, pois não vai ter operador. Isso é um grande risco para a economia do estado. Também não há investimento em hidrovias, que é um setor mais barato. Agora começamos timidamente a pensar em fazer concessões de hidrovias.

Como isso impacta o custo do produto gaúcho?

Vamos pegar o exemplo da soja. Com os avanços na tecnologia, o custo de produção da soja no Rio Grande do Sul é muito menor do que em polos como Argentina e Estados Unidos. Entretanto, quando chega nos mercados consumidores, o nosso valor é mais alto. Isso acontece porque o custo logístico é mais alto. Então, perdemos competitividade. É o que chamamos de Custo Brasil. Mas há também o custo Rio Grande do Sul, que é bem maior.

O porto do Rio Grande está preparado para dobrar o volume atual nas próximas duas décadas?

Nos padrões atuais, não. Há muita coisa para ser melhorada. A gente fala muito sobre a ferrovia ser subutilizada. Se aumentarmos a participação delas no *market share* da exportação, entretanto, o porto atual não teria condições de absorver essa demanda. É uma questão de governança.

Como o senhor vê o projeto de construção do porto de Arroio do Sal?

É bem-vindo. Santa Catarina, por exemplo, tem cinco ou seis portos. Mas iniciativas como essa precisam estar em um contexto mais estratégico. Muitas vezes, atropelamos o processo por falta de planejamento. É preciso ter ferrovia e rodovia chegando no porto. Hoje, não pode passar caminhão na Estrada do Mar. Coisas assim precisam ser superadas antes do porto em si.

“**Nossa infraestrutura tem que ser resiliente a novos padrões. É a forma de resistirmos aos desafios que a natureza impõe.**”

Como preparar a infraestrutura para as mudanças climáticas?

Nossa infraestrutura tem que ser resiliente para suportar esses novos padrões. Teremos mais enchentes, vento, seca. Ou seja, o padrão foi alterado. Então, é preciso acomodar isso institucionalmente nos projetos de infraestrutura, tanto nos novos quanto na preservação dos antigos. É a forma para resistir ao desafio que a natureza está nos impondo.

Qual o papel das parcerias com a iniciativa privada para a melhoria da infraestrutura?

Há desafios em termos de investimento para o estado. Ainda temos processos artesanais. São Paulo, por exemplo, tem uma indústria de produção de rodovias. Então, qual estado a gente quer? Vamos ficar fazendo coisas artesanais ou implantar estruturas profissionais? As concessões propiciam estruturas de alto nível. Não existe outra possibilidade que não seja chamar o setor privado para aportar recursos. Mas as condições para esses aportes não são favoráveis. Se não houver infraestrutura adequada, o investidor não vem. Ele precisa de sinalizadores claros em relação ao futuro. Se isso acontece, a taxa de juros cai, os investidores vêm. A gente precisa do Rio Grande Sul focando no Rio Grande Sul.

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Para o professor Marcelo Portugal, escolher a rota da inovação e da criatividade é a única maneira de colocar a economia gaúcha nos trilhos

A economia gaúcha segue condicionada a fatores que, muitas vezes, escapam ao controle local. Entre o câmbio, que define a competitividade de um estado fortemente exportador, e o clima, cada vez mais instável, o desenvolvimento dos negócios passa por variáveis externas e desafios internos persistentes. Entre eles, a baixa produtividade e o desequilíbrio fiscal. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o economista Marcelo Portugal observa esse cenário com rigor técnico. "O verdadeiro motor da economia é a inovação e a criatividade das pessoas", afirma. Na entrevista a seguir, ele analisa os limites e as possibilidades de crescimento do estado.

O que mais afeta o desenvolvimento de negócios no Rio Grande do Sul?

O câmbio, pois trata-se de um estado mais

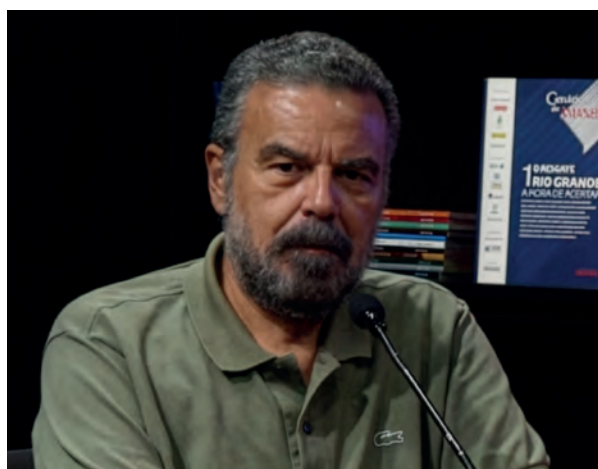
exportador do que a média. A outra variável é o clima, que afeta toda a produção agropecuária, da soja ao leite. O câmbio depende da macroeconomia do país. Quanto ao clima, é preciso se precaver, uma vez que as oscilações meteorológicas tendem a se tornar mais comuns. Há tecnologia necessária, mas deve existir financiamento e flexibilidade do governo para que a legislação ambiental não seja um empecilho para o desenvolvimento econômico do estado.

Como você vê a situação do setor industrial gaúcho?

O estado tem competidores, como a China, que vendem produtos industriais simples a preços mais baixos. Então, é necessário se mover para o andar de cima da indústria, importando mais bens de capital, sofisticando e agregando valor à produção. Setores como o de maquinário agrícola e metalmeccânico estão nesse caminho e, por isso, vendem para o mundo inteiro. É preciso fazer a mesma coisa em outros setores, como o automotivo e o calçadista.

Quais dados revelam melhor o cenário da economia gaúcha na última década?

Há o problema demográfico de diminuição da taxa de fertilidade. Para crescer, é preciso gente ou acumular mais capital para investir. Dado que a demografia não vai se tornar favorável, e a acumulação de capital não necessariamente funciona porque os investimentos podem ir para qualquer lugar, temos que aumentar a produtivi-



dade da terra, das pessoas e do capital. Entretanto, tirando o caso da agricultura, o crescimento da produtividade está lento no Rio Grande do Sul. Esse é um dos desafios que temos pela frente.

Outro problema é o gasto público, não é?

Se o governo gastar mais, vai gerar demanda apenas no curto prazo. No médio e longo prazo, para gastar mais, tem que arrecadar mais e, conseqüentemente, aumentar a carga tributária – que já é alta. E, se o governo imprimir dinheiro, vai gerar inflação. Isso atrapalha o crescimento econômico porque o verdadeiro motor da economia é a inovação e a criatividade das pessoas e das empresas. Ou seja, ajustar as contas públicas é um dilema fundamental. Quanto mais descentralizada for a economia, melhor, pois estratégias diferentes vão surgir, e empresas e pessoas vão puxar a fronteira do crescimento para frente.

O que as pesquisas econômicas mostram e que as decisões políticas costumam ignorar?

O político olha para um horizonte de três meses – e não de 30 anos. O único jeito de tornar um país de renda média em um país rico é através do crescimento econômico continuado ao longo de décadas. A China, por exemplo, aumentou a produtividade, o investimento e a poupança das famílias sem aumentar o gasto público. A Coreia e o Chile fizeram o mesmo, optando por uma economia de mercado com menor interferência governamental e uma carga tributária relativamente baixa, deixando que as empresas competissem. Essa receita não funciona no primeiro ano, nem no segundo ano. Funciona depois de décadas. Esse é o principal desafio que a gente tem para mudar a política.

Qual avaliação é possível fazer do impacto da pandemia e da enchente na economia gaúcha?

O principal impacto da pandemia é negativo, pois perdemos muitas vidas. Por outro lado, do ponto de vista de produtividade, a pandemia teve um aspecto positivo. Descobrimos, por

“ É necessário se mover para o andar de cima da indústria, importando mais bens de capital e agregando valor à produção. ”

exemplo, que podíamos usar o Zoom, viajar menos e fazer reuniões por computador. Se olharmos para os dados do PIB de forma geral, já nos recuperamos das grandes perdas do período em que a economia ficou praticamente parada, entre março de 2020 e março de 2021. No caso da enchente, a gente teve muita sorte, pois o governo federal transferiu muito recurso para a reconstrução do Rio Grande do Sul. O melhor exemplo é o do aeroporto Salgado Filho. Fez-se um acordo com o governo federal, em que, através de mudança no contrato de concessão, a concessionária foi remunerada para reinvestir e fazer o aeroporto voltar a funcionar. Então, a enchente foi um trauma, mas que foi superado.

Qual tendência de gestão da máquina pública você enxerga como mais promissora?

O Governo Digital, um programa do qual o Pix e o Gov.br fazem parte. O aumento da produtividade do setor público vem através deste tipo de iniciativa, facilitando ainda mais o acesso do cidadão aos serviços públicos e letrando as pessoas para ter o acesso digital. É a ideia de você tornar o governo mais digital possível, reduzindo, o volume de gasto necessário, facilitando a burocracia e dando mais liberdade para empresas e indivíduos empreenderem, consumirem e acharem cada um da sua forma qual é a melhor alternativa para si.

UM COMPROMISSO DE TODOS

CEO da plataforma de leitura Elefante Letrado, Mônica Timm de Carvalho defende a educação como um projeto de Estado

Enquanto outros estados obtêm avanços significativos em seus indicadores de aprendizagem, ano após ano o Rio Grande do Sul vem perdendo espaço no cenário educacional. Para Mônica Timm de Carvalho, CEO da plataforma de leitura Elefante Letrado e ex-diretora do Colégio Israelita Brasileiro em Porto Alegre, só há uma maneira de encarar o problema: enxergar a educação como um projeto de Estado, vinculado ao desenvolvimento e à inclusão social. E faz uma ressalva: "Seguimos delegando a responsabilidade apenas para o governo, para as universidades ou para as escolas, como se a educação não fosse compromisso de todos".

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o Ensino Médio no Rio Grande do Sul subiu de 3,4, em 2017, para 3,9, em 2023. Já o Ceará saltou de 3,8 para 4,4. O que explica essa diferença?

O Ceará é um estado com enormes dificuldades socioeconômicas, mas que nos apresenta uma importante lição: a educação é a mãe de todas as áreas e, uma vez bem trabalhada, gera impacto em todos os segmentos da sociedade. Lá a educação é vista como um projeto de Estado. Independentemente de quem esteja à frente do governo, há o compromisso permanente com a melhora desses indicadores.

O Rio Grande do Sul perdeu protagonismo na área educacional?

Fomos referência no Brasil, mas muitas décadas atrás. Não temos feito a lição de casa, porque pensamos de forma compartimentalizada. Ainda estamos na lógica de mudar tudo de quatro em quatro anos, e o projeto da educação precisa de constância e de investimento.

O Brasil tem cerca de 56 % da população adulta com Ensino Médio. É um índice compatível com uma economia baseada em inovação?

Certamente não. Se quisermos um país inovador, com economia pujante e melhor qualidade de vida, precisamos investir em uma educação que tenha muitos anos de escolarização e em carreira acadêmica — seja de natureza profissionalizante, seja de natureza mais teórica.

“Temos ilhas de excelência. Mas, no conjunto, não vejo o Rio Grande do Sul como um estado verdadeiramente educado.”



Há estudos que indicam que cada ano adicional de estudo pode elevar a renda média de 8% a 10%.

Por outro lado, temos a IA suprimindo tarefas antes realizadas por pessoas com altíssima formação acadêmica. Fala-se da perda de relevância das universidades, mas esse é um desvio de perspectiva. Não podemos achar que o conhecimento vai perder valor em uma sociedade de inovação.

O baixo desempenho educacional já impacta na competitividade?

Sim. Cada vez mais, o mercado busca mentes criativas, que consigam driblar a homogeneização que a IA promove. Quem sair dessa lógica vai ter valor no mercado e impulsionar a inovação.

E como mudar essa lógica?

Há modelos inspiradores, como o da Finlândia e o da Coreia do Sul. Um aposta no professor criativo e o outro na padronização de resultados. O que eles têm em comum? Ambos são criteriosos na seleção docente. O conhecimento do professor é a “tampa da panela” do que os alunos irão aprender. Pode não ser muito simpático, mas a Finlândia chegou ao ponto de dizer que apenas 15 % dos estudantes terão a chance de concorrer a uma vaga na docência. A régua é alta. Definitivamente, não é a nossa realidade.

Como o professor pode se qualificar tendo uma carga horária extensa e uma baixa remuneração?

Só conseguimos remunerar bem profissionais de alta performance, e aí existe um problema difícil de resolver: as instituições de ensino precisam garantir formação continuada. Mais de 60% dos professores do estado não são concursados, o que dificulta um projeto de longo prazo. E há outra questão: a profissão exige que você seja um professor leitor. Isso não requer grandes recursos. Há bibliotecas e possibilidades acessíveis de crescimento. Quando o professor lê, amplia sua compreensão sobre o que é aprender e ensinar.

O Rio Grande do Sul sempre se apresentou como um estado “educado”, mas os empresários relatam escassez de mão de obra qualificada. Superestimamos nossa qualidade?

Temos ilhas de excelência, mas, no conjunto, não vejo o Rio Grande do Sul como um estado verdadeiramente educado. Há um problema histórico na forma como enxergamos o ensino profissionalizante. Muitas vezes, ele foi tratado como um “primo pobre” da educação, excessivamente focado no saber fazer, enquanto a formação mais ampla ficou de fora. E isso é um problema no século 21. Não basta saber operar máquina. Se você não tiver capacidade de contextualizar e compreender mudanças, perde relevância quando aquela tecnologia deixar de existir.

Nossa formação técnica alcança cerca de 12% da força de trabalho, enquanto países desenvolvidos chegam a 30%. Estamos subinvestindo em capital humano?

Sim, e muito. Na educação formal e na corporativa. Mesmo depois de sair da universidade, as pessoas devem seguir se atualizando. As empresas precisam dar condições para que os profissionais acompanhem novas metodologias de trabalho e ferramentas tecnológicas. Isso deveria estar na gênese da sociedade gaúcha. Seguimos delegando a responsabilidade ao governo, às universidades ou para as escolas, como se a educação não fosse compromisso de todos.

CABO DE GUERRA NA ECONOMIA

Economista-chefe da Fecomércio-RS, a professora Patrícia Palermo reflete sobre a instabilidade do cenário econômico brasileiro

Economista-chefe da Fecomércio-RS e professora universitária, Patrícia Palermo ilustra o cenário econômico brasileiro atual como um "cabo de guerra". De um lado, indicadores positivos, como o desemprego em níveis historicamente baixos, o aumento da massa real de salários e a desoneração do imposto de renda impulsionam o consumo. De outro, fatores como juros elevados e o avanço do endividamento das famílias reduzem a capacidade de compra da população. Na entrevista a seguir, Patrícia analisa os efeitos dessa instabilidade e aponta os desafios para um crescimento sustentável.

Por que discutir sobre um futuro mais resiliente e sustentável é importante para o nosso estado?

O Rio Grande do Sul ainda tem um PIB per capita significativamente maior que a média brasileira e ainda está em uma posição adequada em rankings de competitividade. Mas crescemos menos do que a média nacional na última década. Se continuarmos nessa levada de crescer pouco, será que conseguiremos manter esses patamares de renda e competitividade? Prestar atenção no que passou e pensar, principalmente, no que podemos fazer para mudar é o primeiro passo para um futuro mais resiliente e sustentável.

Em quais aspectos devemos focar?

O envelhecimento da população vai gerar transformações relevantes no Rio Grande do Sul.

Nesse cenário, como teremos um contingente menor de jovens, precisamos utilizar os recursos financeiros para ter a qualidade como métrica principal da educação. E, como a população gaúcha vai parar de crescer, devemos nos tornar um lugar que atrai pessoas, tornando nossas cidades mais interessantes, mais seguras e com bons indicadores de saúde e educação.

Existe mercado para a população mais velha se manter ativa?

As empresas precisam mudar de mindset para contratar essas pessoas, pois hoje ainda há resistência. Além disso, por mais que uma população mais velha exerça pressão sobre a previdência, ela também garante uma constância de renda e movimentação a economia. Estima-se que atividades voltadas para esse público movimentam em torno de R\$1,8 trilhão no Brasil. É uma grande oportunidade de mercado para qual o comércio, os serviços e o setor público devem estar atentos e se adaptar.

Quais são os riscos do avanço do endividamento das famílias?

O consumo ainda é o principal fator de crescimento econômico, mas ele não consegue dar o mesmo impulso que deu à economia em outros momentos por causa do endividamento. Os altos juros e a inflação no preço dos alimentos ajudam a explicar o cenário. Além disso, houve um avanço muito grande no acesso ao crédito nos

últimos anos. Isso não é necessariamente ruim – todo lugar no mundo que cresceu se desenvolveu com expansão da renda e com crédito. Mas o acesso ao crédito sem educação e sem controle pode virar um problema. O crédito tem que ser tomado com responsabilidade, e não estamos educando as pessoas para isso.

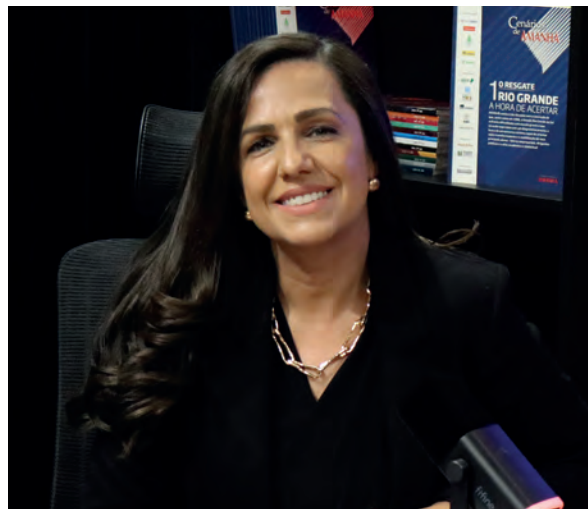
Educação financeira pode resolver o problema?

A educação financeira precisa melhorar. Mas também temos que aumentar a renda média da população, para que as pessoas consigam bancar seus gastos sem depender do crédito. Para melhorar a renda, tem que melhorar a produtividade, a infraestrutura, o ambiente de negócios e o acesso ao capital.

Como o comércio está respondendo à alta dos juros no Brasil?

Cada segmento responde de uma maneira. Os alimentos, por exemplo, são menos sensíveis aos juros do que setores como o de móveis e eletrodomésticos. Ou seja, juros elevados penalizam, especialmente, o comércio voltado ao crédito. Isso, obviamente, está contendo o consumo. Por outro lado, o Brasil está com a taxa de desemprego em um patamar histórico mínimo, a massa real de salários nunca esteve tão grande e houve uma desoneração de imposto de renda

“ Por mais que pressione a previdência, uma população mais velha garante constância de renda e movimentação a economia. ”



para uma parcela significativa da população. Esses fatores geram um impulso positivo que ficam em cabo de guerra como fatores negativos, como o endividamento.

Como dimensionar o impacto das casas de apostas no endividamento do consumidor?

Um dado alarmante mostra que 20% das pessoas que apostam veem essas plataformas como investimento. Uma parte significativa de empréstimos facilitados são utilizados para financiar esse tipo de jogo. E isso tem efeitos negativos sobre a capacidade de consumo das pessoas, o que é preocupante. Quando algo novo entra na economia, como essas plataformas, concorre com o comércio e os serviços, disputando o orçamento e a atenção das pessoas, tornando a vida de quem está vendendo muito mais desafiadora.

Como você vê o futuro da economia gaúcha e brasileira diante de todo esse cenário?

Temos desafios estruturais relevantes, como a questão fiscal. Precisamos endereçar ações para conseguir fazer com que o gasto público seja reduzido. Também precisamos pensar em legislações que sejam promotoras de um ambiente favorável para os negócios, ou seja, legislações que sejam promotoras do crescimento econômico – e não apenas de curto prazo, mas, sim, de médio e longo prazo.

IRRIGAÇÃO COMO POLÍTICA DE ESTADO

Diretor da Secretaria da Agricultura do RS, Paulo Roberto da Silva avalia que a irrigação deixou de ser opção e se tornou necessidade estrutural

Com trajetória que reúne experiência no setor cooperativo, na indústria, em organismos internacionais e no sistema público, o engenheiro agrônomo Paulo Roberto da Silva acompanha de perto as transformações da agricultura gaúcha há décadas. Diretor do Departamento de Governança de Sistemas Produtivos da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, ele sustenta que o estado precisa tratar a irrigação como prioridade estrutural diante das estiagens recorrentes. Além disso, Silva analisa os desafios do crédito rural, da sucessão e da mão de obra no campo, da modernização das cooperativas e da agregação de valor à produção. Acompanhe.

Qual é a importância de promover a irrigação para encarar os episódios de estiagem?

O setor primário gera 40% do PIB do Rio Grande do Sul. Quando esse setor vai mal, por reação em cadeia, os outros também vão mal. A irrigação não resolve todos os problemas, mas os mitiga e fortalece os elos da cadeia quando os eventos climáticos acontecem. Não temos mais do que 5% da área irrigada – com exceção do arroz, que tem 97%. A irrigação, portanto, deve ser não uma prioridade de governo, mas uma prioridade de Estado. E deve ser trabalhada em um sistema integrado por diversas secretarias estaduais.

Quais são os principais projetos em andamento nessa área?

Desde o segundo governo do Eduardo Leite, incrementamos um projeto de irrigação resiliente, sustentável e acessível aos produtores. A fase 1 iniciou com uma subvenção pequena. Na fase 2, essa subvenção subiu para 20% do valor do projeto, com valores até R\$ 100 mil. Precisamos fazer projetos maiores porque as nossas necessidades são maiores. Então, lançamos a fase 3 para levar a subvenção para projetos de até R\$ 150 mil. Com isso, esperamos duplicar a área que foi feita no ano passado. Hoje, vale dizer, existem 121 mil hectares irrigados no Rio Grande do Sul, podendo atingir 146 mil hectares com cultura de sequeiro até o final da fase 3.

“A irrigação não resolve todos os problemas, mas os mitiga e fortalece os elos da cadeia quando os eventos climáticos acontecem.”



Quais são os entraves para a expansão do projeto?

A falta de capacidade de pagamento da maioria dos produtores. O endividamento com as últimas estiagens enfraqueceu muito o poder de investimento. Por isso, tem que haver financiamentos compatíveis com o grau de endividamento dos produtores.

Qual é o risco das últimas quebras de safra para o modelo cooperativo?

A maioria das cooperativas do Rio Grande do Sul foram criadas no tempo em que o trigo ocupava o lugar que a soja ocupa hoje. Havia compra estatal, e as cooperativas foram crescendo nesse modelo. Mas a gestão não evoluiu e elas não souberam se readaptar. Ficaram paradas no tempo esperando que o governo fosse resolver o problema, o que, inclusive, levou ao fechamento de algumas delas.

Como a gente resolve o problema da mão de obra no campo?

Antigamente, os jovens não ficavam no campo porque as condições não eram favoráveis. A grande maioria das propriedades está revertendo essa situação. Entre as agroindústrias presentes na última Expodireto, por exemplo, 90 eram comandadas por jovens. Os jovens estão voltando

para o campo porque encontram melhores chances de desenvolvimento por lá. Paralelamente, entidades como o Senar e o Sebrae estão melhorando a capacitação dessa mão de obra.

Quais são as alternativas viáveis à monocultura hoje?

A diversificação tem que vir acompanhada pela integração de lavoura, pecuária e floresta. Além disso, não existe mais a possibilidade de trabalhar apenas de outubro a março. O solo precisa ser trabalhado ao longo do ano, com plantio direto, com segunda e até terceira safra. Assim, também estão surgindo outras culturas de inverno, além do trigo, como a canola. Por fim, não é possível continuar vendendo grãos como commodities, temos que agregar valor à produção.

O seguro rural também voltou ao centro do debate devido às perdas consecutivas. O que pode ser feito para ampliar a cobertura e reduzir os custos?

Em média, em tempos normais, o seguro tinha um custo de 8%. No Rio Grande do Sul, devido às seguidas intempéries, as seguradoras criaram dificuldades para trabalhar aqui. Então, tem que haver uma subvenção maior por parte do governo, o que está sendo estudado no Ministério da Agricultura. Com a subvenção e com a parametrização dos seguros, deve haver uma volta das seguradoras.

Qual é o maior desafio estrutural da agricultura gaúcha para os próximos dez anos?

É um conjunto que envolve questões como clima, crédito, sucessão rural, entre outras. O ideal é que o estado tivesse condições de suprir todas elas, a começar pelo crédito e pelo endividamento – porque é impossível trabalhar com a taxa de juros atual. E ainda há questões de instabilidades geopolíticas, fitossanitárias e necessidade de rever a gestão nas propriedades. De qualquer maneira, o agronegócio vai continuar sendo a mola propulsora do Brasil, responsável por grande parte da geração de alimentos e de energia.

PRONTOS PARA A PELEIA

Presidente da Invest RS, Rafael Prikladnicki vê o Rio Grande do Sul mais maduro e preparado para a busca por investimentos globais

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul re-desenhou sua estratégia de desenvolvimento econômico em meio a mudanças globais, avanços tecnológicos e desafios internos cada vez mais complexos. A busca por inovação, internacionalização e diversificação de investimentos ganhou força em um estado que tenta consolidar sua posição como polo competitivo para negócios, tecnologia e novos projetos. Ao mesmo tempo, episódios recentes, como a catástrofe climática de 2024, reforçaram a necessidade de pensar crescimento econômico aliado à resiliência e ao planejamento de longo prazo. Rafael Prikladnicki, presidente da Invest RS, e uma das principais referências em inovação e tecnologia no estado, analisa as mudanças na estratégia gaúcha para atração de investimentos e o papel da inovação na construção de futuro. “O Rio Grande do Sul está muito mais preparado e competitivo para trazer projetos em diferentes áreas”, destaca.

Em 1999, a Ford desistiu de instalar uma fábrica no Rio Grande do Sul. O que mudou na estratégia do governo para não repetir aquele tipo de aposta concentrada em um único grande projeto?

Hoje, a Invest RS não diferencia projetos de R\$ 1 bilhão para projetos de R\$ 10 milhões. Todos são relevantes. Olhamos para empresas de diversos tamanhos, setores e países que querem investir no Rio Grande do Sul. A concentração

nunca é a melhor estratégia. E a realidade de 30 anos atrás era muito diferente. O Rio Grande do Sul está muito mais preparado e competitivo para trazer projetos em diferentes áreas.

Como o estado busca esses projetos?

Em outubro de 2024, lançamos um plano de desenvolvimento econômico sustentável. Tem cinco habilitadores: capital humano, inovação, recursos naturais, ambiente de negócio e infraestrutura. Além disso, identifica 12 setores em que o estado tem maior potencial para alcançar um desenvolvimento econômico acima da média. Trabalhamos para promover o estado nessas 12 áreas, como saúde, turismo, agro-negócio e indústria. Essa diversidade precisa estar na agenda de desenvolvimento.

Com quais estados o Rio Grande do Sul disputa esses investimentos mais diretamente?

Estamos competindo com o mundo. Sempre fomos muito reativos. A Invest RS é uma estrutura recente. Já tivemos condições de levar esta agenda de atração de investimento para diversos países. Muita gente não imagina que há no estado mais ao Sul do Brasil. Mas temos condições de competir com qualquer país. Agora, com esta agenda de ter uma estrutura própria, temos capacidade de fazer uma agenda intensa de promoção. Por isso, uma das estratégias da Invest RS é ter um escritório em São Paulo. Muitos dos potenciais investimentos do

Brasil param em São Paulo. O Rio Grande do Sul precisa estar no radar de qualquer investimento relevante que olhe para a América Latina.

O que mais pesa na decisão de quem quer investir no estado?

Tudo pesa. Em especial, o fato de mostrar um estado diferente. Há rankings que colocam o Rio Grande do Sul como líder em inovação. Há eficiência de máquina pública, somos o terceiro em segurança pública, evoluímos em vários rankings de IDH. Então, todas as informações referentes a um determinado local são importantes e pesam em qualquer decisão, sejam as positivas ou negativas. Felizmente, hoje temos condições de mostrar um estado que se mostrou competitivo e tem disputado investimentos pelo mundo fora.

E um estado resiliente, acima de tudo.

A própria forma como encaramos a catástrofe climática é uma demonstração dessa capacidade de rápida recuperação. Isso sinaliza algo extremamente positivo para quem tem interesse em olhar para o Rio Grande do Sul. Então, esse é o lado bom, em que pese a tragédia que vivemos.

Em termos de políticas públicas de inovação, quais são os pontos principais?

O principal é termos plano e propósito. É muito difícil sustentar um projeto em médio e longo prazo se não houver uma estratégia.

“ É muito difícil sustentar um projeto em médio e longo prazo se não houver estratégia. ”



O Tecnopuc é um exemplo. Tem mais de 20 anos. O Porto Digital, em Recife, é outro. A visão deles foi transformar o Recife antigo e fazer um projeto de 50 anos. O que a gente discute em Porto Alegre com a região do 4º Distrito é a mesma coisa. São visões de estado que precisam ultrapassar o governo. Se a direção mudar a cada gestão, vamos ficar para trás.

Já há frutos dessas apostas em inovação? Quais podem servir como exemplo?

Temos casos de empresas que nasceram em ambientes universitários ou em ambientes de parques tecnológicos. É o caso da Getnet, fundada pelo presidente do South Summit Brazil [José Renato Hopf] e depois vendida para o Santander. Há empresas de tecnologia, como a e-Core, fundada em um ambiente universitário. Outra é a Aquiris, que foi vendida para uma multinacional de games e se tornou a Epic Games Brasil. Nosso desafio é fazer esses bons exemplos surgirem em escala.

A inovação também é uma saída para a questão do envelhecimento populacional?

Um dos objetivos da InvestRS é aumentar em 20% a produtividade. Isso porque a população economicamente ativa estará menor. Conseguiremos isso com qualificação e tecnologia, oferecendo ferramentas para a produtividade.

CONECTAR PARA DESENVOLVER

CEO do Transforma RS, Ronald Krummenauer defende a cooperação entre setores como peça chave para melhorar a competitividade e a qualidade de vida no estado

O Rio Grande do Sul construiu, ao longo da última década, um dos ecossistemas de inovação mais estruturados do país. Entre parques tecnológicos, *hubs* e políticas públicas que deram forma a esse ambiente, o estado consolidou um diferencial competitivo raro no cenário nacional. Mas os avanços convivem com desafios igualmente estruturais — sobretudo na educação, peça central para sustentar esse ciclo no longo prazo. Ex-secretário estadual da Educação e articulador de iniciativas como o Transforma RS, Ronald Krummenauer avalia esse percurso e seus limites. “Toda construção é coletiva e exige um entendimento da sociedade”, afirma. Nesta entrevista, ele aponta caminhos para manter o ritmo de inovação e ampliar seus impactos.

“ Se não fizermos uma revolução na educação brasileira, voltaremos a discutir sobre as mesmas coisas daqui a dez anos. ”

Como você avalia o ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul?

O Rio Grande do Sul conseguiu fazer um pacto muito bem sucedido na área da inovação, aparecendo como o estado mais inovador do Brasil em diversos levantamentos, inclusive no ranking do Centro de Lideranças Públicas. Grande parte das universidades gaúchas, sejam públicas ou privadas, possui parques tecnológicos. Temos exemplos espalhados pela região metropolitana e interior. Além disso, existem *hubs* importantes, como o Instituto Caldeira, em Porto Alegre, o Instituto Hélice em Caxias do Sul e a Aliança pela Inovação, em Passo Fundo. Mais recentemente, tivemos a vinda do South Summit, que, de alguma maneira, foi uma cereja no bolo desse processo. Esse é um diferencial competitivo que o Rio Grande do Sul consolidou na última década.

Quais políticas públicas geraram esse diferencial competitivo?

Nos últimos dez anos, tivemos uma atualização da Lei Gaúcha de Inovação, quando foram melhor definidas questões sobre os ambientes de inovação, os principais polos de desenvolvimento tecnológico e suas prioridades. Além disso, o governo estadual e algumas prefeituras, como a de Porto Alegre, se envolveram com o tema e criaram programas que ajudaram a impulsionar esse ambiente de inovação.

Qual pode ser o papel do Ceitec nesse cenário?

O Ceitec passa por um momento de retomada que deve começar pela atração de pessoal especializado e, em segundo lugar, por uma atualização tecnológica que deve custar mais de US\$ 1 bilhão. Não é algo muito fácil de ser resolvido, mas o cenário pós-pandemia aponta para uma demanda cada vez maior por chips, com muitos países precisando encontrar alternativas de fornecimento. Então, espero que consigamos encontrar um caminho para viabilizar essa retomada, o que acredito que possa acontecer através de uma parceria público-privada.

Como você vê o quadro da educação?

Na década de 1960, entre 25% e 30% dos jovens frequentavam as escolas. Hoje, são mais de 95%. Mas a qualidade do ensino não acompanhou a revolução no ingresso. A quantidade de alunos que não aprende o mínimo necessário para seu ano e sua idade é muito grande. Então, alguns ajustes de ordem técnica precisam ser feitos, assim como mudanças na Constituição, no Ministério da Educação. O fato é que, se não fizermos uma revolução na educação brasileira, provavelmente voltaremos a conversar daqui a dez anos e vamos falar mais ou menos a mesma coisa sobre educação que nós estamos falando agora.

Na sua trajetória na Secretaria Estadual da Educação, como foi possível evoluir nessa área?



No poder público, as trocas de secretários e de governos atrapalham a continuidade de alguns projetos. Mas, no meu período, a grande evolução foi buscar uma aproximação com os diretores – que eu chamava de gerentes – das escolas estaduais. Fiz reuniões regionais, me reuni com todos os diretores e criamos um canal direto de comunicação. Quando o diretor da escola quer, a escola funciona perfeitamente, pois ele faz parcerias com a comunidade, busca soluções e se preocupa com o resultado do ensino e com o bem-estar dos alunos.

Entre as ações do Transforma RS, destaca-se o Pacto pela Educação. Qual é o papel dessa iniciativa?

Em algumas áreas, a população imediatamente enxerga o resultado dos investimentos. Na saúde, por exemplo, quando é construído um novo hospital ou temos um aumento do número de leitos; na segurança, quando há mais efetivo na rua; na infraestrutura, no momento que se constrói uma ponte ou uma estrada. Já no setor da educação, não há um visual tão concreto daquilo que está melhorando ou pode ser melhorado. Sem contar o ato de que os resultados podem levar mais tempo para aparecer. Por isso, o Pacto nasceu com a intenção de tornar relevante a pauta da educação para a sociedade. A educação no Rio Grande do Sul e no Brasil requer mudanças – e o envolvimento da sociedade é uma delas.

Como um ambiente que envolva toda a sociedade é relevante para o desenvolvimento do estado de maneira geral?

Toda construção é coletiva e exige um entendimento da sociedade de que precisamos ir para a mesma direção. Somos todos responsáveis pelo desenvolvimento das nossas comunidades e do nosso estado: academia, iniciativa privada, poder público e nós, cidadãos e eleitores. Se avançarmos por um caminho comum, avançaremos para um estado mais competitivo e com melhor qualidade de vida.

TEMPO DE PREVISÃO

Para o geólogo e pesquisador Rualdo Menegat, o Rio Grande do Sul precisa consolidar estratégias abrangentes para suportar a severidade das mudanças climáticas

As enchentes de 2024 são um ponto de inflexão na forma como o Rio Grande do Sul encara as demandas ligadas à mudança climática. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o geólogo Rualdo Menegat encara o episódio como um grande aviso que não pode ser ignorado. A missão do estado, segundo ele, é entender sua condição de vulnerabilidade frente a intempéries de grande magnitude – e estruturar planos consistentes para lidar com cenários semelhantes. “O que levou ao desastre não foi a chuva; foi a ausência de um plano de gestão de riscos. Temos instrumentos legais para fazer isso. Mas nunca acionamos, como se fôssemos superiores e infalíveis”, analisa.



As enchentes de 2024 estão entre os fatos mais marcantes da última década. Quais ensinamentos esse evento deixa para o estado?

Esse desastre colocou um grande emblema para nós. Ou repensamos, ou prosseguimos às cegas. Foi um grande aviso. Vivemos na pele o significado de que há em uma emergência climática. E isso exige realmente este reinventar, este saber olhar longe, saber projetar melhor. Já não basta vermos só os aspectos econômicos: temos que olhar as possibilidades do ambiente e como se desenvolve a estrutura física do mundo.

A tendência é enfrentarmos eventos semelhantes daqui para frente?

Temos que entender a emergência climática. Cada grau de aumento da temperatura média do planeta causa 11% a mais de vapor d'água na atmosfera. Uma chuva mediana, com 11% a mais de vapor, pode ser uma chuva de extrema intensidade. A temperatura do planeta já subiu 1,5 grau. Ou seja, a atmosfera já está com essa quantidade extra de vapor e, portanto, as chuvas serão mais intensas. É uma equação matemática.

A configuração geográfica de Porto Alegre, para onde diversos rios confluem, torna inevitável o risco de enchentes?

Porto Alegre é uma região ambientalmente vulnerável. As enchentes de 2024 mostraram a delicadeza da situação. Estávamos comple-

tamente desprevenidos. Daqui para frente, não podemos mais nos descuidar. A tragédia é diferente do desastre; a tragédia é o inesperado. O desastre é aquilo que se sabe que pode acontecer. É muito perigoso andar de avião, a 12 mil metros de altitude. Mas andamos porque o risco é pequeno. Então, em primeiro lugar, temos que ter consciência de que moramos num lugar de grande perigo. Cabe a nós diminuir o risco. Falhamos nisso.

Em quais outros pontos o poder público deixou a desejar?

Nos últimos 20 anos, houve um desmantelamento da nossa legislação de ocupação urbana, dos planos diretores, da legislação ambiental. Isso tudo fragilizou a capacidade ecossistêmica de ajudar a controlar momentos de exceção. Mas o que levou ao desastre não foi a chuva: foi a ausência de um plano de gestão de riscos. Temos instrumentos legais para fazer isso. Mas nunca acionamos, como se fôssemos superiores e infalíveis.

Quais seriam as principais medidas a serem tomadas a partir de agora?

A primeira é um poderoso plano de gestão de riscos. Começa pelo mapeamento e o diagnóstico das vulnerabilidades. Não adianta Porto Alegre ter um excelente sistema se não conseguimos melhorar o escoamento da água nas cabeceiras. Eis que chegamos no momento da nossa situação territorial e civilizatória. Somos capazes de fazer um planejamento integrado em toda bacia hidrográfica em toda a região? Ou não temos como fazer frente a esses fenômenos que advirão? É um momento de um olhar unificado. Temos uma oportunidade rara de reencontrarmos o Rio Grande do Sul. Onde está o nosso estado? Está um tanto perdido no seu sentido identitário.

Os eventos climáticos extremos alteraram a percepção de risco econômico do Rio Grande do Sul. Como lidar com esse fator?

“ Vivemos na pele o significado de uma emergência climática. E isso exige realmente esse reinventar, esse olhar longe. ”

É um aspecto decisório importante. Precisamos demonstrar uma capacidade de diminuição de risco frente aos perigos. Temos capacidade técnica, conhecimento e capacidade social para isso. Na medida em que somos uma terra vulnerável, que não conseguimos ter planos eficientes para demonstrar nossa capacidade de enfrentar riscos, seremos uma terra arrasada. E uma terra arrasada é achacada pelos capitais vorazes, pelos capitais de rapina. Isso faz com que a comunidade vá perdendo a sua identidade, o seu virtuosismo, os seus valores e seu protagonismo. E essa não é uma análise apenas técnica. Trata-se de uma avaliação global, da estrutura e da sociedade. Precisamos dar às pessoas a ideia de que sabemos enfrentar os riscos e podemos viver aqui tranquilamente. Isso reforçaria a ideia de que os nossos negócios podem ir bem no estado.

Como o senhor vê os movimentos que já vêm sendo feitos nesse sentido?

Se foi feito, não está tendo visibilidade. A comunidade precisa ter informação sobre isso. Esse tema tem que estar lá na escola. Os planos de risco devem ser ensinados, treinados. Já era a hora de o estado ter uma semana de prevenção de desastres climáticos. É um assunto que não deve virar tabu. Ele deve virar um ponto de reflexão e planejamento de ações.

DE VOLTA AO MAPA DOS INVESTIMENTOS

O Rio Grande do Sul aposta em inovação, bioeconomia e infraestrutura para recuperar protagonismo econômico e atrair uma nova geração de empresas

Por Leonardo Pujol e Sérgio Ruck Bueno

Em setembro de 2024, quando anunciou um investimento de R\$ 3 bilhões em Eldorado do Sul, a Scala Data Centers colocou na mesa um projeto inédito no Sul do Brasil: construir o que poderá ser um dos maiores complexos de processamento de dados da América Latina. A ideia é criar uma “cidade de *data centers*” voltada a aplicações de inteligência artificial (IA) — um mercado cuja demanda global seguirá acelerando. A escolha carregava um elemento simbólico: a Scala decidiu instalar o projeto em uma área ligada a uma subestação ociosa de energia que seria usada pela fábrica da Ford — a montadora que, no fim dos anos 1990, desistiu do Rio Grande do Sul para se instalar na Bahia. Quase três décadas depois, um dos capítulos mais traumáticos da história industrial gaúcha reaparece associado a um novo ciclo de confiança no potencial econômico do estado.

No quesito atração de investimentos, os últimos anos não foram fáceis. A perda de dinamismo econômico, as dificuldades fiscais, as estiagens e as enchentes comprometeram a competitividade do estado. Mas os aportes privados estão voltando — e não apenas em setores tradicionais, como agropecuária e indústria. O novo ciclo passa por empreendimentos ligados a bioeconomia, transição energética, combustíveis renováveis, semicondutores, infraestrutura digital e logística. Do ponto de vista macro, a aposta é desenvolver cadeias econômicas de maior valor agregado, ancoradas em tecnologia e alinhadas às grandes transformações globais em curso — algo que o Rio Grande do Sul já reúne condições de fazer, segundo Rafael Prikladnicki, presidente da Invest RS. “Hoje, o estado está bem mais preparado e competitivo do que há 30 anos”, afirma.

À frente da agência criada no fim de 2024 pelo governo gaúcho para atrair investimentos privados, Prikladnicki atribui o novo momento a uma combinação de fatores: qualificação crescente da mão de obra, fortalecimento dos polos tecnológicos ligados às universidades, base industrial e agroindustrial consolidada e vocação exportadora histórica. A tudo isso, soma-se o esforço do governo para melhorar a situação fiscal, a qualidade dos serviços públicos e, claro, a imagem do estado.

Acontecia assim: durante décadas, a atração de investimentos no Brasil esteve fortemente associada à guerra fiscal e concentrada em grandes projetos isolados. O caso mais emblemático para os gaúchos foi a perda da Ford. Agora, a lógica parece diferen-

te. O que se vê é uma articulação mais estruturada entre governo, universidades e setor privado, com uma agenda permanente de prospecção de negócios, independentemente do tamanho do aporte. “Sejam de R\$ 10 milhões ou de R\$ 1 bilhão, todos os projetos são importantes”, garante Prikladnicki.

É claro que o estado ainda enfrenta limitações fiscais, gargalos logísticos e os impactos econômicos e sociais dos eventos climáticos extremos. Mas também reúne ativos relevantes, como a posição estratégica no Mercosul, a tradição industrial e a renda per capita cerca de 10% acima da média nacional — R\$ 3.968 contra R\$ 3.613, segundo a PNAD Contínua do IBGE do último trimestre de 2025. Não por acaso, os anúncios se multiplicaram. Nos últimos anos, empresas como CMPC, Tellescom Semicondutores, Chipus, Be8, Club Med, além da própria Scala, anunciaram projetos que, somados, significam cerca de R\$ 40 bilhões em investimentos.

Mais do que planos isolados, muitos desses projetos revelam uma lógica comum: transformar vocações históricas em cadeias econômicas de maior valor agregado, que vão da IA aos semicondutores, passando por combustíveis renováveis e infraestrutura logística. Confira a seguir alguns dos principais projetos em tramitação no estado.

O maior da história

O Projeto Natureza, da chilena CMPC, é o maior investimento privado da história do Rio Grande do Sul. Anunciado em 2024, o plano prevê cerca de R\$ 24 bilhões para a construção de uma nova fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, com previsão de início para 2029. Em operação, a planta produzirá 2,5 milhões de toneladas anuais de celulose branqueada de eucalipto e praticamente dobrará a escala industrial da companhia, que já opera em Guaíba uma fábrica de celulose de fibra curta com produção de 2,4 milhões de toneladas por ano.

De acordo com a CMPC, o novo empreendimento vai gerar 12 mil empregos durante as obras, além de 5 mil postos permanentes nas operações florestal e industrial. O projeto também deve contribuir para a infraestrutura, a preservação dos biomas e o desenvolvimento regional ao longo dos próximos anos. O empreendimento contempla expansão da base florestal e da estrutura portuária em Rio Grande e Pelotas, melhorias rodoviárias, novos acessos logísticos e ampliação do uso hidroviário no estado. Além

dos R\$ 24 bilhões, estão previstos outros R\$ 3 bilhões de investimentos para terminais portuários de Rio Grande, Pelotas e Barra do Ribeiro. Ao todo, serão pelo menos R\$ 27 bilhões injetados na economia gaúcha.

Uma das maiores produtoras globais de celulose e papel, a CMPC pretende que a nova planta seja uma plataforma exportadora voltada principalmente aos mercados asiáticos e europeus. E a companhia também aposta na integração regional: a expansão da cadeia florestal deve estimular a economia de dezenas de municípios da Metade Sul, região que há décadas convive com baixas taxas de crescimento.

Mas o maior investimento privado da história gaúcha tornou-se também um exemplo dos desafios envolvidos em empreendimentos dessa escala. Depois de recomendar a suspensão do licenciamento ambiental do projeto, em março de 2026, o Ministério Público Federal ajuizou, em maio, uma ação civil pública para garantir que o processo respeite os direitos das comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais potencialmente afetadas pelo empreendimento.

Segundo o MPE, o rito de licenciamento avançou

sem a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada sobre os impactos sobre seus territórios e modo de vida prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002. A ação pede ainda a realização de estudos adicionais ao Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) sobre impactos sociais e ambientais às comunidades atingidas e a adoção de medidas de mitigação e compensação.

O episódio ajuda a demonstrar a complexidade típica a projetos bilionários como este, que exigem conciliar ritmo de execução, segurança jurídica, proteção ambiental e direitos territoriais. Também ajuda a explicar por que investidores frequentemente apontam previsibilidade regulatória e agilidade de licenciamento entre os fatores decisivos para implantação de grandes empreendimentos.

Na corrida dos semicondutores

Se a celulose representa a força histórica da base exportadora gaúcha, os projetos ligados à microeletrônica e à IA revelam a tentativa do estado de ganhar espaço em setores mais sofisticados da economia digital. Em junho de 2025, o governo estadual formalizou acordos com as empresas Tellescom Semicondutores e Chipus Microeletrônica dentro do programa Semicondutores RS.

A Tellescom Semicondutores pretende instalar em Cachoeirinha, região metropolitana da capital, sua primeira unidade de encapsulamento e testes de semicondutores. O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 1 bilhão apenas na primeira fábrica do projeto. O cronograma prevê início das obras no primeiro trimestre de 2027 e começo da operação no fim de 2028. A planta deverá ampliar gradualmente sua capacidade, até atingir 200 milhões de chips por ano, a partir do terceiro ano de funcionamento. Embora frequentemente confundido com a produção completa de chips, o encapsulamento corresponde a uma etapa estratégica da cadeia global de semicondutores, responsável por testes, proteção e integração final dos componentes eletrônicos. Segundo Ronaldo Aloise, CEO da empresa, a produção atenderá mercados de alta demanda, especificamente entre os setores automotivos, de comunicação sem fio, energia e Internet das Coisas (IoT).

O executivo da companhia, cuja sede está em São Paulo e a indústria em Manaus (AM), explica que a escolha do Rio Grande do Sul ocorreu a partir



Fazenda da CMPC em Barra do Ribeiro

Diferenciais para atrair investimentos para o RS

- Proximidade com Mercosul
- Disponibilidade de energia e potencial para produção de energia renovável
- Base industrial consolidada
- Universidades e formação técnica
- Vocação exportadora

O que ainda afasta investidores



- Limitações logísticas
- Judicialização ambiental
- Vulnerabilidade climática

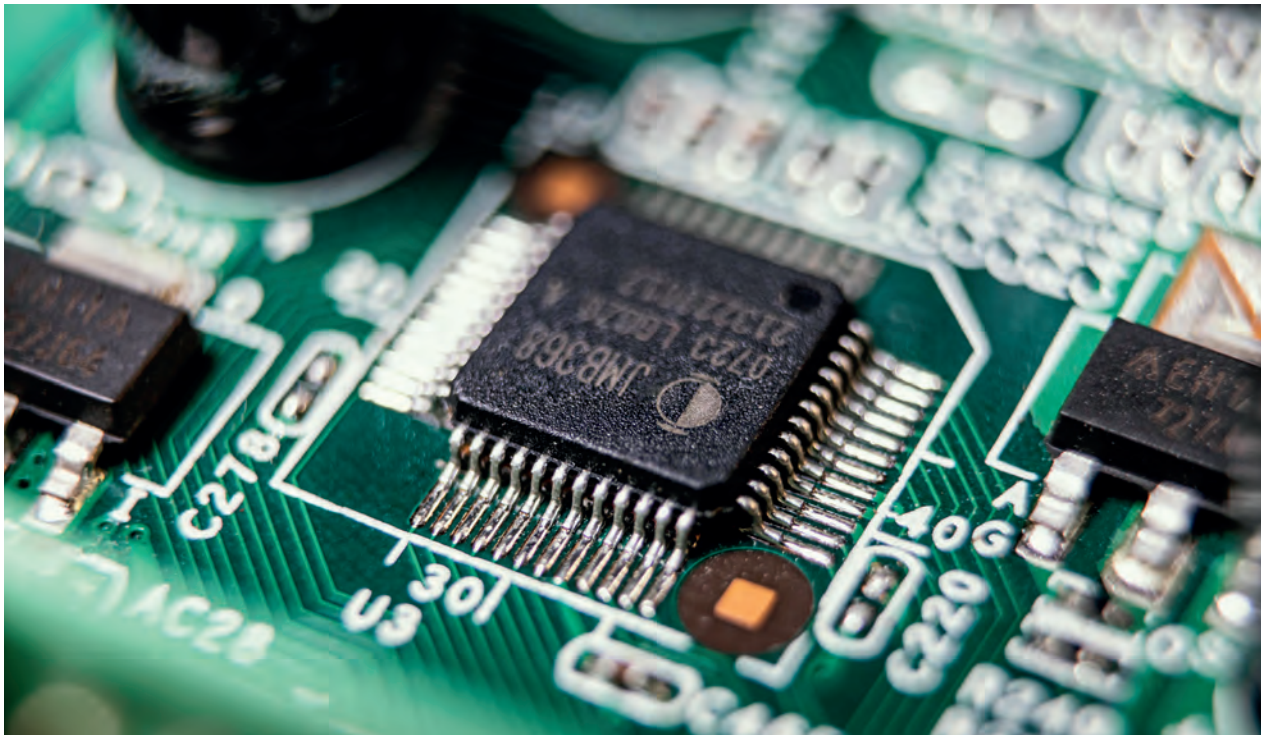


Na rota dos investimentos

Confira onde estão alguns dos grandes investimentos privados em curso no RS

Projeto	Empresa	Setor	Valor estimado	Local
Projeto Natureza	CMPC	Celulose	R\$ 27 Bilhões	Barra do Ribeiro
Scala AI City	Scala Data Centers	IA/Data centers	R\$ 3 Bilhões (1ª fase)	Eldorado do Sul
Semicondutores	Tellescom Semicondutores	Semicondutores	R\$ 1 bilhão	Cachoeirinha
Biorrefinaria	Refinaria Riograndense	Semicondutores	R\$ 4,7 bilhões	Rio Grande
Usina de etanol	Be8	Bioenergia	R\$ 1,1 bilhão	Passo Fundo
AeroCITI	Aeromot	Aeroespacial	até R\$ 3 bilhões	Guaíba
Club Med	Club Med	Turismo	R\$ 1 bilhão	Gramado
Rio Grande	Wilson Sons	Portuário	R\$ 1,1 bilhão	Rio Grande

Fonte: investimentos anunciados pelas empresas



Programa Semicondutores RS prevê medidas focadas em inovação e tecnologia para o estado

de um “tripé estratégico” formado pela qualificação técnica regional, infraestrutura local e apoio do governo estadual. “Com a consolidação deste projeto, a tendência é que o Rio Grande do Sul se posicione como o maior produtor de semicondutores do Brasil”, afirma. O plano completo prevê a implantação gradual de quatro unidades fabris ao longo de dez anos, com projeção de aproximadamente 250 empregos diretos por fábrica, além de postos indiretos ligados à cadeia de fornecedores, manutenção e serviços especializados. Hoje a unidade da empresa na Zona Franca de Manaus produz dispositivos como roteadores wi-fi, dispositivos IoT e equipamentos usados em redes de fibra óptica.

Parte da estrutura será instalada na área da antiga Cientec, fundação estadual de ciência e tecnologia extinta em 2018, reforçando simbolicamente a retomada da aposta em pesquisa aplicada e indústria de alta tecnologia no estado. A Tellescom também pretende atuar em sinergia com a Chipus Microeletrônica para desenvolvimento de designs de chips que poderão ser encapsulados na futura planta em Cachoeirinha. Atualmente, segundo Aloise, as duas empresas já mantêm diálogos constantes para explorar novas parcerias industriais.

O projeto da Chipus prevê a criação, em Porto Alegre, de um centro de pesquisa e desenvolvimento em microeletrônica voltado a aplicações de IA, com foco em design de chips e encapsulamento avançado. A empresa estima investir entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões ao longo de cinco anos e pretende lançar a iniciativa ainda em 2026, após submeter o projeto a um edital conjunto da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O cronograma prevê execução em até três anos e contratação mínima de 50 profissionais especializados.

Cidade dos data centers

O projeto Scala AI City, mencionado no começo desta reportagem, está em fase de licenciamento ambiental e desenvolvimento técnico. O cronograma da empresa prevê o início das obras em 2027 e a entrada em operação em 2028. Mas o projeto pode atrasar. Em maio deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou o pedido de medida cautelar que tentava dispensar a exigência de garantias financeiras para que o projeto avançasse. Para a Scala, isso significa ter de garantir cerca de R\$ 77 milhões antes de firmar os Contratos de Uso do Sistema de Trans-

missão. A capacidade projetada para a primeira fase do projeto é de 54 megawatts (MW), com possibilidade de expansão modular conforme o crescimento da demanda e da oferta energética regional.

O conceito desenvolvido para Eldorado do Sul é o de um complexo digital de longo prazo integrado à rede elétrica, telecomunicações e sistemas de refrigeração e abastecimento. Para a primeira fase, estão previstos investimentos de R\$ 3 bilhões. “O avanço da inteligência artificial está redesenhando a geografia global da infraestrutura tecnológica, e regiões capazes de oferecer energia confiável, conectividade, estabilidade e capacidade de expansão passam a assumir papel estratégico”, afirma Luciano Fialho, vice-presidente sênior da Scala Data Centers. Cabe lembrar que os modelos de IA exigem capacidade massiva de processamento de dados. Isso, por sua vez, aumenta o consumo energético de *data centers*, que passaram a buscar regiões com energia disponível, estabilidade elétrica e fontes renováveis.

Segundo o executivo, o Rio Grande do Sul foi escolhido por reunir alguns fatores em especial. Um deles é a disponibilidade e a “qualidade” da energia. É que a região de Guaíba tem boas condições de conexão e expansão energética, incluindo proximidade com a subestação Guaíba 3 – o que garante capacidade de suporte para o crescimento planejado pela empresa.

“O principal desafio da nova economia digital deixou de ser apenas capacidade computacional e passou a envolver disponibilidade energética”, afirma Fialho. Ele explica ainda que o projeto utilizará energia renovável proveniente do sistema elétrico nacional e tecnologias de refrigeração em circuito fechado para reduzir significativamente o consumo de água. “O projeto está sendo desenvolvido em alinhamento com os órgãos responsáveis, sem impacto sobre a segurança ou estabilidade do grid brasileiro”, acrescenta.

Além da geração de empregos diretos e indiretos durante construção e operação, a companhia avalia que o empreendimento poderá atrair novos fornecedores e empresas ligadas aos setores de telecomunicações, eletrônica, energia mecânica e serviços especializados. “A infraestrutura digital se tornou um vetor importante de desenvolvimento econômico e inovação”, assegura.

Aerotrópole de até R\$ 3 bilhões

Outro projeto que passou a integrar a nova agenda gaúcha de investimentos é o AeroCITI, complexo aeronáutico anunciado pela Aeromot em Guaíba. Concebido no modelo de uma “aerotrópole sustentável”, o empreendimento prevê investimentos iniciais de R\$ 200 milhões na primeira fase, mas poderá alcançar R\$ 3 bilhões ao longo da implanta-



Disponibilidade e “qualidade” da energia são aspectos estratégicos para o segmento de *data centers*

ção completa do complexo, com geração estimada de 1,5 mil empregos diretos e indiretos. O projeto prevê uma linha de montagem da aeronave Diamond Aircraft DA62, aeroporto, centros de manutenção, logística, pesquisa e formação profissional em uma área de 500 hectares às margens da BR-116 – onde seria construída a fábrica da Ford no fim dos anos 1990. A primeira fase já recebeu licença de instalação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), e a previsão é de que a operação inicial comece em 2027.

Formação para o amanhã

O Rio Grande do Sul vai sediar uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que oferecerá graduação em Ciência da Computação, em um modelo inédito no Brasil. É o Instituto de Tecnologia e Computação (ITEC), que ficará em Gravataí. O investimento estimado é de R\$ 400 milhões provenientes de doações empresariais ao longo de uma década. As aulas estão previstas para começar em março 2027. A primeira turma será composta por 100% de bolsistas, com valor integral, moradia e alimentação.

Nova fronteira energética

Em Passo Fundo, a Be8 conduz um dos mais ambiciosos investimentos em bioenergia do Rio Grande do Sul. A companhia avança na construção de uma nova usina de etanol de cereais, empreendimento de R\$ 1,7 bilhão em investimentos e que já ultrapassou 70% das obras. A previsão é concluir a planta no segundo semestre de 2026, com início da operação em março de 2027.

A usina utilizará trigo, triticale e outros cereais de inverno como matéria-prima. A capacidade anual de produção será de 220 milhões de litros de etanol – fabricando tanto etanol anidro, para ser misturado à gasolina, quanto hidratado, destinado ao consumo direto. A expectativa é suprir parte significativa da demanda gaúcha, hoje dependente de importações de outras regiões do país.

O projeto inclui a produção anual de 155 mil toneladas de DDG (farelo proteico utilizado em alimentação animal) e 27 mil toneladas de glúten vital, insumo atualmente importado pelo Brasil. A nova unidade também deverá fornecer CO₂ biogênico gerado na operação para aplicações industriais a partir de parceria firmada com a Air Liquide Brasil.

“Nosso foco está em diversificar o portfólio de



A Be8 conta com seis unidades no Brasil

produtos que colaborem com a transição energética, indo além do comércio de commodities”, afirma Erasmo Carlos Battistella, presidente da Be8. A empresa tem seis unidades no Brasil e é líder nacional em capacidade instalada de biodiesel, com 1,71 bilhão de litros por ano, e potencial para elevar sua participação no mercado nacional para mais de 15%.

No fim de 2025 a companhia também anunciou investimento de R\$ 38,7 milhões em uma unidade de produção de hidrogênio verde (H2V) integrada ao complexo de Passo Fundo. O projeto está em fase de desenvolvimento e tem previsão de entrada em operação em 2027. A estratégia de diversificação inclui ainda novos projetos ligados a combustíveis sustentáveis de aviação (SAF). Em janeiro de 2026, a empresa assinou um memorando de entendimento com a norte-americana Cemvita para desenvolver soluções de bioeconomia circular utilizando glicerina derivada da produção de biodiesel como matéria-pri-

ma de baixo carbono para SAF. Parte do combustível desenvolvido a partir da glicerina poderá abastecer futuramente o projeto Omega Green, biorrefinaria em desenvolvimento pela Be8 no Paraguai voltada à produção de SAF, diesel verde (HVO) e nafta verde. As etapas de engenharia e licenciamento ambiental já foram concluídas e a previsão é de início das operações em 2029.

A empresa ainda colocou em operação, em 2026, a unidade Be8 BeVant, em Passo Fundo, um projeto de R\$ 80 milhões com capacidade inicial estimada em 28 milhões de litros anuais de biocombustível para motores a diesel.

Cooperativas também avançam

Em março de 2026, o governo do Estado concedeu licença prévia para a implementação de uma usina de biodiesel da Soli3 União Central Cooperativa, em Cruz Alta. O empreendimento, de R\$ 1,25 bilhão, é liderado pelas cooperativas Cotrijal, Cotripal e Cotrisal. Na mesma semana, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) aprovou uma linha de crédito de R\$ 300 milhões para o início das obras. Com o projeto, as cooperativas buscam ir

além da comercialização de grãos e agregar valor à produção agrícola por meio da industrialização de combustíveis renováveis.

Na vanguarda logística

Nova Santa Rita se tornou um poderoso polo logístico. O município da Região Metropolitana abriga nada menos do que 291 mil m² de pavilhões construídos às margens da BR-386, ultrapassando a capacidade instalada de cidades como Gravataí (257 mil m²) e Porto Alegre (211 mil metros quadrados). Detalhe: todos 100% ocupados como centros de distribuição. “Esse resultado mostra que estamos no caminho certo, com uma cidade preparada para receber investimentos, gerar empregos e criar oportunidades reais para a nossa população”, afirma o prefeito Rodrigo Battistella.

Desde 2020, a região tem atraído multinacionais como Amazon (R\$ 55 milhões em investimentos), Nestlé (R\$ 30 milhões) e Mercado Livre (R\$ 70 milhões). Mais recentemente, em março de 2026, foi a vez da Shopee anunciar sua chegada. Com um investimento de R\$ 200 milhões, a empresa de Singapura instalou um CD no condomínio BRZ 386 operando no modelo *fulfillment* — o primeiro desse tipo no



Amazon, Nestlé e Mercado Livre são gigantes que já contam com CDs em Nova Santa Rita



Tecon, em Rio Grande: ampliação do cais permitirá operação simultânea de três navios New Panamax

estado, em que as equipes gerenciam todo o projeto, como armazenamento (inclusive de terceiros), processamento de pedidos, empacotamento e envio.

De olho no turismo premium

A nova onda de investimentos privados também alcança o turismo de alto padrão. Em Gramado, o grupo francês Club Med iniciou em 2026 as obras de um resort integrado ao complexo imobiliário e turístico Sirena Gramado, do grupo DC Set. O empreendimento prevê investimento de R\$ 1 bilhão, geração de aproximadamente 600 empregos e inauguração em 2027. O projeto recebeu Licença Prévia e de Instalação da Fepam em 2025 e inclui resort, centro de eventos, áreas esportivas e estruturas de lazer em uma área total superior a 128 mil metros quadrados. A chegada da rede francesa reforça a tentativa de consolidar Gramado como destino internacional de turismo premium, além de ampliar a diversificação econômica do estado também no setor de serviços.


Hotel de rockstar

Nesse sentido, outro investimento de destaque em Gramado é o Hard Rock Hotel, o primeiro da

marca no Brasil. Resultado de uma parceria entre a Hard Rock International e a Mundo Planalto, o empreendimento prevê o aporte de R\$ 1 bilhão. O projeto contempla 858 acomodações, além de restaurantes, cafeteria, bares, spa, loja, áreas de lazer e espaços para eventos, incluindo três salões e salas de reunião. Em maio de 2026, as obras entraram na etapa de montagem da estrutura industrializada, incluindo centenas de toneladas de peças pré-moldadas. A abertura do hotel está prevista para o fim de 2028.

Porto mais robusto

O Tecon Rio Grande, operado pela Wilson, Sons, receberá mais de R\$ 1,1 bilhão em investimentos até 2030. O anúncio, feito em maio de 2026, prevê ampliar o cais de 900 metros para 1,2 mil metros, permitindo a operação simultânea de até três navios New Panamax. Também estão previstas obras na retroárea, compra de novos guindastes e tratores elétricos automatizados. A expectativa é gerar cerca de 500 empregos temporários e 220 permanentes, além de reforçar o papel estratégico do Porto de Rio Grande na movimentação de cargas do Mercosul.



O Banrisul é um banco único. Porque te entende.

Somos um banco que está chegando aos 100 anos com muito orgulho da sua história e que vai continuar evoluindo para chegar a **+100**.

O Banrisul segue se adaptando aos novos tempos, mas sem perder o que nos torna únicos.

Somos únicos no compromisso com o crescimento da nossa gente. Afinal, um banco serve para isto: para bancar os sonhos das pessoas.

E estaremos sempre ao teu lado.

Entendendo que cada cliente é único.

Assim como o nosso banco.

 **banrisul**

banrisul.com.br

RIO GRANDE
A REINVENÇÃO
DO FUTURO

PARA REINVENTAR O RIO GRANDE

*Fórum “Rio Grande do Sul: A Reinvenção do Futuro”
reúne lideranças e especialistas para projetar a
construção de um estado mais inovador, mais conectado
e mais competitivo na próxima década*

Leonardo Pujol

RIO GRANDE DO SUL REINVENÇÃO DO FUTURO

Já faz tempo que inovação, educação e sustentabilidade estão no centro de qualquer debate sobre desenvolvimento econômico. No Rio Grande do Sul, porém, esses temas ganham um senso de urgência ainda maior. A conta da reconstrução pós-enchente é estimada em R\$ 200 bilhões. O estado acumula saldo migratório negativo superior a 700 mil pessoas nos últimos anos. E, para 2027, a projeção é de um déficit primário de quase R\$ 5 bilhões. Para enfrentar estes e outros desafios, especialistas e lideranças defendem uma atuação mais articulada e estratégica entre atores e setores.

Essa foi a principal conclusão do fórum “Rio Grande do Sul: A Reinvenção do Futuro”, evento alusivo aos 40 anos do projeto Cenários de AMANHÃ. O encontro ocorreu no dia 20 de maio, em um local que reforçou o simbolismo do debate: o Instituto Caldeira, em Porto Alegre – antigo complexo industrial ligado à origem da Lojas Renner e que, hoje, é um dos maiores *hubs* de inovação do Brasil.

Na abertura do encontro, o presidente do Grupo AMANHÃ lembrou o histórico do projeto, nascido de uma inquietação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) em 1986. “O Cenários de AMANHÃ foi criado para mapear futuros possíveis para o estado. Não era algo simples na época”, disse Jorge Polydoro. Quatro décadas (e diversas crises) depois, traçar caminhos para o amanhã continua longe de ser uma tarefa fácil.

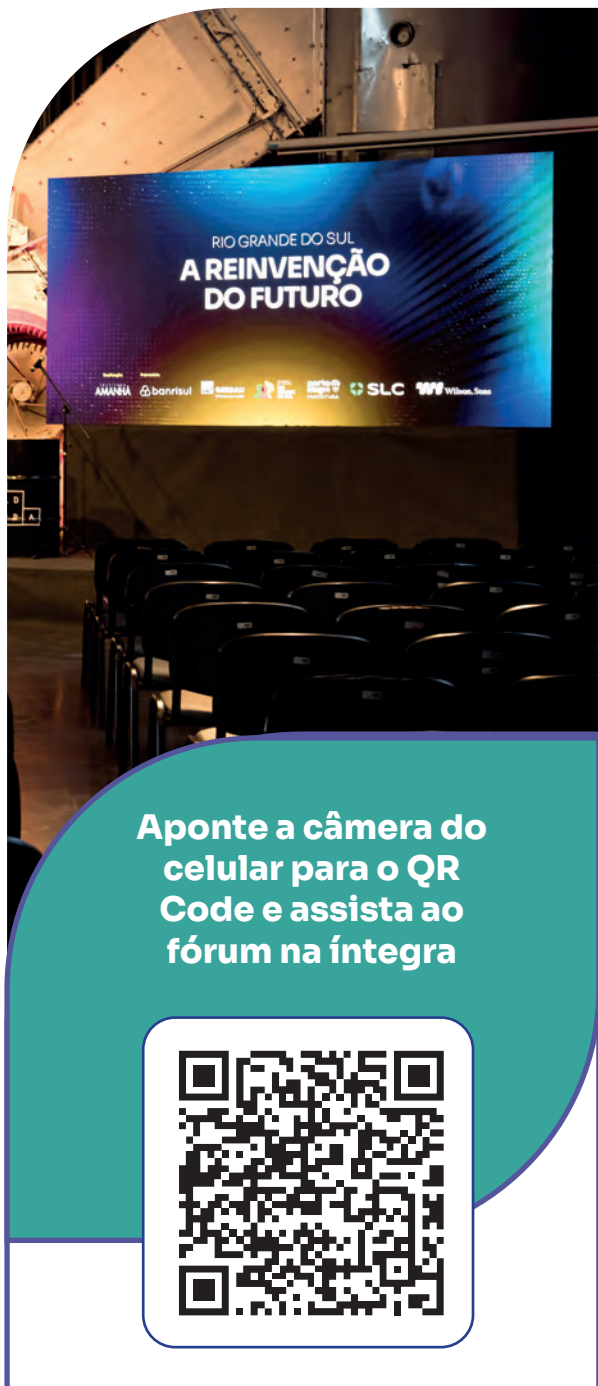
A força da articulação

Ao mesmo tempo, multiplicam-se projetos que visam um estado mais competitivo nas próximas décadas (*saiba mais nas páginas a seguir*). No entanto, é prudente que eles não sejam encarados de maneira isolada. Para Pedro Valério, CEO do Instituto Caldeira, o futuro não será construído por uma única iniciativa, empresa, governo ou tecnologia. “Não é A ou B que vai salvar o Rio Grande, mas uma articulação entre os diversos atores da sociedade.”

A programação contou com a apresentação de cinco instituições de referência: Instituto de Tecnologia e Computação (ITEC), Atrion, Fundação Bial do Mercosul, South Summit Brazil e Tecnopuc. Os cases exemplificaram como a ciência, as artes e a tecnologia estão convergindo para acelerar soluções para os problemas do estado. O evento também contou com a participação de Ronald Krummenauer, CEO do *hub* colaborativo Transforma RS e ex-se-

cretário estadual de Educação, que apresentou um diagnóstico contundente sobre os desafios fiscais, demográficos e educacionais do Rio Grande do Sul.

A etapa final do debate foi organizada em torno de três grandes eixos — agronegócio, educação e inovação —, reunindo especialistas e executivos para discutir os gargalos e oportunidades do estado. Confira os principais destaques.



O MIT DO BRASIL

Não é por acaso que Boston se tornou a capital mundial da inovação tecnológica. É lá que estão o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Universidade Harvard, instituições que moldaram gerações de cientistas e empreendedores. E é essa referência usada para descrever a ambição do ITEC, o Instituto de Tecnologia e Computação. Financiado por doações de filantropos e empresários, o projeto sem fins lucrativos que será erguido em Gravataí ao custo de R\$ 400 milhões quer fazer com que o Rio Grande do Sul vire para o Brasil o que Boston é para os Estados Unidos. “Esperamos que essa região seja protagonista na inovação”, diz Cristiano Richter, diretor de desenvolvimento e operações do ITEC. “Não queremos apenas formar jovens para o mercado de trabalho, mas para a nova geração de tecnologia.” Para isso, o ITEC vai oferecer formação de excelência em Ciência da Computação a partir de 2027. A intenção é atrair talentos brasileiros que hoje vivem no exterior para o corpo docente. Os primeiros 60 alunos terão bolsa integral. Nas turmas seguintes, 70% das vagas serão destinadas a bolsistas. O curso será de quatro anos e aberto a jovens de toda a América Latina. O modelo é do tipo residencial e imersivo, à semelhança do MIT e outras universidades americanas.

Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista ao fórum na íntegra



A SERVIÇO DA INOVAÇÃO

Quando uma criança precisa fazer ressonância magnética, a permanência dentro do equipamento pode intimidar – o que, muitas vezes, torna a anestesia inevitável. Além de invasivo, o procedimento acaba demorando mais que o habitual. Mas no Hospital Moinhos de Vento (HMV), em Porto Alegre, o uso de óculos de realidade virtual mudou esse cenário. Hoje, crianças fazem o exame assistindo a um conteúdo lúdico no dispositivo, sem sedação, de forma mais rápida e eficaz. Esse é o tipo de solução que o Atrion, Centro de Inovação do HMV, quer escalar. Único hospital brasileiro a ter um acordo de colaboração com a tradicional Universidade Johns Hopkins, o HMV tem mais de 200 pesquisadores ativos em seu centro de inovação. Muitos deles, após formação nos Estados Unidos, retornam a Porto Alegre para desenvolver projetos. “Queremos ser um *hub* de retenção e desenvolvimento de talentos”, afirma Melina Schuch, superintendente de estratégia e mercado do HMV. Dentro dessa perspectiva, o Atrion ainda atua como um espaço para conectar, incubar, acelerar e investir em startups que integram tecnologia e assistência.



DA GALERIA À ESCOLA

Em 2026, a Fundação Bienal do Mercosul anunciou um novo espaço dedicado às artes visuais em Porto Alegre. Localizado no complexo do Instituto Caldeira, o espaço será a sede definitiva da Fundação. São dois salões no andar térreo do Prédio Guahyba, antiga fábrica de tecidos que foi transformada em polo de inovação na capital. Para o futuro, a ideia é transformar o espaço no pavilhão oficial da Bienal no Rio Grande do Sul. Mas as novidades não param por aí. Durante o fórum “Rio Grande do Sul: A Reinvenção do Futuro”, Márcio Carvalho, copresidente da entidade, anunciou que a bienal não se limitará mais às exposições organizadas a cada dois anos. “Percebemos uma oportunidade grande no hiato entre uma edição e outra”, explicou. A aposta é em um programa educativo permanente que já atende 4 mil alunos de comunidades vulneráveis — e que, nos próximos 20 anos, pretende contribuir para uma nova geração de líderes com mais sensibilidade, pensamento crítico e inteligência emocional. Em 14 edições realizadas desde 1997, a Bienal acumula mais de 8 milhões de visitas, sendo 1,2 milhão através de agendamentos escolares. Uma das iniciativas de artes visuais mais relevantes da América Latina é, agora, de educação também.

O EVENTO QUE A CRISE CRIOU

O ano era 2012. A Espanha enfrentava uma severa recessão. O desemprego atingia 20% da população – entre os jovens, esse índice chegava a 50%. Naquele ano, María Benjumea – uma empreendedora do ecossistema local – conseguiu a façanha de reunir grandes lideranças empresariais, universidades e até mesmo o Rei Juan Carlos. Tudo em favor das startups. Nascia assim o South Summit, que posteriormente chegou a Porto Alegre em 2022. Desde então, foram cinco edições realizadas no Cais Mauá – com números de impressionar. Só na última edição, em 2026, foram mais de 24 mil participantes, 3 mil startups, 1 mil investidores e fundos que, juntos, administram cerca de US\$ 250 bilhões. Cesar Brunetto, diretor de produto e comunidade do South Summit Brazil, vai direto ao ponto: “Somos um evento de negócios, não de inovação”. Um estudo de impacto financeiro, realizado no ano anterior, mostrou que o South Summit Brazil ajudou a movimentar R\$ 166 milhões pela capital gaúcha, além de abrir quase 4 mil vagas de trabalho e gerar cerca de R\$ 13 milhões em impostos. A projeção é de R\$ 1,2 bilhão em impacto acumulado até 2030.



DA CIÊNCIA AO MERCADO

Quando a revista *Time* listou as 100 pessoas mais influentes do mundo em inteligência artificial em 2025, um nome gaúcho apareceu ao lado de Elon Musk, Sam Altman e Mark Zuckerberg: Ana Helena Ulbrich. Em parceria com o irmão Henrique Dias, ela criou a NoHarm, startup incubada no Tecnopuc que desenvolveu um sistema capaz de cruzar dados clínicos para prevenir erros de prescrição, como dosagens inadequadas e interações perigosas entre medicamentos. Hoje, a plataforma é utilizada em mais de 200 hospitais e centros de saúde no Brasil, revisando até cinco milhões de receitas por mês. Na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, por exemplo, a tecnologia ajudou a gerar uma economia de R\$ 1,5 milhão no primeiro ano de uso. O caso mostra como o parque tecnológico da PUCRS se tornou um dos principais ambientes de inovação aplicada do Brasil, conectando pesquisa acadêmica, investidores e mercado. Mas o desafio continua. Segundo Flávia Fiorin (foto), diretora do Tecnopuc, a ideia é seguir fazendo com que o conhecimento científico se transforme em soluções de impacto concreto. “Queremos seguir atuando especialmente em cima de questionamentos para os quais ainda não há respostas”, afirma.



“É preciso colaborar para crescer.”

Ronald Krummenauer

CEO do Transforma RS

Uma bomba fiscal prestes a explodir, uma queda populacional sem precedentes no Brasil e um sistema educacional incapaz de alfabetizar a maioria das crianças no tempo esperado: esse é o cenário do Rio Grande do Sul na avaliação de Ronald Krummenauer, CEO do Transforma RS – *hub* colaborativo entre iniciativa privada, associações, universidades e governo do Estado. Na apresentação no fórum “Rio Grande do Sul: A Reinvenção do Futuro”, Krummenauer mergulhou nos desafios atuais e defendeu o melhor caminho para superá-los: “É preciso colaborar para crescer”.

Um dos principais alertas envolve as finanças estaduais. A suspensão do pagamento da dívida com a União, concedida após as enchentes, termina em 2027. A partir dali, os desembolsos anuais saltam de R\$ 2,5 bilhões para mais de R\$ 5 bilhões. “É um precipício fiscal”, resumiu. O cenário vai exigir que o governo encontre formas de ampliar receitas e de cortar despesas, sem comprometer investimentos em áreas estratégicas como infraestrutura, saúde e educação. A crise demográfica também preocupa. O Rio Grande do Sul deverá ser o primeiro estado brasileiro a registrar queda absoluta de população, reflexo do envelhecimento, da baixa natalidade e da migração de jovens qualificados. “O fato mais grave é que não atraímos pessoas”, alertou Krummenauer. Na prática, isso significa um crescimento econômico cada vez mais dependente da produtividade. Um argumento a mais, segundo ele, para se investir em inovação e educação.

Alguns números dão a dimensão do desafio. Em Porto Alegre, apenas 27% dos alunos estão alfabetizados ao final do segundo ano do ensino fundamental, segundo o Ministério da Educação. Para efeitos de comparação, o indicador é de 81%

em Teresina (PI), 80% em Goiânia (GO) e 79% em Vitória (ES). Na prática, sete em cada dez crianças da capital chegam ao terceiro ano sem dominar a leitura e a escrita no nível esperado. “Ou a gente faz um *reset* na educação, ou não vamos vencer os desafios”, afirmou. Ex-secretário estadual de Educação, ele também criticou a falta de integração entre as redes municipal e estadual, que, em suas palavras, operam em mundos completamente distintos. A proposta do Transforma RS é criar um Pacto pela Educação apoiado em três eixos: aprendizagem baseada em evidências, formação continuada de professores e governança integrada entre as duas redes.

Krummenauer equilibrou o diagnóstico ao citar avanços. Os indicadores de crimes violentos, por exemplo, como homicídios e latrocínios, caíram ao menor patamar da série histórica, iniciada em 2010. O CEO do Transforma RS atribuiu o resultado a medidas implementadas ainda no governo de José Ivo Sartori e à mobilização do Instituto Cultural Floresta – que, desde 2018, investiu cerca de R\$ 212 milhões no Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (Piseg). O programa é mantido por doações de grandes empresas, como Gerdau, Panvel e Zaffari.

O atual ecossistema de inovação também é um exemplo de cooperação bem-sucedida. Não por acaso, o Rio Grande do Sul ficou em primeiro lugar no pilar de inovação do último Ranking de Competitividade dos Estados. Nesses ambientes, o modelo é inspirado na hélice quádrupla da inovação, em que academia, setor produtivo, governo e sociedade civil colaboram para desenvolver conhecimento e tecnologia. É justamente o que Krummenauer defende para outras áreas críticas, incluindo agronegócio e infraestrutura logística. “Precisamos superar a lógica das agendas setoriais e construir pautas em comum.”

AGRONEGÓCIO

Irrigação como estratégia

Para Márcio Amaral, subsecretário de irrigação do governo do Rio Grande do Sul, a discussão sobre irrigação deixou de ser uma pauta meramente agrícola. Tornou-se uma questão econômica. Para ele, a baixa área irrigada ajuda a explicar parte da instabilidade do PIB gaúcho em períodos de estiagem. Hoje, o Rio Grande do Sul possui entre 6 milhões e 7 milhões de hectares de soja, mas apenas cerca de 4% dessa área conta com irrigação. “Na última década, os produtores perderam R\$ 117 bilhões por conta do clima”, afirmou. Amaral apresentou os avanços do programa estadual Irriga+RS, que subsidia parte dos investimentos feitos pelos produtores. A iniciativa está em sua terceira fase. Nas duas primeiras, o programa totalizou um investimento de R\$ 450,7 milhões e 24 mil novos hectares irrigados. “A irrigação é o melhor seguro que o produtor pode ter”, concluiu.

Guiado por dados

Ronei Sana, gerente de agricultura digital da SLC Agrícola, descreveu um agronegócio cada vez mais dependente de conectividade, análise de dados e automação para aumentar eficiência e resiliência climática. Segundo ele, a agricultura de precisão já transformou a forma de tomar decisões no campo. Sensores, estações meteorológicas, monitoramento em tempo real e algoritmos passaram a orientar desde o plantio até a aplicação de fertilizantes. O que, naturalmente, também muda o perfil profissional do setor. Na atualidade, equipes agrícolas já incorporam funções ligadas à tecnologia, como pilotos de drone e cientistas de dados. “Hoje, eu tenho 15 pilotos de drone. Quem imaginou, dez anos atrás, que seria assim?”, ponderou. Em sua visão, o futuro do agronegócio gaúcho dependerá menos de expansão territorial e mais da capacidade de combinar produtividade, inovação e sustentabilidade.



Agronegócio em foco: irrigação e tecnologia são estratégicos para o setor



Durante painel, especialistas defenderam a relevância da educação para o futuro do estado

EDUCAÇÃO

Alfabetização como prioridade

A educadora Mônica Timm de Carvalho levou ao painel uma crítica direta aos resultados de Porto Alegre – capital brasileira com o pior índice de alfabetização na idade certa, segundo o Ministério da Educação. Para a CEO da plataforma Elefante Letrado, o problema não está na ausência de debate ou na falta de estrutura, mas na dificuldade histórica de transformar diagnósticos em políticas consistentes de longo prazo. Segundo Mônica, o estado precisa abandonar disputas ideológicas e concentrar esforços no que funciona em sala de aula, com foco em evidências e aprendizagem efetiva dos estudantes. “Não faltam conversas, faltam ações”, resumiu. Ao abordar o impacto da queda de natalidade sobre o sistema educacional, também defendeu uma reorganização da infraestrutura escolar. Na visão da executiva, a redução do número de alunos deveria abrir espaço para redes mais enxutas e conectadas às novas demandas econômicas e tecnológicas.

Formar talentos exige ecossistema

Cristiano Richter, diretor de desenvolvimento e operações do ITEC, argumentou que o desafio educacional do estado vai além da formação acadêmica tradicional. Segundo ele, regiões que conseguiram acelerar desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas combinaram educação, políticas de longo prazo e capacidade de retenção de talentos. Ao citar experiências internacionais observadas ao longo de

sua trajetória profissional — incluindo um período de quase dois anos na Coreia do Sul —, Richter destacou a importância do trabalho integrado. “Eu acredito que o ITEC sozinho não faz isso. É preciso uma rede”, afirmou. Para ele, iniciativas isoladas têm alcance limitado se não estiverem conectadas a políticas permanentes de educação, inovação e empregabilidade. Nesse contexto, defendeu maior atenção à formação básica, especialmente em áreas ligadas a STEM — sigla em inglês para as disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

O que o jovem precisa saber

De acordo com Felipe Amaral, diretor do Campus Caldeira, muitos estudantes ainda têm dificuldade de entender o universo de possibilidades que a nova economia oferece. Para preencher o gap, o Instituto Caldeira passou a apostar menos em discursos institucionais e mais na experiência prática. Amaral contou que o contato com ex-alunos e a vivência dentro do próprio instituto tem ajudado a despertar interesse por áreas ligadas à tecnologia. “Quando os jovens vêm aqui, e começam a tocar nesse mundo, eles pensam: ‘Nossa, ninguém nunca me apresentou isso. É o que eu quero para a minha vida’”, explicou. O executivo também exaltou o fato de Porto Alegre ter se tornado mais atrativa nos últimos anos para profissionais e projetos ligados à inovação. “Se queremos jogar a primeira liga, precisamos fazer com que nossas cidades e o nosso estado sejam atraentes.”



Pauta da inovação encerrou os debates no Instituto Caldeira

INOVAÇÃO

O cliente não é mais uma fotografia

Para Gabriel Laste, superintendente de experiência do cliente do Banrisul, a transformação digital mudou não apenas as ferramentas dos bancos, mas a própria forma de entender o consumidor. Segundo ele, durante muito tempo as instituições financeiras trabalharam a partir de retratos estáticos dos clientes — renda, idade, padrão de consumo. Agora, a lógica é outra. “Antes, fazíamos uma fotografia do cliente. Hoje, precisamos de um filme”, comparou. A mudança, segundo ele, passa pelo uso intensivo de dados, inteligência artificial e Open Finance para compreender momentos de vida, hábitos e necessidades em tempo real. Em um mercado pressionado por fintechs e plataformas digitais, o desafio não é apenas ter clientes: “Precisamos nos tornar o principal banco deles”.

Inovação adaptada à realidade local

Luiz Carlos Pinto, secretário municipal de inovação de Porto Alegre, concordou que o avanço da inovação no Rio Grande do Sul depende menos de iniciativas isoladas e mais da criação de ambientes colaborativos capazes de conectar universidades, empresas e poder público. Ao comentar o fortaleci-

mento do ecossistema de Porto Alegre nos últimos anos, citou o Pacto Alegre e o Instituto Caldeira como exemplos. Segundo ele, o desafio agora é espalhar esse movimento para outras regiões do estado. É o caso de Gramado, Alegrete e Encantado, que já começam a criar ecossistemas adaptados às próprias realidades locais. “Minha esperança, daqui a dez anos, é que possamos nos reunir novamente e dizer que fizemos ainda mais do que o planejado, atuando de forma colaborativa”, afirmou.

Em busca de resultados

Para Alexandre Chang, diretor executivo da consultoria IXL Center, um dos principais desafios das empresas hoje não é exatamente formular estratégias de inovação. Segundo ele, muitas organizações já possuem planos bem estruturados, áreas dedicadas ao tema e discursos alinhados às transformações tecnológicas. O problema aparece na hora de transformar ideias em resultados concretos. “Parece que os resultados não estão vindo”, disse. Em sua avaliação, parte da dificuldade está na distância entre planejamento e execução. Nesse sentido, Chang defendeu o uso de metodologias mais estruturadas e maior interação com ecossistemas externos para acelerar validações e aumentar as chances de sucesso das iniciativas.

O Rio Grande está diferente

O Rio Grande do Sul se reinventa para oferecer estrutura, emprego e qualidade de vida para todos os gaúchos

O governo gaúcho tem trabalhado para fortalecer o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul impulsionando setores econômicos essenciais, como inovação, energias renováveis, agronegócio, infraestrutura e turismo e articulando inúmeros atores da sociedade gaúcha. Uma das iniciativas recentes foi a apresentação de uma proposta que visa construir, ao longo dos próximos anos, uma arquitetura financeira capaz de mobilizar recursos públicos e privados para financiar setores estratégicos da economia gaúcha, com potencial de alcançar até R\$ 20 bilhões no longo prazo, por meio de um modelo estruturado de fundos e mecanismos de união de aportes públicos e privados. Na etapa inicial, a meta em desenvolvimento prevê estruturação de até US\$ 5 bilhões, sendo cerca de US\$ 1 bilhão em aportes públicos e o restante de capital privado. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com Deloitte, Secretaria da Fazenda, BRDE e Badesul sob a liderança da Invest RS, agência que atua em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec). O propósito da

agência é modernizar a atração de investimentos e a promoção comercial do Estado, gerando impacto direto sobre o PIB gaúcho. Entre as frentes de atuação da Invest RS para 2026, além do fundo – que é uma resposta ao contexto gerado pela reforma tributária –, estão a prospecção ativa de novos projetos e o fortalecimento de três cadeias produtivas-chave por meio de parcerias. A agência também dará continuidade a ações como o Promove RS, o Desenvolve Município, o RS Global e o Conexão Indústria, juntamente com a Fiergs.

Segundo o presidente da Invest RS, Rafael Prikladnicki, a agência representa uma mudança estrutural na forma como o Estado pretende estimular investimentos e desenvolvimento econômico nos próximos anos. “Alinhada às melhores práticas, no médio e no longo prazo, atuamos com uma visão estratégica que estamos apresentando para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul”, garante. Com o governo trabalhando, o Rio Grande do Sul está diferente – e essa diferença se traduz em estrutura, emprego e qualidade de vida para todos os gaúchos.



MUNICIPALISMO AGORA

A VOZ E A VEZ DOS MUNICÍPIOS.

Os desafios do Rio Grande do Sul começam nos municípios, onde as soluções precisam chegar.

Com o **Municipalismo Agora** – **A voz e a vez dos municípios**, a Assembleia Legislativa coloca as pautas municipais no centro do debate, fortalecendo o diálogo e a escuta com quem vive a realidade local.

Chegou a vez de ouvir, dialogar e construir juntos um RS melhor para todos.

Realização

INSTITUTO
AMANHÃ